

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Administração**

**EVANDRO JOSÉ DA CRUZ ARAÚJO**

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROJETO REDES DE REFERÊNCIA  
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

**MARINGÁ  
2007**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Administração**

**EVANDRO JOSÉ DA CRUZ ARAÚJO**

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROJETO REDES DE REFERÊNCIA  
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Gestão de Negócios – da Universidade Estadual de Maringá em consórcio com a Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa

**Maringá  
Setembro de 2007**

EVANDRO JOSÉ DA CRUZ ARAÚJO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROJETO REDES DE REFERÊNCIA  
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Gestão de Negócios – da Universidade Estadual de Maringá em consórcio com a Universidade Estadual de Londrina, sob apreciação da seguinte banca de examinadora.

Aprovada em 28 de setembro de 2007.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa (PPA-UEM/UEL)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucy Woellner dos Santos (IAPAR)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Iolanda Sachuk (PPA-UEM/UEL)

***“Agora vemos em espelho e de maneira  
confusa, mas depois veremos face a face”  
(ICOR. 13,12).***

*Ao nosso amigo, Jesus Cristo,  
À minha esposa Claudia,  
e à minha mãe Maria Alice,  
dedico este trabalho.*

## AGRADECIMENTOS

No Brasil, a educação ainda não é um bem à disposição de todos. Por isso, a conclusão de um curso de mestrado pode ser considerada um presente. Assim, agradeço às milhares de pessoas que não têm seu direito à educação respeitado no país. Sou grato porque, de certo modo, este trabalho, enquanto dádiva que recebo, também lhes pertence. No mais, tenho muitos outros a agradecer:

A Deus, Nosso Pai!

À minha esposa Claudia, por ser o que é, por suas infindáveis palavras de ânimo, pelas orações, pelos sofrimentos partilhados, pela alegria tão sincera em nossas vitórias, pelos incentivos, pela confiança, pelo Amor e também porque, depois de minha orientadora, foi quem mais participou da construção deste trabalho.

À minha mãe, Maria Alice da Cruz Araújo, por suas orações e Amor incondicional e ao meu querido pai Juscelino Benício de Araújo.

À minha orientadora, professora Elisa Yoshie Ichikawa, por ter aceitado orientar-me em um momento difícil do mestrado, pela competência, pelo conhecimento partilhado, pela confiança depositada, pela firmeza, paciência e compreensão.

À vó Almira, minha segunda mãe, aos queridos vô Jerônimo e vô "Dito", e a todos os muitos pais, mães e irmãos que tenho na família Cruz, dos quais elejo como digno representante, o querido Tio Romildo.

À minha mais nova família: Faustino, Ivani e Fausto.

Aos colaboradores do IAPAR, da EMATER/PR e produtores da Agricultura Familiar.

Ao Professor Osmar Gasparetto, homem simples, sábio e carinhoso que me ajudou a acreditar que poderia avançar em meus estudos.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Iolanda Sachuk, pela preciosa contribuição, tanto na banca de qualificação como na defesa da dissertação.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucy Woellner dos Santos pela participação dedicada e valiosa na defesa da dissertação.

Ao Prof. Dr. José Paulo de Souza pela ótima contribuição na banca de qualificação.

Aos amigos do mestrado e a Agnaldo Keiti Higuchi, Ademilson Bernardinelli, Alex Sandro Macioli, Caroline Depieri Tofanello, Ney Cazelato e Prof<sup>a</sup>. Nilza Crepaldi, amigos que me acompanharam neste trabalho e deram sua importante contribuição.

Aos amigos Geverson Grzeszczczeszyn e Claudia Herrero Martins Menegassi, pelas publicações científicas em comum e pela amizade sincera que nasceu no mestrado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração – UEM/UEL pelo conhecimento partilhado, e ao Bruhmer, por seu profissionalismo e amizade.

## RESUMO

Nos últimos anos o tema redes ganhou força e densidade na Teoria Organizacional. É grande a quantidade de publicações científicas que tratam do assunto, entretanto, este continua sendo um campo aberto a novas construções. Atualmente, estudos envolvendo as relações entre atores e seus processos de interação têm ganhado ênfase nas pesquisas sobre redes. Diferentes organizações e pessoas trabalhando na forma de relações mútuas e laços de cooperação, em torno de objetivos comuns, é uma realidade presente nos diversos setores de atividade econômica. Nesta perspectiva, o governo paranaense lançou, no final da década de noventa, o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar. A intenção era promover desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar, a partir da construção de sistemas produtivos agrícolas familiares melhorados, que funcionassem como referência para outros sistemas semelhantes. O projeto deveria ser desenvolvido a partir da integração entre pesquisa agrônômica, extensão rural e agricultores familiares, levando, portanto, ao envolvimento executivo de três atores: pesquisadores do IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), extensionistas rurais da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) e produtores rurais da agricultura familiar. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho consistiu em desvendar as representações sociais que pesquisadores, extensionistas e agricultores familiares têm do Projeto Redes de Referência. Em outras palavras, seu propósito foi entender como os atores envolvidos vêem e representam este projeto desenvolvido em rede. Para tal empreendimento, serviu-se da Teoria das Representações Sociais. Quanto ao percurso metodológico da pesquisa, esta se caracterizou como qualitativa e descritiva. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas. A análise revelou a existência de representações diversas do Projeto Redes, que, por conseguinte, mostra que os atores entrevistados têm maneiras diferentes de entender o trabalho, especialmente, no que diz respeito aos produtores rurais. Foi possível concluir que a organização em rede no projeto estudado, considerando a participação dos três atores, existe de maneira pontual e está, de certo modo, relacionada a aspectos pessoais e subjetivos dos atores, que extrapolam a estrutura organizacional configurada em rede.

Palavras-chave: Redes; Redes de Referência; Representações Sociais; Agricultura Familiar.

## ABSTRACT

In recent years, the network theme has gained strength and density into the organizational theory. The amount of scientific publications about this subject is large, therefore, it is still a field which is open to new constructions. Currently, studies involving the relations among the actors and their interaction processes have been emphasized in the researches about networks. Different organizations and people working in the form of mutual relations and cooperation tights around a common goal, is a current reality in several economical activity sector. From this perspective, in the late 1990s, the Parana State's Government launched the Reference Network for Family Agriculture Project (Projeto Redes de Referência para Agricultura Familiar). Its intention was to promote economical and social development for the family agriculture, from the construction of improved family agricultural and productive systems which would work as reference for other similar systems. The project should be developed from the integration among agronomical research, rural extension and family agriculturists, though leading to the executive involvement of the three actors: IAPAR (Parana Agronomic Institute) researchers, rural extensionists from EMATER (Parana State's Institute of Technical Assistance and Rural Extension) and rural producers from family agriculture. Inside this context, this study aimed at revealing the social representations the researchers, extensionists and family agriculturists have from the Reference Networks Project. In other words, its purpose was to understand how the involved actors see and represent this project developed in networks. For such an attempt, it used the Social Representation Theory. Concerning the research methodology it was characterized as a descriptive and qualitative one. The data collection was accomplished through semi-structured interviews. The analysis showed the existence of diverse representations of the Network Project, which, consequently, shows that the interviewed actors have different ways of understanding the work, specially, related to the rural producers. It was possible to conclude that, considering the three actors' participation, the organization in networks, in the studied project, comes into action at specific moments and it is, in a certain way, related to the actors' personal and subjective aspects which extrapolate the organizational framework shaped in network form.

Key words: Networks; Reference Networks; Social Representations; Family Agriculture.



## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** - Especificidades de duas abordagens em ciências sociais.....60

**Quadro 2** - Síntese de algumas teorias sobre redes.....67

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Estrutura e distribuição regional das Redes de Referências para a Agricultura Familiar no Paraná.....97
- Figura 2** – Etapas metodológicas das Redes de Referência para a Agricultura Familiar.....101

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	19
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	19
1.2.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	19
1.3	JUSTIFICATIVA.....	20
1.4	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	22
2	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA</b> .....	23
2.1	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	23
2.1.1	<b>Origem</b> .....	23
2.1.2	<b>As representações na perspectiva sociológica: a relação indivíduo e sociedade</b> .....	27
2.1.3	<b>A Teoria das Representações Sociais</b> .....	37
2.2	REDES INTEORGANIZACIONAIS.....	52
2.2.1	<b>O fenômeno rede</b> .....	52
2.2.2	<b>As bases de formação</b> .....	57
2.2.3	<b>Redes e paradigmas</b> .....	58
2.2.4	<b>Redes e teorias</b> .....	62
2.2.5	<b>O conceito de redes</b> .....	68
3	<b>O PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	70
3.1	A PERGUNTA DE PESQUISA.....	71
3.2	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	73
3.3	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	75
3.4	SUJEITOS DA PESQUISA.....	76
3.5	COLETA DE DADOS.....	79
3.6	ANÁLISE DOS DADOS.....	80
3.7	DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA E OPERACIONAL.....	85
4	<b>4 O PROJETO REDES DE REFERÊNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	88
4.1	A EXPERIÊNCIA FRANCESA.....	88
4.1.1	<b>As redes de propriedades de referência do <i>Institut de l'Élevage</i></b> ..	90
4.2	AS REDES DE REFERÊNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR....	92
4.2.1	<b>A metodologia das Redes de Referência para a Agricultura Familiar</b> .....	98
5	<b>AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b> .....	103
5.1	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA OS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	103
5.1.1	<b>Acesso à informação de qualidade</b> .....	103
5.1.2	<b>Anotações para avaliar lucro ou prejuízo</b> .....	106
5.1.3	<b>Um projeto de acompanhamento da EMATER</b> .....	111
5.1.4	<b>Ação governamental para obter dados</b> .....	115

5.1.5	<b>Parâmetro para outros produtores.....</b>	118
5.1.6	<b>Fora da minha realidade.....</b>	120
5.1.7	<b>Espaço de relações amigáveis .....</b>	122
5.2	<b>5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA OS EXTENSIONISTAS RURAIS.....</b>	124
5.2.1	<b>Redes propriedades semelhantes para referência .....</b>	124
5.2.2	<b>Gestão financeira da propriedade rural .....</b>	130
5.2.3	<b>Estudo e acompanhamento de sistemas produtivos .....</b>	133
5.2.4	<b>Uma nova ferramenta para extensão rural .....</b>	136
5.2.5	<b>Um projeto entre família .....</b>	137
5.2.6	<b>União de vários segmentos.....</b>	140
5.2.7	<b>Qualidade de vida no campo.....</b>	142
5.2.8	<b>Um trabalho de difusão.....</b>	144
5.3	<b>5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA OS PESQUISADORES.....</b>	145
5.3.1	<b>Soma de profissionais de áreas distintas.....</b>	146
5.3.2	<b>Trabalho de abordagem sistêmica.....</b>	152
5.3.3	<b>Instrumento de comunicação.....</b>	155
5.3.4	<b>Instrumento de integração institucional.....</b>	158
5.3.5	<b>Conjunto de unidades produtivas representativas.....</b>	160
5.3.6	<b>Validação da pesquisa.....</b>	161
5.4	<b>SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....</b>	163
6	<b>CONCLUSÕES.....</b>	170
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	176
	<b>ANEXOS.....</b>	183

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A agricultura, do ponto de vista do mercado interno e do comércio mundial, é um dos itens de grande relevância na lista do conjunto de elementos que compõe o desenvolvimento econômico de um país. Uma característica comum aos países desenvolvidos são os altos investimentos na agricultura. Esses investimentos costumam perseguir objetivos como a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, o financiamento da produção, de insumos e implementos agrícolas. São combinações que fazem diferença nos resultados da economia interna das nações, e nas suas relações comerciais externas nos diversos mercados pelo mundo afora, ou seja, podem significar mais crescimento e desenvolvimento econômico. Sobre esse assunto, são comuns referências imediatas à agricultura de grande porte e às transações de maior volume. No entanto, segundo estudiosos da área, os investimentos na chamada agricultura familiar são uma das importantes vias sob as quais se constrói desenvolvimento social e econômico, inclusive através do viés da sustentabilidade (KÜSTER; MARTÍ, 2004; GASQUEZ *et al.*, 2004).

A produção agrícola sofreu uma profunda e intensa transformação neste século decorrente da modernização tecnológica, principalmente nos países industrializados. A transferência dessas tecnologias modernas aos demais países foi feita, muitas vezes, sem o devido cuidado de adaptação às realidades locais. A introdução dessas tecnologias no Brasil aprofundou a diferenciação social já existente no meio rural, além de agravar os problemas sociais na cidade, a partir, da chegada em massa, dos agricultores que foram expulsos (SALDANHA *et al.*, 2004, p. 4).

No Brasil, a política de investimentos para agricultura familiar iniciou por volta de 1996, ano em que o censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006) constatou que no Brasil existiam aproximadamente 4,14 milhões de propriedades rurais familiares, cerca de 85% dos imóveis rurais do país, representando 30,5% da área total e 38% do valor bruto da produção agropecuária. Essa política de investimentos na agricultura familiar foi oficializada com a instituição do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Antes do programa, até no ano de 1993, os agricultores familiares eram reconhecidos perante

o Estado como mini-produtores e disputavam o crédito rural nas mesmas condições que outros produtores rurais. A agricultura familiar, antes dos anos 1990, era conhecida como “agricultura de baixa renda”, “pequena produção” e “pequena agricultura”. Considerando que mesmo hoje os recursos são insuficientes e não conseguem atender boa parte desses produtores rurais, antes eram mais escassos ainda (KÜSTER; MARTÍ, 2004; DIRETORIA DE AGRONEGÓCIOS, 2004).

O conceito de agricultura familiar envolve basicamente a articulação de três elementos: gestão, família e propriedade rural. As definições mais comuns de agricultura familiar estão relacionadas ao aspecto da gestão familiar, ou seja, propriedades rurais cuja responsabilidade de gestão está sob pessoas de uma mesma família (QUEIROZ, 2003). Fickert (2004) entende que de maneira geral tudo o que não é latifúndio é agricultura familiar, e explica: “podem ser definidas como familiares aquelas unidades onde a gestão, o trabalho e a propriedade dos principais meios de produção – mas não necessariamente a terra – pertencem ao produtor direto” (FICKERT, 2004, p. 25). Todavia, a definição técnica e operacional de agricultor familiar, para aquisição de créditos rurais, reúne os seguintes critérios: “sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo”; que disponham, quando muito, de quatro “módulos fiscais de terra, ou seis módulos fiscais no caso de pecuarista familiar; o trabalho familiar deve ser a base da exploração de estabelecimento, admitindo no máximo dois empregados permanentes” (EMATER, 2006, p. 5).

É a agricultura familiar que serve a mesa dos brasileiros: 70% do feijão, 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% do leite bovino, 49% do milho, 40% das aves e dos ovos, 30% de arroz e bom número de frutas e hortaliças vêm da agricultura familiar. Além disso, aproximadamente 40% da riqueza bruta, gerada no campo, provém dos trabalhadores rurais familiares. As propriedades rurais brasileiras da agricultura familiar geram cerca de 14 milhões de empregos no país e contribuem de modo significativo para a permanência de famílias no campo (FICKERT, 2004).

O Estado do Paraná é um dos maiores produtores agrícolas no Brasil. Há muito tempo se destaca na produção de *commodities* como soja, milho e trigo, mas a grande maioria desta produção se deve à agricultura familiar:

Em torno de 80% da produção do estado é proveniente de empreendimentos agrícolas familiares, que comercializam a maior parte de sua produção de alimentos ainda *in natura*, perdendo a oportunidade de agregação de valor ao produto primário através da constituição de agroindústrias, gerando empregos rurais e aumentando a renda dos pequenos produtores, com resultados diretos de melhoria de qualidade de vida às comunidades do meio rural (FERREIRA; BERNARDO-ROCHA, 2005).

Apesar da importância da agricultura familiar no contexto econômico e social, ainda perdura a fragilidade dos investimentos por parte dos governos. Para pesquisadores da área, investimentos nessa agricultura, além de possibilitar desenvolvimento social, são capazes de atender às preocupações de cunho ecológico relacionada ao campo. Tal afirmação pode ser percebida pela frequência com que a agricultura familiar é relacionada a temas como o combate à miséria e à pobreza, produção orgânica, geração de emprego e renda e implementação de projetos e programas da agricultura. O Estado, enquanto financiador da pesquisa e da extensão pode ser um ator fundamental para o crescimento e desenvolvimento deste setor. Entretanto, é preciso ressaltar que as políticas governamentais ainda são limitadas nessa área, e se restringem, na sua maioria, ao oferecimento de juros baixos (KÜSTER; MARTÍ, 2004; PARENTE, 2004; MAGALHÃES, 2004).

Dentro dessa perspectiva, no ano de 1998, o governo paranaense, em parceria com o Banco Mundial, através do programa de fomento ao desenvolvimento social e econômico de pequenos agricultores, o “PARANÁ 12 MESES”<sup>1</sup>, propiciou o surgimento do Projeto Redes de Referências para Agricultura Familiar. O Projeto Redes, como ficou conhecido, foi desenvolvido pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR). Seguindo um modelo francês do *Institut de l'Élevage*, o foco do

---

<sup>1</sup> *Paraná 12 Meses* é um projeto do governo paranaense, em parceria com o Banco Mundial. Foi expandido por todo o Estado do Paraná, a fim de ser um mecanismo de minimização dos problemas sociais dos pequenos agricultores. O projeto abrange os setores da habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente; geração de postos de trabalho na área rural; aumento da renda familiar e manutenção dos ganhos durante os 12 meses do ano (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999).

projeto não está nos produtos, mas no sistema de produção, ou seja, em gerar sistemas produtivos melhorados tecnologicamente para que se tornem referência para outros sistemas semelhantes. O Projeto Redes tem ainda a função de gerar dados (documentos) tanto para a EMATER e o IAPAR, como para o próprio Estado (FERREIRA; BERNARDO-ROCHA, 2005; PASSINI; MIRANDA; MIRANDA, 2004).

As Redes de Referência são conjuntos de propriedades rurais que representam um sistema de produção familiar específico em uma determinada região. As unidades produtivas passam a ser pesquisadas de maneira que sejam identificadas possíveis distorções impeditivas de um maior desenvolvimento na produtividade e rentabilidade do sistema, bem como na qualidade de vida de produtores rurais e suas famílias. As propriedades devem ser vistas por pesquisadores e extensionistas como um sistema<sup>2</sup>, que é como os agricultores as enxergam, ou seja, com uma visão integral de toda a propriedade. Então, são levantadas as limitações e também as oportunidades e, simultaneamente, os produtores familiares passam a ser assistidos tecnicamente. O projeto tem como proposta trabalhar com base na idéia da interação, ao mesmo tempo em que os agricultores fornecem dados, transmitem seu conhecimento adquirido durante toda a vida no campo, geram demandas para novas pesquisas, participam de reuniões enquanto lideranças, e se tornam testemunhas dos avanços ocorridos em suas propriedades, recebem toda sorte de informações técnicas específicas, sobre sua produção, capazes melhorar e potencializar seu trabalho. A relação entre pesquisadores, extensionistas e agricultores não deve ser uma relação vertical, nem hierárquica, mas baseada, portanto, em um processo interativo, onde todos devem participar intensamente de cada etapa do projeto (FERREIRA; BERNARDO-ROCHA, 2005; PASSINI; MIRANDA; MIRANDA, 2004; SALDANHA *et al.*, 2004).

Nesse processo todo, de acordo com o projeto, devem ser consideradas as realidades destes agricultores e de suas propriedades, de maneira que aconteçam adaptações possíveis de serem alcançadas. Não se trata de fazer proposições ou levá-los àquilo que os mesmos não podem alcançar por limitações, seja por

---

<sup>2</sup> Nesse caso, sistema de produção é definido “como sendo um conjunto de culturas (milho, feijão, mandioca, pastagens) e criações (aves, suínos, bovinos) independentes e interagentes entre si, realizados em determinada condição ambiental e manipulados pelo agricultor e sua família de acordo com suas aspirações, preferências e recursos disponíveis” (SOUZA *et al.* 2000, p. 6).



ausência de recursos disponíveis ou por outras que, eventualmente, possam existir. A idéia é que os agricultores e suas famílias sejam, no mínimo, atendidos nas suas expectativas e que as propriedades, com seu sistema de produção, se tornem referência para sistemas similares, localizados em outros lugares da região e do Estado. Nesse sentido, o projeto não tem somente a intenção de melhorar os sistemas de produção familiares quanto à produção e à qualidade, mas, por consequência, gerar renda, desenvolvimento econômico e social para as famílias do campo (PASSINI; MIRANDA; MIRANDA, 2004; SALDANHA *et al.*, 2004).

Ademais, é importante perceber a existência de distinções do ponto de vista taxonômico, diferenças entre a utilização da nomenclatura *redes* para referir-se ao Projeto Redes de Referência e sua aplicação no âmbito dos *estudos organizacionais*. O que os técnicos e pesquisadores do IAPAR e da EMATER estão chamando de *redes*, e não somente eles, mas outras áreas de conhecimento científico, como se pode conferir, por exemplo, nos levantamentos realizados em instrumentos virtuais de busca e consultas de palavras e termos na *Internet*, refere-se a um grupo ou conjunto de elementos que servem de parâmetro ou referência para outrem, e não, exatamente, diz respeito às relações interorganizacionais, à cooperação entre organizações e indivíduos ou execução de tarefas comuns com objetivos convergentes. Assim, não obstante a existência de diferenças no uso da nomenclatura por parte dos criadores e executores do Projeto Redes de Referência, em relação à concepção das *redes* e sua utilização na *administração*, o desenvolvimento e execução do projeto em si, é, à luz dos *estudos organizacionais*, uma proposta de trabalho em rede, que envolve diretamente três instituições: pesquisadores do IAPAR, extensionistas da EMATER e produtores rurais da Agricultura Familiar.

O conceito de *redes*, que será mais bem apresentado em seção específica deste trabalho, compreende de um modo geral, como afirmam Martes *et al.* (2006, p. 46), em “um conjunto de relações ou laços entre atores (indivíduos e organizações)”. Tratando sobre a etimologia e o sentido da palavra *rede* na história, Marcon e Moinet (2001) explicam o seguinte:

Paralelamente, o sentido figurado da palavra rede se afirma a partir do século XII: “Conjunto de coisas abstratas que aprisionam o indivíduo pouco a pouco”. O sentido abstrato de *rede* adquire uma grande extensão na segunda metade do século XIX. Aplica-se a um conjunto de pessoas ligadas entre si, direta ou indiretamente. Nas ciências fundamentais e Aplicadas, depois Humanas, designa um conjunto de pontos que se comunicam entre si (MARCON; MOINET, 2001, p.19)

Giddens (2005, p.299) comenta que inúmeras organizações não funcionam mais como unidades independentes, como se costumava ser, agora cada vez aumenta o número delas que aderiram ao sistema complexo de redes de relações com outras organizações, por perceberem que suas operações funcionam melhor quando conectadas a este. “Não existe mais a linha divisória clara entre organização e grupos externos”. Vive-se atualmente em um processo no qual “a globalização, a tecnologia da informação e as tendências nos padrões ocupacionais significam que os limites organizacionais são hoje mais abertos e variáveis do que foram no passado”.

As explicações científicas que justificam e embasam o fortalecimento das redes sociais e interorganizacionais na atualidade variam conforme o paradigma com o qual se olha o fenômeno. Todavia, algo que ainda parece intrigante, é o aprofundamento de estudos que revelem ou interpretem como os atores envolvidos nas redes representam, enquanto grupo social, o trabalho ou ação desenvolvida neste tipo de configuração. Esse é o desafio sob o qual este estudo se dedica. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objeto de estudo o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar e, como embasamento teórico, além da revisão sobre redes interorganizacionais, a apropriação dos estudos sobre o fenômeno representação social, ou seja, da Teoria das Representações Sociais, uma vez que, como afirmado anteriormente, a intenção é captar o entendimento que cada grupo social tem da ação desenvolvida em rede.

A Teoria das Representações Sociais não é uma novidade no ambiente acadêmico. Nos últimos anos, muitos pesquisadores apropriaram-se do conceito de representação social para aprofundar objetos de pesquisa circunscritos na relação indivíduo-sociedade. O trabalho seminal que inaugurou o conceito de representação social e, posteriormente, a teoria, foi o estudo de Serge Moscovici sobre a

psicanálise<sup>3</sup>, com a publicação da obra *A Psicanálise, sua imagem, seu público*, no ano de 1961, na França. A intenção do autor, nesta obra, foi compreender que concepção e significado que o público em geral tinha da psicanálise, e por quais caminhos essa imagem era constituída e que desdobramentos e repercussões tais representações poderiam assumir (MOSCOVICI, 1978).

Moscovici (1978) explica que toda representação é resultado da junção de figuras e expressões socializadas e que representação social, por sua vez, é o arranjo entre imagens e linguagem, já que realça e simboliza atos e situações que, sendo usuais, se tornam comuns. Para Minayo (1995), as representações sociais consistem em “um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (MINAYO, 1995, p. 89). Nesse sentido segundo Jodelet (2001, p. 17):

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes para a vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.

A partir dessas reflexões preliminares que unem o universo teórico das redes e das representações sociais, e considerando ainda as inquietações e atrativos do tema, esclarece-se que esta dissertação procura aprofundar estudos que revelem e interpretem como os atores envolvidos em um empreendimento organizado na forma de rede, representam, enquanto grupo social, este tipo de configuração, ou seja, o fenômeno das relações entre atores para o desenvolvimento de um projeto comum. Desse modo, considerando que a execução e condução do Projeto Redes de

---

<sup>3</sup> “Freud denominou essa técnica de psicanálise pela simples razão de ter sido capaz, com sua ajuda, de discernir e descobrir os processos psíquicos que, de outra forma, teriam permanecido ocultos ou insuspeitados. Foi durante vários anos em que desenvolvia a técnica da psicanálise que Freud se apercebeu, com ajuda desta nova técnica, da importância dos processos mentais inconscientes na vida psíquica de todo indivíduo, quer mentalmente enfermo ou não” (BRENNER, 1975, p.4).

Referência para a Agricultura Familiar envolve pesquisadores do IAPAR, extensionistas da EMATER e produtores rurais da Agricultura Familiar, e que estes, enquanto atores envolvidos no processo mantêm relações de trabalho baseadas na configuração de Redes, é relevante compreender e analisar a representação social que tais atores têm do Projeto Redes de Referência, de maneira que se apresenta o seguinte problema:

**Qual a representação social do Projeto Redes de Referência para os pesquisadores do IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná, extensionistas da EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, e produtores rurais da Agricultura Familiar?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Compreender a representação social do Projeto Redes de Referência para os pesquisadores do IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná, extensionistas da EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, e produtores rurais da Agricultura Familiar.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

1. Descrever o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar;
2. Desvendar a representação social que pesquisadores do IAPAR têm do Projeto Redes de Referência;
3. Desvendar a representação social que extensionistas da EMATER têm do Projeto Redes de Referência;
4. Desvendar a representação social que produtores rurais da agricultura familiar têm do Projeto Redes de Referência; e

5. Interpretar a representação social do Projeto Redes de Referência entre os diversos atores envolvidos, discorrendo sobre semelhanças e diferenças em suas representações.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

“A noção de rede nunca esteve tão presente na linguagem e no pensamento atuais” (MARCON; MOINET, 2001, p. 18). No entanto, as *redes* não são no todo uma descoberta recente para o mundo das organizações, não seria, portanto, toda errada a afirmação de que, de algum modo, elas sempre existiram entre as organizações. Apesar das tendências de interpretá-las como fenômeno recente ou como uma nova configuração, principalmente no ambiente das pesquisas em administração, suas raízes remontam à Antigüidade e, talvez, nem seja possível apontá-las com precisão (MARCON; MOINET, 2001).

É perceptível, nos últimos anos, que o tema *organizações em rede* ou mesmo *redes interorganizacionais* ganhou maior força e densidade dentro da teoria organizacional. Basta observar a grande quantidade de publicações científicas que têm tratado do assunto. “Publicações sobre redes na área da administração tomam impulso na década de 1970 e 1980 nos Estados Unidos e Inglaterra, mas não chegam ao Brasil antes dos anos 1990. Todavia, o interesse pelo tema vem crescendo” (MARTES *et al.*, 2006, p.13). É natural que em meio a tantos estudos sendo realizados, já tenham sido contemplados os mais diferentes aspectos do tema: seus limites, deficiências, suas potencialidades, benefícios e outros. Por conseguinte, muitos desses trabalhos têm sido capazes de produzir elementos novos, por exemplo, no que diz respeito a reflexões sobre: “a importância das relações entre os atores; a imersão social dos atores em campos sociais; a utilidade das conexões da rede (capital social); e a padronização estrutural da vida social [...]” Além disso, “a ênfase nas relações entre atores é o fator distintivo mais marcante da perspectiva de redes dentro dos estudos organizacionais” (MARTES *et al.*, 2006, p.12).

Não é difícil perceber também que o tema *redes* continua sendo um campo fecundo e aberto para novas construções. Nesse sentido, o presente trabalho também

pretende oferecer uma contribuição na edificação desse campo de conhecimento. Assim, a investigação da representação social do Projeto Redes de Referência traz consigo também a intenção de se deparar com questões do tipo: Como os diversos atores envolvidos na execução de um projeto comum, vêem tal projeto e as relações que estão presentes no mesmo?; ou Que imagem os atores constroem a respeito de um projeto de redes? ou ainda, Que representação têm da rede? Entre todas as possíveis reflexões que poderiam emergir destas indagações, uma delas poderia nos aproximar, por exemplo, da compreensão de como os atores se vêem a si mesmos imbricados nestas relações de redes. O presente trabalho não tem a presunção de alcançar de maneira irrestrita a todas essas questões, mas poderá ser uma das vias pelas quais as mesmas possam ser mais observadas. Além disso, pelo menos nos principais eventos e revistas brasileiras sobre administração, a teoria da qual se servirá a presente pesquisa, talvez ainda não tenha sido deparada com o assunto *redes*, no modo como se pretende fazê-lo neste trabalho.

Aliás, a Teoria das Representações Sociais, desde seu surgimento, tem enfrentado muitos debates e resistências, principalmente por posicionar-se na encruzilhada entre a psicologia e a sociologia. No entanto, tem mostrado, no dizer de Jodelet (2001, p. 23), “vitalidade, transversalidade e complexidade”. Vitalidade, porque se encontra em plena atividade, depois de ter superado tantos obstáculos de cunho epistemológico, por ser fecunda e estar em constante renovação, apesar de sua consistência teórica. Transversalidade, porque situada na interface do psicológico e do social, interessa a muitas outras áreas da ciência: sociologia, antropologia, história, e outras áreas das ciências humanas e sociais. Complexidade, pela transversalidade de suas definições, por lidar ao mesmo tempo com o aparelho psíquico e com os sistemas sociais, e por estar em constante construção.

Quanto ao objeto de estudo, o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar, o mesmo foi escolhido por tratar-se de um projeto que tem na sua concepção, de maneira evidente, uma proposta de trabalho configurada da forma de rede. Trata-se de um projeto de origem governamental que tem na sua essência o pressuposto da interação, principalmente, entre três diferentes atores: pesquisadores do IAPAR, extensionistas da EMATER e produtores rurais da Agricultura Familiar. Chama atenção o fato dos atores atuarem em um mesmo

campo de atividade econômica, com propósitos muito convergentes, mas pertencerem a grupos institucionais diferentes.

Diferente da realidade da pesquisa e extensão rural paranaense, pelo que se percebe nos relatórios de viagens técnicas dos profissionais paranaenses, na experiência do instituto francês e na própria atividade agrícola francesa, que serviu de inspiração para o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar, a pesquisa agrônômica e a extensão rural acontece em um processo mais simultâneo, com participação de agricultores que são legitimamente representados, através de organismos específicos como as *Chambres d' Agriculture* (SOARES *et al.*, 2000, p.8). O projeto desenvolvido no Paraná traz o propósito do trabalho de articulação e conexão entre os atores da pesquisa, da extensão e do campo, percebe-se que é um empreendimento marcado por desafios, mas carregado de boas expectativas por parte de seus executores. Além disso, a implementação oficial do projeto aconteceu há quase dez anos, findou o programa governamental no qual estava inserido, mas ele continua em atividade e é uma das principais pautas da discussão cotidiana das instituições envolvidas (IAPAR e EMATER).

#### 1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A dissertação está organizada de modo que seja possível alcançar os seus propósitos. O primeiro capítulo introduz, contextualiza e apresenta a problemática que norteia o presente estudo. O segundo capítulo discute a Teoria das Representações Sociais, incluindo uma reflexão sob a perspectiva sociológica e os principais conceitos inerentes à mesma. Ainda, nesse capítulo, discorre-se também sobre o conceito de rede, são apontados diferentes paradigmas e abordagens, e apresentadas algumas das diversas teorias sobre redes interorganizacionais. O terceiro capítulo apresenta todo o percurso metodológico percorrido para atingir os objetivos da pesquisa. O quarto capítulo dedica-se à descrição detalhada do Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar. No quinto capítulo é feita a apresentação e análise dos dados coletados no processo de investigação. Por fim, ao sexto e último capítulo cabe a realização de considerações que têm como enfoque a essência e o propósito da pesquisa, de maneira que são feitas observações conclusivas coerentes com os objetivos da mesma.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

Este capítulo tem o propósito de apresentar a literatura que sustenta teoricamente o trabalho de pesquisa no processo de investigação e busca de seu principal objetivo: compreender a representação social do Projeto Redes de Referência. Assim, discorre-se sobre assunto *representações sociais*, onde é feita a abordagem de temas inerentes à teoria sob o prisma da sociologia, e também um aprofundamento teórico da mesma, apresentando seus principais de conceitos. Posteriormente, é dado enfoque ao tema *redes*, discorrendo sobre paradigmas e abordagens teóricas à luz dos estudos organizacionais.

### 2.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nesta parte, sobre as representações sociais, primeiramente serão tecidos comentários sobre a origem do conceito e apresentada, de modo breve, uma reflexão sobre as implicações sociológicas inerentes ao mesmo. Posteriormente, dedica-se ao aprofundamento teórico da Teoria das Representações Sociais.

#### 2.1.1 Origem

Nos últimos anos, pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento apropriaram-se do conceito de representação social para investigar os mais diversos objetos de pesquisa. O trabalho que inaugurou o conceito de representação social e, depois, a Teoria das Representações Sociais, foi o estudo de Moscovici sobre a psicanálise, com a obra “La Psychanalyse, son image, son public”, publicada em 1961 na França. O propósito do autor era compreender a concepção e o significado que o público em geral, além de especialistas sobre o assunto, tinha da psicanálise. Isso, justamente, no período histórico em que a psicanálise ganhou maior impacto, visibilidade e conhecimento por parte da população. Em outras palavras, o autor estava interessado em conhecer a visão do senso comum a respeito da psicanálise (MOSCOVICI, 1978).

Primeiramente, é importante perceber que esse é um campo de estudo cheio de possibilidades, no qual são comuns visões diferentes entre pesquisadores, uma



dose de polêmica, e até de preconceito e censura por parte daqueles que desconsideraram os pressupostos da teoria. Por outro lado, trata-se de um campo de estudos desafiador, aberto a novas pesquisas e em permanente reconstrução. Como explica Jovchelovitch (1995) “a teoria nasceu e – cresceu – sob a égide de interrogações radicais, que repõe contradições e dilemas que ainda hoje precisamos responder. Talvez o principal desses dilemas seja a relação indivíduo-sociedade e como esta relação se constrói” (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 63).

Os questionamentos que perseguiram a Teoria das Representações Sociais ao longo de sua existência e no âmbito psicologia social, dizem respeito às diferentes concepções epistemológicas. São variados os modos de conceber o homem e a sociedade entre os teóricos da sociologia e da psicologia, e também existem diferenças que envolvem a apropriação de métodos científicos como o indutivo e dedutivo, o método dialético, o estruturalista e o fenomenológico. Existem os teóricos inclinados à concepção de psicologia social mais voltada à psicologia, chamada de psicológica; e outros adeptos de uma concepção de psicologia social mais sociológica ou psicossociológica. A primeira parte, sobretudo, do pressuposto da influência do indivíduo na formação do conhecimento, enfatizando a objetividade desta relação e é mais defendida pela escola norte-americana. A outra, admite a influência do indivíduo, mas o compreende como sujeito suscetível e construído sob forte influência da sociedade, é mais aceita e difundida pela escola europeia. Para Farr (1995), este é um debate entre norte-americanos e europeus, e é na perspectiva mais sociológica dos europeus que se encaixa a teoria aqui utilizada. Nesse sentido Farr (1995, p. 31) defende: “a Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica de psicologia social” e como tal precisa ser estudada, sem que pretenda fazê-lo pelas vias da psicologia puramente cognitiva.

Foi no termo “representações coletivas” cunhado por Émile Durkheim que Moscovici baseou-se para construção do conceito de representações sociais. Durkheim foi um dos responsáveis, no âmbito da sociologia, por introduzir uma visão e concepção do indivíduo, como alguém sujeito à enorme influência das instituições sociais, e, portanto, construído também pelo processo coercitivo que chamou de fatos sociais. Inclusive, para Farr (1995) isto faz de Serge Moscovici o principal responsável pela

parte sociológica da psicologia social, motivo pelo qual insiste em enfatizar que a Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica de psicologia social.

Entretanto, para Durkheim (1972), as representações coletivas seriam nada mais do que os mitos, as lendas populares, as concepções religiosas, as crenças morais e outros fatos sociais observáveis, capazes de exercer um poder coercitivo sobre o indivíduo. Ao cunhar o termo representação coletiva, o autor tem como intenção primária diferenciá-la do estado individual da consciência (DURKHEIM, 1972). Segundo Moscovici (2001), compreende-se pelo conceito criado por Durkheim que a representação é homogênea e vivida comumente por todos os membros do grupo, da mesma forma como uma língua comum é partilhada. O autor esclarece também que a função desta representação é manter o vínculo entre os membros do grupo e propiciar o pensamento e a ação comum entre os mesmos. Essas seriam as razões de ser qualificada como coletiva e, também, de permanecer entre gerações exercendo o poder de coerção sobre o indivíduo (MOSCOVICI, 1978; 2001; 2004).

Não restam dúvidas quanto à evidente continuidade entre o estudo das representações coletivas de Durkheim, e o estudo mais recente das representações sociais, que Moscovici assumiu como mais apropriado ao contexto moderno de maior fluidez e complexidade das relações sociais (FARR, 1995). Embora Moscovici (1978) tenha resgatado a noção de representações do sociólogo francês, é também sob uma discussão primária de Durkheim acerca dos espaços individuais e coletivos na formação das representações que residem algumas das diferenças entre representações coletivas e representações sociais. Diferente de Moscovici, Durkheim manifesta a preocupação exaustiva em diferenciar as representações individuais das coletivas; para o autor, as últimas são as únicas responsáveis e originárias das primeiras (DURKHEIM, 1972).

Outro ponto divergente entre os autores compreende o poder de coerção das representações. Para Moscovici (2001), este poder é questionado, por exemplo, pelos estudos de Piaget sobre a formação das representações na criança, o qual defende que, em um período da infância, a cooperação própria do universo social infantil é a responsável pela formação da representação e, nessa, qualquer tipo de coação é descartada. Conforme explica Moscovici (1978), sua intenção é aprofundar

e estudar com maior rigor o fenômeno das representações sociais, já que, para ele, toda representação é resultado da junção de figuras e expressões socializadas (MOSCOVICI, 1978; 2001; 2004).

Assim, uma das definições que Moscovici atribui à representação social, está na afirmação de que esta consiste no arranjo entre imagens e linguagem, uma vez que realça e simboliza atos e situações que, sendo usuais, se tornam comuns. Olhada de uma maneira passiva, trata-se de uma apreensão, a título de reflexo, da consciência individual ou coletiva, “de um objeto, de um feixe de idéias que lhe são exteriores”. A fim de clarificar sua concepção de representação, o autor faz uma analogia com uma fotografia absorvida e alojada no cérebro; “a delicadeza de uma representação é, por conseguinte, comparada ao grau de definição e nitidez ótica de uma imagem” (MOSCOVI, 1978, p. 25). E segue:

É nesse sentido que nos referimos, freqüentemente, à representação (imagem) do espaço, da cidade, da mulher, da criança, da ciência, do cientista, e assim por diante. A bem dizer, devemos encará-la de um modo ativo, pois seu papel consiste em modelar o que é dado do exterior, na medida em que os indivíduos e os grupos se relacionam de preferência com os objetos, os atos e as situações constituídos por (e no decurso de) miríades de interações sociais (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

Entretanto, nesta primeira parte, antes de adentrar, mais especificamente, na Teoria das Representações Sociais e discutir conceitos, é necessário considerar que o estudo das representações sociais tem como premissa a busca por analisar e compreender o conhecimento constituído a partir do senso comum, ou seja, desvendar a imagem e o significado que se formam a partir do cotidiano das pessoas na sociedade. Conseqüentemente, reflexões que emergem nesse cenário são: a constituição do conhecimento do senso comum ou o modo como ele se forma; em que medida esse conhecimento é resultado de uma força social coercitiva; e como atua o indivíduo enquanto sujeito nesse processo. Estas são algumas das questões implícitas à teoria. Assim, o tópico seguinte tem intenção de discorrer brevemente sobre tais elementos em uma perspectiva sociológica.

### **2.1.2 As representações na perspectiva sociológica: a relação indivíduo e sociedade**

Como já mencionado, a Teoria das Representações Sociais transita por um terreno, ao mesmo tempo, fecundo e controverso, do ponto de vista da ciência. Isso se deve ao fato de que ela reúne elementos que fogem ao controle daquilo que pode ser comprovado pelos métodos utilizados nas ciências naturais, os quais, para alguns cientistas sociais, inclusive, são a única via legítima de fazer ciência. Partindo dessa realidade, é importante explicar, ainda que de maneira rápida, a visão dos principais teóricos da sociologia acerca do assunto “representações”. Nesse sentido, os comentários que seguem dizem respeito, principalmente, às obras de Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e outros trabalhos que guardam relação direta com a Teoria das Representações Sociais. É oportuno salientar que a visão de cada autor se manifesta no modo de compreender a relação indivíduo e sociedade, o produto dessa relação e sua implicação no conhecimento do senso comum. É, também, nesse ponto que reside o debate científico e os problemas de método que são comuns à teoria: existem adeptos de diferentes correntes de pensamento: positivistas, estruturalistas, teóricos da sociologia compreensiva, das abordagens fenomenológicas e materialistas históricos (MINAYO, 1995).

Nessas abordagens emergirão interrogações como: Até que ponto o homem é resultado da sociedade? Em que medida é o homem quem constrói e interfere no ambiente social? Como as instituições sociais determinam ou influenciam no modo de pensar do indivíduo? E qual a participação do eu, isto é, do universo subjetivo e abstrato? É certo que não se presume, aqui, aprofundar a visão de cada autor no que concerne a todas estas questões, mas, ao servir-se de um assunto como representações sociais, não é possível ignorá-las.

Primeiramente, em relação à Durkheim, embora tenham sido feitas certas considerações até aqui, é prudente dar ênfase a algumas delas. Para este sociólogo, o homem é produto da sociedade. Basicamente, é a sociedade que opera de maneira coercitiva nele, portanto, a representação social é autônoma e exterior ao indivíduo, advém dos fatos sociais e não necessariamente depende da consciência individual. Fatos sociais, para Durkheim (1972), são modos de agir, de

pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e revestidos de um poder coercitivo capaz de se impor. Além disso, segundo o autor, tais fatos não podem ser confundidos com fenômenos orgânicos, já que são representações e ações, nem com fenômenos psíquicos, que são unicamente oriundos da consciência individual. Ainda sobre os fatos sociais, o autor explica que “não tendo por substrato o indivíduo, não podem possuir outro que não seja a sociedade: ou a sociedade política em sua integridade, ou qualquer dos grupos parciais que ela encerra, tais como confissões religiosas, [...], corporações profissionais, etc.” (DURKHEIM, 1972, p.3).

Durkheim (1972) esclarece que a compreensão de como a sociedade vê a si mesma e o mundo que a cerca depende de considerar a sociedade em sua própria natureza, e não a dos indivíduos: “Com efeito, o que representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam” (DURKHEIM, 1972, p. XXVI). Para o sociólogo, as representações coletivas e individuais não exprimem os mesmos sujeitos e nem os mesmos objetos e, por isso, não dependeriam das mesmas causas. O autor explica que o grupo está constituído de modo diferente do indivíduo e que as coisas que o afetam são também de natureza diversa. Entende também que a soma das representações individuais não resulta em representações coletivas, daí a importância do esforço em compreender o coletivo, não pelas vias com que o individual é compreendido, uma vez que fatos sociais são absolutamente diferentes de fatos psíquicos. Todavia, é importante esclarecer que não significa que o sociólogo tenha negado quaisquer efeitos produzidos na relação entre representações individuais e coletivas, mas que tenha se afastado completamente do assunto, afirmando que o estudo das implicações dessa combinação é uma tarefa da psicologia social e não da sociologia.

Minayo (1995) lembra que Durkheim é enfático ao reafirmar a autonomia dos fatos sociais e seu poder coercitivo sobre o indivíduo, alertando inclusive, que fatos são coisas e devem ser estudados como tal, sem quaisquer interferências filosóficas. Isso pode ser percebido quando o sociólogo afirma que, “hoje já se considera incontestável que a maioria de nossas idéias e tendências não são elaboradas por nós, mas nos vêm de fora, conclui-se que não podem penetrar em nós senão através de uma imposição” (DURKHEIM, 1972, p. 3).

O caráter absolutamente coercitivo que Durkheim atribui aos fatos sociais e, portanto, às representações, encontra divergências entre adeptos do materialismo histórico e do método dialético, da sociologia compreensiva, das abordagens fenomenológicas e do estruturalismo. “Essa visão de objetividade extrema e positivista das representações sociais, por parte de Durkheim e de muitos seguidores de seu pensamento, tem sido duramente criticada por várias correntes no interior das Ciências Sociais” (MINAYO, 1995, p.83).

É importante compreender que no caso dos materialistas históricos, os mesmos admitem o caráter coercitivo das representações, mas a força de coação advém ou é produto das relações entre as diversas classes sociais. Assim, a identificação do indivíduo com determinada classe social e a luta entre as diferentes classes – por exemplo, entre detentores dos meios de produção, dominadores e dominados – define, para o marxismo, a esteira ideológica dos indivíduos, e atua como estímulo à consciência de pertencer a certa classe, daí pode ocorrer, no caso dos coagidos, um processo de libertação (MINAYO, 1995, p.108).

É justamente este um dos pontos no qual reside uma das diferenças entre os pensamentos de Marx e de Durkheim, o último não enxerga o processo de coação como uma luta de classes rivais, mas como um processo natural da vida social. Outro elemento divergente entre os dois teóricos compreende a admissão ou não da realidade abstrata. Durkheim (1972), embora procure se afastar do tema que envolve os fenômenos orgânicos e psíquicos, não chega a negá-los de maneira absoluta. Diferente de Marx (2001), que nega a existência de quaisquer fenômenos que não tenham uma base unicamente material.

O materialismo histórico de Marx e Engels tem como premissa que a consciência do indivíduo é um produto social material. Para Marx (2001), qualquer atividade de abstração ou imaterial, configura um equívoco no modo do homem compreender a si mesmo. Antes de tudo é importante evitar que a sociedade se considere novamente como uma abstração em antagonismo com o indivíduo. “O indivíduo é o ser social” (MARX, 2001, p. 140). No materialismo, o mundo exterior é absolutamente

independente da consciência humana, é tão somente uma realidade objetiva e material:

Consequentemente, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade produz o homem enquanto homem, assim ela é por ele produzida. A atividade e o espírito são sociais tanto no conteúdo como na origem; são atividade social e espírito social. [...] Mesmo nos momentos em que eu sozinho desenvolvo uma atividade científica, uma atividade que raramente posso levar ao fim em direta associação com os outros, sou social, porque é como homem que realizo tal atividade – como também a própria linguagem que o pensador emprega – foi me dado como produto social. A minha própria existência é uma atividade social (MARX, 2001, p. 139-140).

Para o marxismo, a negação do mundo abstrato é uma obsessão. Marx (2001) tece numerosas críticas à fenomenologia de Hegel, já que segundo ele, o pensador reconhece a existência de uma consciência sensível abstrata. Para Marx, a consciência sensível é tão somente humana. Assim, toda sorte de idéias e representações da consciência humana está profundamente relacionada com a realidade material e com o intercâmbio entre os humanos, toda e qualquer espécie de ideologia, teria, nesse modo de pensar, fundação em interesses econômicos e políticos. Logo, a consciência humana é determinada exclusivamente pela vida material e não o contrário, a consciência é produto da vida social. “A categoria chave, em Marx, para tratar do campo da idéias, é a consciência. Para ele, as representações, as idéias e os pensamentos são o conteúdo da consciência que por sua vez é determinada pela base material” (MINAYO, 1995, p.98).

Outra abordagem, cujo construto teórico se mostra relevante no estudo das representações é o estruturalismo. O estruturalismo tem como premissa a interação do homem na sociedade complexa. Coelho (1965, p. X) explica que o estruturalismo pode ser concebido como uma linguagem. Mas, linguagem, nesse caso, não deve ser compreendida apenas como um instrumento que permite exprimir idéias, e sim como “o lugar onde as idéias emergem” a partir de uma teoria ou ideologia. Assim, a língua não seria uma substância, mas expressaria uma forma preexistente, que só se transforma na medida em que a própria linguagem é transformada. A estrutura corresponde à idéia de sistema, trata-se de elementos combinados de modo que a modificação de um resulta da mudança dos outros (COELHO, 1965).

Pouillon (1965, p. 3) antes de definir *estruturalismo*, explica que “estrutura é aquilo que nos revela a análise interna de uma totalidade: elementos, relações entre elementos e o arranjo, o sistema dessas mesmas relações”. Segundo este autor o estruturalismo consiste “em descobrir sob os fatos observados a razão oculta da sua aparência, em trazer à luz essa configuração subjacente que se pode, pois, chamar estrutura” (POUILLON, 1965, p.13). Barthes (1965) por sua vez, entende que o estruturalismo é uma atividade, na qual se realizam operações mentais e sua função é “reconstituir um ‘objeto’ de maneira a manifestar nesta reconstituição as regras de funcionamento (‘as funções’) desse objeto”. Para alguns autores, a representação social é um conceito estruturalista.

Embora não exista na realidade concreta, é da estrutura que emana o sistema de relações e modificações possíveis da realidade. No estruturalismo, o que existem são “estruturas mentais (representações) e suas invariantes históricas. Para essa corrente, os fenômenos fundamentais da vida humana são determinados por leis e atividades inconscientes. Por isso, o centro não é o indivíduo, mas o inconsciente<sup>4</sup> como sistema simbólico”. Coelho (1965) explica que existem três tipos de estruturalismo: “o estruturalismo fenomenológico (Merleau-Ponty), um estruturalismo genético (Piaget) e um estruturalismo de modelos (Lévi-Strauss, Althusser)”.

Moscovici (1978), ao prefaciá-la segunda edição de seu primeiro trabalho sobre as representações da psicanálise, comentando estudos sobre temas concernentes à psicologia social como ideologias e linguagem, explica que, na França, os pesquisadores desses assuntos, embora fossem influenciados pelo estruturalismo com certa *ortodoxia saussuriana*, esqueceram o “que Saussure discerniu com precisão: ‘A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, é comparável, por

---

<sup>4</sup> De fato, como Freud nos diz, o inconsciente e seus processos “não é apenas mais descuidado, mais irracional, mais esquecido e mais incompleto do que o pensamento consciente; ele é completamente e qualitativamente diferente do pensamento consciente e por isso mesmo não pode ser imediatamente comparado a ele”. O inconsciente não pensa, não calcula ou julga; ele restringe a si mesmo a dar às coisas uma nova forma – através da atividade psíquica – que constitui uma representação. Para Freud, o material primário da psique não tem como expressar-se de forma direta e o modo de expressão possível e exatamente o da representação, onde as pulsões encontram formas substitutivas em diferentes objetos. A atividade psíquica, assim envolve uma mediação entre o sujeito e o objeto-mundo. Este último aparece sob formas de representações, re-criado pelo sujeito, que por sua vez é ele mesmo também re-criado pela sua própria relação com o mundo. Poderíamos perguntar-nos, aqui, qual a substância dessas re-presentações, além da carga afetiva que as pulsões depositam em algo com forma diferente? A substância, ou o conteúdo do qual as representações são feitas, são símbolos (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 76).



isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc.'. Ela é apenas o principal desses sistemas" (MOSCOVICI, 1978, p. 15).

Entre os teóricos clássicos da sociologia, outra proeminente contribuição no estudo da relação indivíduo e sociedade, e das representações, é o trabalho de Max Weber. Inicialmente é importante perceber que Weber sinaliza para inúmeras diferenças em relação ao marxismo. Segundo Gerth e Mills (1963), Weber partilha com Marx alguma tentativa de interpretar os fenômenos ideológicos fazendo correlação com os interesses materiais de ordem econômica e política, mas apesar disso, o autor concebe outros elementos além daqueles puramente materiais. Elementos como o significado, as idéias, a mentalidade, as concepções, o carisma e a cultura (MINAYO, 1995; GERTH; MILLS, 1963). Minayo (1995, p. 92) faz uma relação direta entre termos utilizados por Weber como "idéias", "espírito" e "concepções", e as representações sociais.

A Max Weber é atribuído o que se convencionou chamar de sociologia compreensiva, uma vez que "incorporou o problema da compreensão em sua abordagem sociológica que, como ressalva, era um tipo de sociologia, entre outros tantos possíveis. Portanto, chamou sua perspectiva de sociologia interpretativa ou compreensiva" (GERTH; MILLS 1963, p.74). Minayo (1998) explica que as idéias do sociólogo estavam em consonância com Wilhelm Dilthey. Para ela, Dilthey foi um crítico opositor do positivismo que afirmava ser impossível a quantificação e objetivação de fatos humanos, já que esses são providos de sentido e identidade própria, e, portanto, requerem uma compreensão diferenciada (MINAYO, 1998, p. 50).

Gerth e Mills (1963) lembram também que essa busca por compreender o particular como algo específico é atribuída ao "romântico e conservador" pensamento do alemão Dilthey. Estes autores comentam ainda, que é característico, enquanto "racional e positivista", o fato de Weber ter "transformado o conceito de compreensão", que, inclusive, permaneceu sendo para si próprio um aspecto inusitado das Ciências Morais ou Culturais, por tratarem o ser humano de maneira diferente de outros animais e coisas. "O homem pode 'compreender' ou procurar

‘compreender’ suas próprias intenções pela introspecção, ou pode interpretar os motivos da conduta de outros homens em termos de suas intenções professadas ou atribuídas” (GERTH; MILLS 1963, p.74).

Gerth e Mills (1963) explicam que Weber considera como tipos de ação mais compreensiva aquelas essencialmente racionais. Um de seus exemplos clássicos seria a ação do “homem econômico”. Por outro lado, as ações menos racionais são aquelas que perseguem fins absolutos, oriundas de sentimentos afetivos ou de aspectos tradicionais. As ações afetivas estão enraizadas em sentimentos e as ações tradicionais constituem uma forma mais instintiva de agir baseada na vivência das mesmas experiências do passado. Ambas são ações construídas a partir de uma escala de irracionalidade e de racionalidade. Assim, uma vez que o que mais interessa aqui, em relação ao estudo de Weber, é o modo como concebe as representações, é necessário salientar que para o mesmo os indivíduos providos de vontade são capazes de agir de modos diversos e suas idéias podem ou não serem originárias da base material. Weber admite que em determinadas circunstâncias, a realidade material seja preponderante, mas defende a influência de outras motivações, sejam de ordem afetiva ou tradicional. Portanto, em Weber, “as concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto a base material” (MINAYO, 1995, p.93). Nesse sentido:

As idéias nos chegam quando lhes apraz, e não quando queremos. As melhores idéias ocorrem realmente à nossa mente da forma que Lhering descreve: ao fumarmos um charuto no sofá; ou, como Helmholtz diz de si mesmo, com exatidão científica: quando caminhamos por uma rua que sobe lentamente; ou de qualquer outra forma semelhante. [...] Não obstante elas certamente não nos ocorreriam não tivéssemos pensado à mesa e buscado respostas com dedicação apaixonada (WEBER, 1963, p.162).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que para Weber (1963) o homem é um ser complexo e não pode ser compreendido somente a partir de explicações causais como propõe as Ciências Naturais. Minayo (1998) salienta ainda que “a sociologia compreensiva, em Weber, nos diz que as realidades sociais são construídas nos significados e só através deles podem ser identificadas na linguagem significativa da interação social.” Assim, segundo a autora, seria por isso que “a linguagem, as práticas, as coisas e os acontecimentos são inseparáveis” (MINAYO, 1998, p. 51).

A autora esclarece ainda que Weber não discute psicologia, e procura evidenciar que a intenção do mesmo é resgatar a relação entre indivíduo e sociedade, fazendo uma sociologia que considere os significados subjetivos do ator social. Ao citar Weber, Minayo (1998) explica que seu método consiste em:

(a) pesquisa empírica a fim de fornecer dados que dêem conta das formulações teóricas; (b) tais dados derivam de algum modo da vida dos atores sociais; (c) os atores sociais dão significados a seus ambientes sociais de forma extremamente variada; (e) eles podem descrever, explicar e justificar suas ações que sempre motivadas por causas tradicionais, sentidos afetivos ou são racionais. [...] Weber propõe, para conseguir compreender a realidade social, dois princípios metodológicos: (a) neutralidade de valor e (b) a construção do tipo ideal (MINAYO, 1998, p. 51).

Entretanto, é oportuno observar o que comentam Gerth e Mills (1963). Os autores, ao descreverem e admitirem o olhar diferente que Weber tenta dar à sociologia, por exemplo, em relação ao marxismo, criticam seu método da compreensão. Acreditam, pois, que tal método é incapaz de oferecer análises e explicações estruturais de fenômenos, uma vez que trabalha os sistemas de ação pelas suas funções, ou seja, como “estruturas funcionais e não pelas intenções subjetivas dos indivíduos que a praticam, [...] devemos esperar que ele siga uma teoria subjetiva de estratificação, mais isto não ocorre” (GERTH; MILLS 1963, p.76).

Assim, não obstante o pensamento weberiano tenha se mostrado, de certo modo, hostil tanto ao positivismo como o materialismo histórico, alguns autores defendem que seu itinerário metodológico acabou por apresentar similaridades com ambos. Gerth e Mills (1963) advogam que ao utilizar “o princípio da explicação estrutural, Weber aproxima-se do processo analítico do pensamento marxista, que, de uma forma ‘desespiritualizada’, utiliza o modo de pensar originalmente hegeliano e conservador” (GERTH; MILLS 1963, p.76). Para Minayo (1998), é o esforço por uma objetividade mostrada, por exemplo, na construção dos “tipos ideais”, que faz o método weberiano reencontrar-se com o pensamento de Durkheim. Em que pesem os questionamentos do método, Minayo (1998) advoga que o clássico trabalho de Weber é considerado uma contribuição para pesquisa qualitativa, que, inclusive, influenciou várias abordagens e o surgimento da *fenomenologia sociológica* e da

*etnometodologia*, que tem seus pressupostos em um “conceito central weberiano: o significado da ação social.” (MINAYO, 1998, p. 52).

Assim, faz-se pertinente adentrar um pouco no assunto *fenomenologia*, especialmente a partir das ciências sociais. Bello (2004), apresentando o conceito de fenomenologia a partir do filósofo Husserl, afirma que este se dedica especialmente ao estudo da complexidade do ser humano, que é “estudada, *estruturalmente*, pela análise transcendental e, posteriormente, abordada pela fenomenologia das culturas em suas específicas e diversificadas articulações conforme as diversas condições humanas nas diversas culturas”. Para Bello (2004), “o *transcendental* é aquilo que faz parte da subjetividade, é própria do sujeito, não deriva de fora; ao passo que *transcendente* é que está além do sujeito”. Explica ainda, que o esforço da fenomenologia consiste na busca por compreender, através de um processo de “escavação”, qual a “origem mais profunda de um fenômeno cultural, ou seja, ir a até o fundo” (BELLO, 2004, p. 49-100). E mais:

Neste momento, podemos ter dentro de nós atenção, desinteresse ou interesse, medo, tranquilidade, agitação, preocupação, em suma, um mundo que não pode ser reduzido apenas ao que nós chamamos de atividade, de conhecimento. Entre todas as vivências que cada um de nós está vivendo neste momento, nós não podemos conhecer as que estão ocorrendo nos outros, mas apenas aquelas que estamos vivendo em nós. Todavia, nós podemos entender um pouco o que outros estão vivendo, pois nós temos a possibilidade de ver a expressão do rosto e a atitude do corpo. Conseguimos captar o que outros estão vivendo, pois também nós podemos viver as mesmas coisas, mesmo que não seja neste instante (BELLO, 2004, p. 53).

Minayo (1998) lembra que no campo das ciências sociais, a fenomenologia é conhecida como a sociologia da vida cotidiana. Apontando Alfred Schütz como um dos principais responsáveis da fenomenologia nas ciências sociais, a autora afirma que este sofreu influência dos princípios filosóficos de Edmund Husserl, e posteriormente, um pouco do pensamento weberiano. Esta autora explica que tal abordagem é caracterizada por elementos como: a forte crítica aos métodos das ciências naturais – o objetivismo – já que se fundamenta basicamente na compreensão da subjetividade; a absoluta ênfase na subjetividade como constitutiva do ser social e da compreensão objetiva de si mesmo; e a concepção de sociologia como responsável pela descrição fenomenológica. Mostra também que o espaço-

tempo que de fato interessa e importa para a fenomenologia é a vida presente e a relação face a face, e analisa que, primeiramente, os indivíduos recebem o mundo social apresentado como “um sistema objetivado de designações compartilhadas e de formas expressivas”. Assim, “é o mundo da cotidianidade, tal como é experimentado pelo homem em ‘atitude natural’ é aceito como tal. Dentro da atitude natural o homem não questiona a estrutura significativa do mundo, mas age e vive nela”. Deste modo, o mundo cotidiano é uma construção das tipificações dos próprios atores sociais, em compatibilidade com suas relevâncias (MINAYO, 1998, p. 56).

Minayo (1998) destaca que para Schütz, no momento em que o objeto das ciências sociais é estudado, o mesmo já está, de algum modo, estruturado e interpretado, uma vez que, enquanto realidade social, já existe um sentido para o indivíduo inserido nessa realidade. É por isso, ressalta a autora, que a fenomenologia no campo da sociologia, privilegia as primeiras elaborações ou construtos dos indivíduos de uma sociedade, ou seja, do senso comum, mesmo que, este esteja repleto de noções aparentemente vagas, emotivas e contraditórias. Minayo (1998) ressalta que para essa abordagem, o objetivo principal do cientista social é fazer emergir ou “revelar os significados subjetivos que estão implícitos no universo dos atores sociais”. A autora aborda importantes conceitos de Alfred Schütz, como *situação*, ou lugar que o indivíduo ocupa na sociedade; *estoque de conhecimento*, que tem a ver com seu universo e sua capacidade de interpretar a realidade à sua volta e pautar sua ação; e *estrutura de relevâncias*, que diz respeito àqueles contextos e objetos que são importantes e caros ao indivíduo. Segundo a autora, são estes conceitos que propiciam o trânsito entre os contextos individual e grupal-comunitário, ou seja, a intersubjetividade (MINAYO, 1998, p. 56-57).

Berger e Luckmann (1996) por sua vez, são os responsáveis pela reflexão sociológica que trata da “construção social da realidade” (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 14). Os autores, que vêem o método da análise fenomenológica como o melhor para investigar os fundamentos da vida cotidiana, se dizem influenciados por Alfred Schütz, a quem atribuem grande contribuição na percepção do conjunto de elementos teóricos que compõe a sociologia do conhecimento; pelos primeiros escritos de Marx e por suas implicações antropológicas advindas da biologia

humana; pela concepção da natureza da realidade social de Durkheim; e por Weber no que compreende a noção de constituição da realidade social através de significados subjetivos.

Desse modo, para Berger e Luckmann (1996, p. 30), toda preocupação com o universo cotidiano é basicamente uma tarefa da sociologia do conhecimento, que deve “ocupar-se com o que os homens ‘conhecem’ como ‘realidade’ em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica”. Berger e Luckmann (1996) salientam que não se tratam de idéias, mas de pura e simplesmente, conhecimento do senso comum. E afirmam: “é precisamente este ‘conhecimento’ que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. A sociologia do conhecimento, portanto, deve tratar da construção social da realidade” (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 30). Na concepção sociológica dos autores, dois termos considerados são vitais: realidade e conhecimento, onde a *realidade* é concebida como uma qualidade que pertence aos fenômenos que existem, independente de nosso próprio desejo ou vontade; e o *conhecimento* expressa a certeza de que os fenômenos são reais e detêm características próprias.

O esforço que se empreendeu até aqui consistiu na pontuação de elementos sociológicos que se antecipam à Teoria das Representações Sociais, bem como de mostrar diferenças, entre teóricos clássicos da sociologia, sobre suas concepções de sociedade ou realidade social e do indivíduo e seu conhecimento. O item que segue tem a intenção de discorrer de modo mais específico sobre a Teoria das Representações Sociais e os conceitos que a constituem.

### **2.1.3 A Teoria das Representações Sociais**

Nesta parte, inicialmente, é preciso discorrer mais sobre o termo *representação* na perspectiva de noções que se aproximem do que propõe a teoria, e, posteriormente, sobre o modo como o próprio Moscovici concebe as representações. Yamamoto (2005) lembra que na perspectiva lingüística, a palavra *representação* evoca prontamente as idéias de re-apresentação que seria uma cópia fiel do real, e de interpretação. No entanto, Matui (1995) baseado no conceito de *esquemas representativos* de Jean Piaget, utiliza o termo “representação mental” para explicar

que representação é uma espécie de imagem mental ou esquema simbólico, um aspecto figurativo do pensamento. Servindo-se de Piaget, o autor lembra que é através da representação mental que a criança separa o significado do significante. Significado seria o próprio objeto de significação, e significante, o nome dado ao objeto. Entretanto, o autor esclarece que o nome é tão somente um dos tipos de significantes e que outros seriam: indícios, sinais, símbolos e signos (MATUI, 1995).

O autor explica ainda que a formação das representações mentais é o mecanismo primário que possibilita a passagem da ação para conceituação. “As representações mentais são prolongamentos das ações e percepções, interiorizadas e reconstruídas em nível simbólico. Elas não são inatas como já vimos, mas construídas”. E ainda, esta construção se daria a partir de mediadores como: a experiência física com o objeto; depois, principalmente no caso da criança, a imitação de gestos e outros, e jogos simbólicos como a dramatização e o teatro; o desenho como assimilação e conformação do objeto; a imagem mental; e, por fim, a linguagem, que melhor representaria o processo de internalização dos movimentos e percepções (MATUI, 1995, p. 136).

Jodelet (2001) afirma que representar ou se representar consiste no ato de um pensamento no qual um sujeito se conecta a um objeto. A existência de um objeto é imprescindível para que haja representação, sem ele esta não existe. Tal objeto, sendo real ou imaginário, pode ser desde uma pessoa a uma coisa, ou ainda um acontecimento, um fenômeno natural ou uma idéia. Explica também que em relação à representação mental – como a pictórica, teatral, ou a política – ao apresentar o objeto, substitui o lugar do mesmo e o torna presente quando não se encontra presente ou distante. A representação mental, por sua vez, traz em si a “marca do sujeito e de sua atividade” (JODELET, 2001, p. 23).

Entretanto, Jovchelovitch (2000) alerta para o seguinte: pode ser perigoso apropriar-se de explicações sobre a atividade representacional em si mesma para entender as representações sociais, uma vez que estas estão geralmente carregadas de cognitivismo e de uma perspectiva individualista. Nesse sentido a autora comenta que para as teorias cognitivas clássicas a representação é tão somente uma

“reflexão do mundo externo na mente ou uma marca da mente que é produzida no mundo externo” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 76).

Sobre isso, Spink (1995) explica que é evidente o contraste entre a psicologia cognitiva e a psicologia social: enquanto a primeira focaliza as propriedades estruturais da representação como processo não estrutural, a outra persegue as representações buscando desvendar as marcas sociais do cognitivo e as condições cognitivas do funcionamento ideológico. Assim, na psicologia social, compreendendo representações como um conhecimento prático, busca-se “entender seu papel na instituição de uma realidade consensual e sua função sócio-cognitiva de integração da novidade e de orientação das comunicações e das condutas” (SPINK, 1995, p.86).

Moscovici (1978), tratando mais especificamente das representações sociais, explica que “toda representação é composta de figuras e expressões socializadas”, e que deve ser encarada de uma maneira ativa, uma vez que sua função é modelar aquilo que é exterior, através da relação de indivíduos e grupos com “os objetos, atos e as situações constituídas por (e no decurso de) miríades de interações sociais”. O autor esclarece que esse processo de remodelação ou reprodução da realidade exterior é marcado pelo contexto de valores, noções e regras que lhe são solidárias. “Aliás, o dado externo jamais é algo acabado e unívoco; ele deixa muita liberdade de jogo à atividade mental que se empenha em apreendê-lo”. Assim, a linguagem atua circunscrevendo e atraindo a partir do rico fluxo de associações, de modo a impregnar de metáforas e projetar no seu próprio espaço, que é simbólico. “Por isso uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime”. Assim, a representação social é um modo de conhecimento específico que tem por finalidade a construção de comportamentos e a comunicação entre pessoas. Nas palavras do autor: “insisto nas especificidades das representações porque não gostaria de vê-las reduzidas, como no passado, a simples simulacros ou resíduos intelectuais sem relação alguma com o comportamento humano criador” (MOSCOVICI, 1978, p. 25-26). Jodelet (2001) complementa:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num



vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes para a vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva (JODELET, 2001, p.17).

Moscovici (1978) esclarece ainda, que uma representação contém marcas de seu objeto, mas a distância que ela possui em relação ao objeto, é o que a caracteriza como representação: “uma representação é sempre uma representação de alguém, tanto quanto de alguma coisa”. Desse modo, cada grupo social exerce funções respectivas, e o conjunto das relações sociais imbricadas são identificáveis à medida que emergem imagens, informações e linguagens. Assim, “representar não consiste somente em selecionar, completar um ser objetivamente determinado com um suplemento de uma alma subjetiva. É, de fato, ir mais além, edificar uma doutrina que facilite a tarefa de decifrar, predizer ou antecipar seus atos” (MOSCOVICI, 1978, p. 27).

Sobre o conceito de representações sociais, Moscovici comenta que se por um lado é simples apreender a realidade do fenômeno, não acontece o mesmo com seu conceito. Uma das razões para tal afirmação consiste no fato de que as representações sociais se situam em uma posição mista, uma encruzilhada entre conceitos sociológicos e psicológicos. Segundo o autor, primeiramente, é preciso esclarecer o que não são representações: o fenômeno ora estudado não é compatível com a idéia de mito, enquanto este reflete, para o homem primitivo, a única via de percepção da natureza e da realidade social, a representação, para o homem moderno, é uma das vias pelas quais se apreende o mundo concreto (MOSCOVICI, 1978; 2004).

Nesse sentido, o autor chama atenção ainda para a inconsistência de uma comparação fria das representações com conceitos como *opinião* (atitude), e *imagem*. Quanto à *opinião*, esta se revela pouco estável, particularizada, específica, estática e caracterizada como um momento de constituição de atitudes e estereótipos. A *imagem* é concebida como um reflexo interno de uma realidade externa, uma reprodução não ativa de um dado imediato. “Podemos supor que

essas imagens são espécies de 'sensações mentais', de impressões que os objetos e as pessoas deixam em nosso cérebro" (MOSCOVICI, 1978, p. 46-49).

Diferentemente, quando se trata das representações sociais, se parte de outros pressupostos: a não existência de uma separação definida dos universos exterior e interior do indivíduo ou do grupo, no seu campo comum não são realidades heterogêneas. Além do mais o objeto da representação é uma realidade ativa e dinâmica, criativa, pois em parte, é fruto tanto da pessoa como da coletividade como extensão de seu comportamento. Trata-se de um processo que remodela e reconstitui elementos do ambiente próprio do comportamento, capaz de dar sentido e ao mesmo tempo inseri-lo em uma rede de relações vinculadas ao seu objeto (MOSCOVICI, 1978; 2004; JODELET, 2001).

Assim, a representação social tem a função de interpretar, remodelar e reconstituir objetos, especialmente, aqueles que nos causam ameaça por desconhecimento e estranheza ou que estejam ausentes. Aí é preciso pontuar o fenômeno das representações perante duas instâncias do universo psíquico: *conceito*, como dimensão intelectual, e *percepção*, como capacidade sensorial. Moscovici (1978) procura salientar que a representação não se resume a nenhuma dessas instâncias, mas se posiciona como processo de mediação entre as duas, com propriedades mistas. Tais propriedades possibilitam o acesso da esfera sensorial-motora à esfera cognitiva, ou seja, da percepção ao conceito. Esse é um processo de aproximação do distante e desconhecido, de passagem do exterior para o interior, que é vital para o trabalho de cognição. Contudo, "nada nos obriga a ficar limitados a este modo de ver. A representação não é, em minha opinião, uma instância intermediária, mas sim um processo que torna o conceito e a percepção de certo modo intercambiáveis, uma vez que se engendram reciprocamente" (MOSCOVICI, 1978, p. 56-57).

Moscovici mostra que as representações mantêm uma relação com o objeto que resulta na gênese de todo o processo de conhecimento. Nesse sentido, a percepção requer a existência do objeto, enquanto que para o conceito sua ausência é indiferente: essa oposição é mantida pela representação e a partir daí ela mesma se desenvolve. Ao mesmo tempo em que representa um ser ou uma qualidade, atualiza e o traz à luz, independente de sua presença e até inexistência; promove o

distanciamento de seu contexto material até que torne possível a formação do conceito que, intervindo, dá sua própria forma ao ser ou qualidade. “Do conceito ela retém o poder de organizar, de unir e filtrar o que vai ser reintroduzido e reapreendido no domínio sensorial. Da percepção, ela conserva a aptidão para percorrer e registrar o inorgânico, o não formado, o descontínuo” (MOSCOVICI, 1978, p. 58). O autor esclarece que é a perfeita comunicação entre conceito e percepção, momento no qual uma penetra no outro, gerando uma substância concreta comum, que é a responsável pela impressão de realismo e materialidade das abstrações. É esse caminho que permite a minimização do desequilíbrio causado pela introdução em nós do ser estranho, vindo de fora (MOSCOVICI, 1978; 2004).

Na construção teórica de Moscovici, o caminho percorrido até aqui conduz a duas observações: primeiro, que o processo psíquico de tornar familiar o objeto estranho e ausente é uma atividade de construção de uma figura do objeto, que difere de qualquer conhecimento intelectual e sensorial; segundo, que este mesmo processo desdobrando-se na construção criativa de uma figura remodelada e nova por parte de indivíduo ou grupo, atua neste, enquanto sujeito que, também é de algum modo, transformado pela relação com a figura de maneira que lhe atribui um significado ou significação. “No real, a estrutura de cada representação apresenta-se-nos desdobrada, tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto à página de frente e verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica” (MOSCOVICI, 1978, p. 65). Desse modo tem-se que: “representação=imagem/significação, em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma idéia e toda idéia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2004, p. 46), ou ainda, para cada figura<sup>5</sup> existe um sentido e para cada sentido existe uma figura. Jovchelovitch (1995) complementa:

Símbolos pressupõem a capacidade de evocar presença apesar da ausência, já que sua característica fundamental é que eles significam uma outra coisa. Nesse sentido eles criam o objeto representado, construindo uma nova realidade para a realidade que já está lá. Eles provocam uma fusão entre o sujeito e objeto porque eles são a expressão da relação entre o sujeito e o objeto (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 74).

---

<sup>5</sup> A palavra figura exprime, melhor que a palavra imagem, o fato de não se tratar somente de um reflexo, de uma reprodução, mas também de uma expressão e de uma produção do sujeito (MOSCOVICI, 1978, p. 56).

Antes, pois, de avançar em outros aspectos da teoria, é prudente esclarecer em que sentido, segundo Moscovici, uma representação é social. Posto que uma representação requer um objeto, a partir de um sujeito que pode ser um indivíduo ou grupo, o adjetivo *social* merece um pouco mais de atenção. Tal merecimento, primeiramente de modo mais artificial, se fundamenta nas características variadas do universo, no qual as representações transitam: o “universo de opinião” como denominou Moscovici (1978, p. 67), que são as “classes, culturas ou grupos”. Cada grupo reúne em si um conjunto de premissas que lhe dá posicionamentos diferentes perante situações diversas. Assim, o autor trabalha com a hipótese de que cada universo reúne três dimensões: informação, o campo de representação ou imagem e a atitude (MOSCOVICI, 1978; 2004).

A dimensão da informação diz respeito ao acesso que um determinado grupo tem do conjunto de conhecimento sobre um objeto ou ainda, se um grupo tem ou não informação sobre um dado assunto, idéia, teoria e outros objetos. O campo de representação ou imagem é a dimensão que trata do espaço ou do conjunto de elementos que compõe a representação, os vários juízos formulados que emergem em um grupo a respeito de um objeto. A atitude, por sua vez, é uma dimensão freqüentemente relacionada ao comportamento do grupo ou classe em termos de uma orientação global de posicionamentos e valores positivos ou negativos sobre um objeto, por exemplo, ser a favor ou contra o objeto da representação por motivos ideológicos, religiosos e outros (MOSCOVICI, 1978; 2004). A análise da presença ou não destas três dimensões possibilita avaliar em que medida uma representação social é estruturada em um dado grupo. Isso é possível porque a representação revela a relação do grupo “com um objeto socialmente valorizado, notadamente pelo número de suas dimensões, mas, sobretudo, na medida em que ela diferencia um grupo do outro, seja por sua orientação, seja pelo fato de sua presença ou de sua ausência” (MOSCOVICI, 1978, p. 75).

Entretanto, Moscovici salienta que a via da análise das três dimensões se mostra insuficiente e ainda artificial. Também o fato de ser produzida coletivamente não garante o qualificativo social. Mais que isso, é importante o papel que desempenha, “a situação histórica ou econômica, as motivações sociais ou individuais, na

edificação de um conteúdo particular e na forma específica que este recebe”. Assim a qualificação de uma representação como social não depende de conhecer seu *agente* produtor. “Saber ‘quem’ produz esses sistemas é menos instrutivo do que saber ‘por que’ se produzem”, ou seja, “para se poder apreender o sentido qualificativo social é preferível enfatizar a *função* a que ele corresponde do que a circunstância e as entidades que reflete” (MOSCOVICI, 1978, p. 76).

Agora, pois, seguindo ainda o raciocínio de Moscovici, interessa o lugar no qual as representações sociais se situam em uma “sociedade pensante”. Para explicar isso, o autor fala em dois universos presentes em nossa cultura: *universos consensuais* e *universos reificados*. No universo consensual, “a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada de sentido e finalidade, possuindo uma voz humana e agindo tanto como um ser humano. Em outras palavras, o ser humano, é aqui, a medida de todas as coisas”. Por outro lado, no universo reificado, a sociedade é modificada em um sistema de instituições “sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade. Esta sociedade ignora a si mesma e suas criações, que ela vê somente como objetos isolados, tais como pessoas, idéias, ambientes e atividades” (MOSCOVICI, 2004, p. 50).

Nos universos consensuais “todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição” (MOSCOVICI, 2004, p. 54). Como se vê, o universo consensual é composto por grupos de pessoas que se encontram em situação de igualdade, liberdade e em condições de expressar em nome do grupo. Não existe, nesse universo, capacidade ou conhecimento técnico e científico no qual o indivíduo sustenta seu pensamento e ação, a partir do instituto da competência, esta só circunstancialmente. Esse universo é marcado pelo entrelaçamento de livres expressões e opiniões, compostos por amadores ou observadores curiosos, que se utilizam de jargões populares ou frases acabadas de domínio público. Os discursos e conversações são alimentados por pessoas que constantemente exprimem seus pensamentos, idéias e conhecimento. Essas pessoas podem também ser profissionais de áreas distintas que interagem alimentando a atividade de “conversação”. O processo constante de interação cria núcleos estáveis e hábitos comuns de fazer coisas, existe também

certa solidariedade e cumplicidade para lidar com coisas comuns e acessíveis a todos (MOSCOVICI, 1978; 2004). “O pensar é feito em voz alta. Ele se torna uma atividade ruidosa, pública, que satisfaz a necessidade de comunicação e com isso mantém e consolida o grupo, enquanto comunica a característica que cada membro exige dele” (MOSCOVICI, 2004, p. 51).

Sobre o universo reificado, é necessário primeiro comentar o que vem ser reificação. Para Berger e Luckmann (1996, p. 122) trata-se de “uma apreensão dos fenômenos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos e possivelmente super-humanos”. Os autores explicam que a reificação torna possível que o ser humano esqueça sua própria autoria do mundo social, o homem perde a consciência enquanto produtor de relações e coisas. “O mundo reificado é por definição um mundo desumano. [...] Os significados humanos não são mais entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo, por sua vez, produtos da ‘natureza das coisas’” (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 123).

Desse modo, diferente do consensual, o universo reificado é composto por pessoas que ocupam papéis diferentes em classes distintas. O critério para ser membro desse corpo social é científico ou técnico, e está baseado no instituto da competência que credencia ou não, a participação em determinada área de conhecimento. Esse universo é composto de um sistema de regras predefinidas, de posições legitimadas por instituições e alimentadas por prescrições e acordos. Não se pode fazer afirmações de qualquer modo, não se está autorizado a dizer coisas que estão fora do âmbito de domínio e compreensão, as pessoas têm papéis e prerrogativas diferentes umas das outras (MOSCOVICI, 1978; 2004). “O computador serve como modelo para o tipo de relações que são, então, estabelecidas e sua racionalidade, podemos ao menos esperar, é a racionalidade do que é computado” (MOSCOVICI, 2004, p. 52).

Existe um largo contraste entre os universos consensual e reificado, são realidades antagônicas. Enquanto o universo reificado é o ambiente próprio das ciências, do pensamento elaborado por parâmetros científicos, o universo consensual é o ambiente do senso comum e das representações sociais. Sobretudo, essas representações é que modelam e constituem os objetos e episódios, de modo que

se tornem comuns na realidade consensual, e que façam o caminho de um universo para o outro. “De caminho, cada um aprende à sua maneira a manipular os conhecimentos científicos fora de seu âmbito próprio, impregna-se do conteúdo e do estilo do pensamento que eles representam” (MOSCOVICI, 1978, p. 22).

Para reduzir conjuntamente a tensão e desequilíbrio, é preciso que o conteúdo estranho se desloque para o interior de um conteúdo corrente, e que o que está fora do nosso universo penetre no interior do nosso universo. Mais exatamente, é necessário tornar familiar, o insólito e insólito o familiar, mudar o universo sem que ele deixe de ser nosso universo. [...] O trabalho de representação consiste em atenuar essas estranhezas, introduzi-las no espaço comum, provocando o encontro de visões, de expressões separadas e díspares que, num certo sentido, se procuram (MOSCOVICI, 1978, p. 60-61).

Olhando o paradoxo entre ciência e senso comum, é adequado reafirmar o que já foi dito de outras formas até aqui: a função primordial de todas as representações sociais é transformar em familiar o que não é familiar, de tornar comum o que não é comum (MOSCOVICI, 1978; 2004; JODELET, 2001; SÁ, 1995;). “O ato da re-representação é um meio de transferir o que nos perturba, o que ameaça nosso universo, do exterior para o interior, do longínquo para o próximo” (MOSCOVICI, 2004, p. 56). Talvez a afirmação anterior seja uma das mais claras e precisas sobre o fenômeno. Até o presente momento neste estudo, também deve ter ficado claro, que no exercício de representar, cada um conta com aquilo que dispõe no seu arcabouço, isto é, em seu mundo pessoal e social. Além disso, da mesma forma que um sujeito transforma ou reconstitui um objeto de maneira a aproximá-lo e torná-lo familiar, também é transformado e modificado por este. A ciência, enquanto objeto, é transformada e modificada pelo senso comum, mas o este também é formado e gerado a partir da ciência. Diferente do que se “acreditava no século passado, longe de serem um antídoto contra as representações e ideologias, as ciências na verdade, geram, agora tais representações. Nossos mundos reificados aumentam com a proliferação das ciências” (MOSCOVICI, 2004, p. 60). Ora se o universo reificado aumenta, acaba por resultar na duplicação do mundo consensual, que torna, ao seu modo, as coisas mais acessíveis.

Esse processo de aproximação dos mundos – reificado e consensual –, isto é o exercício da representação, inclui dois conceitos que são considerados chave para a

compreensão da dinâmica proposta pela teoria: ancoragem e objetivação. São os processos pelos quais as representações são geradas. Ancorar é a tentativa de trazer o estranho, o inusitado e o incomum, para perto, de maneira que aconteça um processo de redução das distâncias, de restrição a categorias e imagens não estranhas, comuns ao universo interior. Objetivar é, justamente, retirar objetos do mundo abstrato e transformá-los em figuras quase concretas, mudar o que está em um plano mental para um plano onde adquira uma forma de existir no mundo físico (MOSCOVICI, 1978; 2004; JODELET, 2001).

A ancoragem implica um processo de categorização e classificação. A categorização significa que no momento de aproximação do objeto, uma primeira iniciativa do sujeito é compará-lo a um protótipo ou a um paradigma que julga mais adequado. “Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele”. Dessa forma, o objeto assume as características da categoria de referência e sofre o reajuste que lhe permite o enquadramento mais próximo a mesma. Assumida uma categoria específica e conformada ao paradigma de referência, adequada ao mundo do sujeito, acontece a classificação, que é o enquadramento, ou seja, o dar nome às coisas que antes eram estranhas. Esse processo de classificação, ou de nominalização, não é uma atividade analítica baseada somente em elementos de base material, mas refere-se a uma atividade complexa que faz precipitar um nome ou uma classe, como em uma solução química. Trata-se, inclusive, de uma atividade que supera a idéia pura de pensamento, de percepção e, também, de rotulagem. Seu propósito é fornecer subsídios para a interpretação de características do objeto, clarificação das intenções e motivações de pessoas e suas atitudes (MOSCOVICI, 1978; 2004; JODELET, 2001). “Classificar algo que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe” (MOSCOVICI, 2004, p. 63).

O processo de classificar pode se dar de duas maneiras: pela particularização ou pela generalização. Na generalização acontece a redução das distâncias, através da seleção de uma característica aleatória do objeto ou pessoa. Trata-se então, de uma caracterização. Já na particularização, o objeto é mantido à distância e sob análise, na tentativa de distinguir que aspecto o torna distinto. Essa tendência para



classificar, através da generalização ou da particularização não consiste em uma simples escolha intelectual, mas um posicionamento específico frente ao objeto, que pretende defini-lo rapidamente como algo absolutamente estranho ou aceitável, dentro de uma certa normalidade (MOSCOVICI, 1978; 2004). “É isso que está em jogo em todas as classificações de coisas não-familiares – a necessidade de defini-las como conforme, ou divergentes, da norma” (MOSCOVICI, 2004, p. 65).

A objetivação é basicamente o processo de dar forma, de oferecer materialidade às coisas e aos seres, mudá-los do plano abstrato para o concreto, é trazer e unir o não-familiar com a realidade. “Para começar, objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância” (MOSCOVICI, 2004, p. 71-72). Dar forma e materialidade diz respeito justamente a essa descoberta da qualidade icônica, ou seja, selecionar as imagens que melhor representam um objeto ou ser, que são capazes de lhes constituir visivelmente. Uma das vias da objetivação é o imenso estoque de palavras e expressões socializadas que circulam na sociedade. Tal conjunto de imagens compreende o que Moscovici (2004) denominou de *núcleo figurativo* do objeto, pessoa ou idéia. Jodelet (2001) comenta que a objetivação é esse caminho de estruturação a partir da imagem, capaz de oferecer uma forma tangível para compreensão da realidade. Sobre o processo de ancoragem e objetivação, Jodelet (2001) entende o seguinte:

A naturalização das noções lhes dá valor de realidades concretas, diretamente legíveis e utilizáveis na ação sobre os mundos e os outros. De outra parte, a estrutura imagética da representação se torna guia de leitura e, generalização funcional, teoria de referência para compreender a realidade (JODELET, 2001, p. 39).

A autora explica que são esses processos “generativos e funcionais” marcados socialmente, que possibilitam nossa aproximação das representações em patamares diversos de complexidade. “Desde a palavra até a teoria, que serve de versão do real; desde conceitos ou categorias até as operações de pensamento, que os relacionam, e à lógica natural, característica de um pensamento orientado à comunicação e à ação”. Enfim é esse o caminho capaz de explicar a face concreta e abstrata “das representações e de seus elementos, que têm um estatuto misto de fenômeno percebido e de conceito” (JODELET, 2001, p.39).

Um último elemento da Teoria das Representações Sociais que é importante ser comentado diz respeito à causalidade. Posto que a teoria tem como pressuposto a completa “diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos em toda a sua estranheza e imprevisibilidade, seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível a partir de tal diversidade” (MOSCOVICI, 2004, p. 79). Nesse sentido, uma tendência dos pesquisadores que estudam a teoria é não conceber nada dos gestos e manifestações do indivíduo como fenômenos casuais. Pelo contrário, parte-se quase sempre da idéia de que para todas as ações e falas existem causas estabelecidas, ou seja, intenções que precisam ser conhecidas. “Quando nós vemos fumaça, nós sabemos que um fogo foi aceso em algum lugar e, para descobrir de onde vem fumaça, nós vamos em busca desse fogo”, ou seja, “o pensamento social, faz, pois, o uso extensivo das suspeições, que nos colocam na trilha da causalidade” (MOSCOVICI, 2004, p. 79).

Nessa perspectiva, segundo a teoria existem, de modo geral, dois tipos de motivações que conduzem as ações humanas: “o pensamento é *bi-causal* e não *mono-causal* e, estabelece simultaneamente, uma relação de causa e efeito e uma relação de fins e meios” (MOSCOVICI, 2004, p. 80). Moscovici (2004) explica que quando os fenômenos se repetem é estabelecida uma relação entre nós e eles, de maneira que, para nós, seja possível uma explicação lógica que sugira algo a ser descoberto, sobre suas causas e intenções. Nesse sentido, existem, basicamente, as causalidades primárias e secundárias.

A causalidade primária é espontânea e compreende o nosso posicionamento perante o desconhecimento de uma ação, um comportamento ou ainda um acontecimento, que imaginamos ter uma causa que nos provoca por ser nossa desconhecida. Daí a inclinação generalizada de “personificar motivos e incentivos”, de representar uma causa de maneira imaginária, em outras palavras, terminando por atribuir intenções que parecem precisas e corporificar a coisas, em vez de a concebermos como uma representação provinda da nossa percepção particular (MOSCOVICI, 1978; 2004, p. 81).

A causalidade secundária não é espontânea e implica uma eficiência. É resultado da educação do indivíduo, de sua linguagem, visão científica do mundo que se posiciona perante as ações e fenômenos exteriores, desconsiderando totalmente seu conteúdo de intencionalidade, admitindo-os somente como elementos experimentais, sem parcialidade. Trata-se de enquadrar e atribuir tudo a um referencial pautado em experiência técnica que tende a categorizar e classificar as coisas, pretendendo obter explicações causais. Moscovici (1978; 2004) esclarece que as duas agem juntas e que os indivíduos transitam o tempo todo entre uma e outra:

Por um lado, pelo fato de procurar uma ordem subjetiva, por detrás dos fenômenos aparentemente objetivos, o resultado será uma inferência; por outro lado, pelo fato de procurar uma ordem objetiva por detrás de fenômenos aparentemente subjetivos, o resultado será uma atribuição. Por um lado, nós reconstruímos intenções ocultas para explicar o comportamento da pessoa: essa é uma causalidade de primeira pessoa. Por outro lado, nós procuramos fatores invisíveis para explicar o comportamento visível: essa é uma causalidade de terceira pessoa (MOSCOVICI, 2004, p. 83).

Importa perceber que a causalidade está diretamente relacionada ao conjunto de elementos que compõe a realidade social do indivíduo, ao pensamento humano e sua própria complexidade e do ambiente em que vive e interage com outros. Sobre este assunto é importante comentar que o próprio autor não se deu por satisfeito, manifestando a necessidade de que o estudo das causalidades fosse ainda melhor aprofundado. “Estou convencido de que, cedo ou tarde, nós conseguiremos uma idéia mais clara de causalidade” (MOSCOVICI, 2004, p.88).

Antes, contudo, de finalizar esta parte, faz-se oportuno e adequado um pequeno comentário sobre o papel da linguagem nessa teoria. A linguagem pode ser um instrumento privilegiado de comunicação. Pode-se afirmar que a linguagem organiza os sinais e códigos para melhorar a comunicação e assim ajustar as relações (CHANTAL; WERNER, 1973). Berger e Luckmann (1996, p.56) evidenciam que a linguagem pode ser definida como um “sistema de sinais vocais, e o mais importante sistema de sinais da sociedade humana”. Ela tem origem e referência primária na vida cotidiana e é capaz transcendê-la. Trata-se, segundo os autores, de um sistema de sinais objetivamente praticável, por isso não pode ser confundida com outros

tipos de expressões vocalizadas. “As objetivações comuns da vida são mantidas primordialmente pela significação lingüística”. A linguagem possibilita um processo contínuo de produção de sinais que permitem a sincronia sensível às intenções subjetivas das partes envolvidas na conversação. Além disso, ela exerce, com certa facilidade, efeitos coercitivos sobre o indivíduo e acaba por forçá-lo a assumir seus padrões. “A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo”. E ainda, “a linguagem é capaz não somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária, mas também fazer retornar estes símbolos, apresentando-os como elementos objetivamente reais na vida cotidiana” (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 61).

Por fim, um último comentário neste tópico, diz respeito ao que Moscovici (2004, p. 216) chama de “themata”. O autor utiliza o termo para explicar que as representações sociais “são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um ‘referencial de um pensamento preexistente’; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência”. Assim, elas vivem um constante trabalho social que se dá no e através do discurso. Além disso, segundo o autor: “Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e integridade normativa do grupo”. Nesse contexto, salienta a importância de que a forma comunicativa e difusiva, uma vez que não há outro meio diferente dos sentidos e do discurso, possibilite às pessoas orientarem-se e adaptarem-se a estas coisas. “Não há representações sociais sem linguagem, do mesmo modo que sem elas não há sociedade”. E ainda: “o lugar do lingüístico na análise das representações sociais não pode, por conseguinte, ser evitado: as palavras não são a tradução direta das idéias, do mesmo modo que os discursos nunca são reflexões imediatas das posições sociais” (MOSCOVICI, 2004, p. 219).

Ao construir esta etapa revisória da literatura sobre representações sociais, chama atenção a amplitude e a profundidade da teoria. Isso, inclusive, é um estímulo para continuar o estudo do fenômeno. Todavia, para o que se propõe no presente

trabalho, *a priori*, mostram-se suficientes os subsídios teóricos abordados para prosseguir com as próximas etapas da pesquisa.

## 2.2 REDES INTERORGANIZACIONAIS

Entre os tópicos mais discutidos, atualmente, no campo das teorias organizacionais e nas publicações científicas sobre administração, estão as pesquisas e ensaios teóricos sobre o tema rede (MARTES *et al.*, 2006). Giddens (2005) comenta que um grande número de organizações não funcionam mais como unidades independentes, como costumava ser, agora cada vez aumenta o número delas que aderiram ao sistema complexo de redes de relações com outras organizações, por perceberem que suas operações funcionam melhor quando conectadas a esse. “Não existe mais a linha divisória clara entre organização e grupos externos” (GIDDENS, 2005, p. 299).

Nesta parte da dissertação, é comentado o fenômeno das redes, as bases históricas de formação do mesmo. Logo após procedem-se comentários acerca dos paradigmas nos quais o fenômeno se inscreve e também sobre as diversas formas teóricas de compreender a rede. Por fim, de modo sucinto, apresenta-se o conceito de rede.

### 2.2.1 O fenômeno rede

As relações entre organizações para alcançar objetivos unidirecionais não é, exatamente, algo recente, mas remonta à Antiguidade. Marcon e Moinet (2001, p.18) entendem que o que se tem agora é uma nova forma de olhar a realidade que já existia, e reconhecem que “a noção de rede nunca esteve tão presente na linguagem e no pensamento atuais”. Desse modo os dois autores se apropriam da idéia de que as redes, como se configuram hoje, são uma mescla de fatos antigos e fatos novos. Marcon e Moinet (2001) explicam que o “sentido figurado da palavra rede se afirma a partir do século XII: ‘Conjunto de coisas abstratas que aprisionam o indivíduo pouco a pouco’. O sentido abstrato de rede adquire uma grande extensão na segunda metade do século XIX”: refere-se “a um conjunto de pessoas ligadas entre si, direta ou indiretamente” (MARCON; MOINET, 2001, p.19).

Giddens (2005) entende que se vive hoje em um processo no qual “a globalização, a tecnologia da informação e as tendências nos padrões ocupacionais significam que os limites organizacionais são hoje mais abertos e variáveis do que foram no passado” (GIDDENS, 2005, p. 299). Sobre os aspectos atuais que justificam o fenômeno das redes, Castells (2005) também destaca o seguinte:

O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização de empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores; [...]; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para acumulação e gestão de capital (CASTELLS, 2005, p. 39).

Castells (2005, p. 119) acredita que o último quarto do século passado protagonizou o surgimento de uma nova economia que é, a seu ver, “informacional, global e em rede” que teve sua criação possibilitada pela “revolução da tecnologia da informação”. Segundo o autor a característica *informacional* está baseada na afirmação de que “a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação”. A característica *global* se baseia na observação de que algumas “atividades produtivas, o consumo e a circulação”, bem como “seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos”. Por sua vez a característica *rede* se explica porque “nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais”.

No entendimento de Castells (2005), com o processo de reestruturação do capitalismo e a transição do industrialismo para o informacionalismo, evoluíram diversas tendências organizacionais:

- *“Da produção em massa à produção flexível”* – o industrialismo foi caracterizado principalmente pela economia de escala e pela produção mecanizada traduzida nas linhas de montagem e na produção em massa, mas ocorreram mudanças ocasionadas pela transformação tecnológica e, conseqüentemente, imprevisibilidade das demandas de “quantidade e qualidade”. As demandas tornando-se mais imprevisíveis e os mercados, portanto, mais diversificados, começaram a surgir sistemas produtivos mais flexíveis, ou seja, melhor adaptáveis a transformações ambientais. Essa flexibilidade ainda visa dar dinamismo à produção de grande volume para adequar-se à realidade das grandes empresas. Isto, de certo modo, permite a continuidade da “economia de escala e sistemas de produção personalizada e reprogramável, captando economias de escopo”. São os novos aparatos tecnológicos que possibilitam as alterações “das grandes linhas de montagem típicas da grande empresa em unidades de produção de fácil programação que podem atender às variações do mercado (flexibilidade do produto) e das transformações tecnológicas (flexibilidade do processo)” (CASTELLS, 2005, p. 211);
- *“A empresa de pequeno porte e a crise da empresa de grande porte: mito e realidade”* – desgaste dos modelos tradicionais de empresas de grande porte frente à capacidade de flexibilização, inovação e criação de empregos nas pequenas e médias empresas. Mas isso não significou perda de poder e controle de grandes organizações sobre empresas pequenas e médias que passaram, inclusive, a subcontratá-las, o que possibilitou ganhos de produtividade e de eficiência (CASTELLS, 2005, p. 212);
- *“Toyotismo: cooperação gerentes-trabalhadores, mão-de-obra multifuncional, controle de qualidade total e redução de incerteza”* – relações complementares estáveis entre empresa principal e uma rede de fornecedores de modo a existir uma adaptabilidade entre ambos. Isso ocasionou a “desintegração vertical da produção em uma rede de empresas”, pois esta “permite maior diferenciação dos componentes de trabalho e capital da unidade de produção” (CASTELLS, 2005, p. 214);

- “*Formação de redes de entre empresas*” – consideram-se dois tipos de flexibilidade nas organizações: “o modelo de redes multidirecionais posto em prática por empresas de pequeno e médio porte e o modelo de licenciamento e subcontratação de produção sob o controle de uma grande empresa”. No primeiro tipo empresas menores tanto podem formar redes com empresas grandes, quanto com outras organizações de seu porte. No segundo tipo “a organização em rede é uma forma intermediária de arranjo entre desintegração vertical por meio dos sistemas de subcontratação de uma grande empresa e as redes horizontais das pequenas empresas”, ou seja, “é uma rede horizontal, mas baseada em um conjunto de relações periféricas/centrais, tanto do lado da oferta como no lado da demanda no processo” (CASTELLS, 2005, p. 217);
- “*Alianças corporativas estratégicas*” – este tipo de fenômeno se caracteriza pelas relações entre empresas de grande porte, são alianças que diferem dos “tradicionais cartéis e outros acordos oligopolistas porque dizem respeito a épocas, mercados, produtos e processos específicos e não excluem a concorrência em todas as áreas (a maioria) não cobertas pelo acordo” (CASTELLS, 2005, p. 220);
- “*A empresa horizontal e as redes globais de empresas*” – a forma organizacional sofreu alterações, passando das “burocracias verticais para a empresa horizontal”. Algumas características desta empresa são: “organização em torno do processo, não da tarefa; hierarquia horizontal; gerenciamento em equipe; medida do desempenho pela satisfação do cliente; recompensa com base no desempenho da equipe;” e maior interesse nas relações entre fornecedores e clientes. A estratégia das redes nesse caso deu flexibilidade ao sistema, já que a própria empresa se tornou uma rede, dinamizando as partes de sua estrutura interna e descentralizando suas unidades. Mas isso não dirimiu, por completo, o problema da adaptabilidade (CASTELLS, 2005, p. 221);
- “*A crise de modelo de empresas verticais e o desenvolvimento de redes de empresas*” – a constituição de “redes de subcontratação centralizadas” em



organizações de grande porte é um fenômeno distinto da constituição de redes horizontais de pequenas e médias empresas. “A estrutura em forma de teia resultante das alianças estratégicas entre as grandes empresas é diferente da mudança para empresa horizontal”, mas ambas compõem um processo fundamental: “o processo de desintegração de modelo organizacional de burocracias racionais e verticais, típicas de grande empresa sob as condições de produção padronizada em massa e mercados oligopolistas”. Posto isto é preciso salientar que as transformações ocorridas nas últimas décadas não apontam para a descoberta de “um melhor modo de produção, mas a crise de um modelo antigo e poderoso, porém excessivamente rígido” (CASTELLS, 2005, p. 223);

- “A *redes de redes*” – uma empresa de que trabalha no setor da *Internet*, fornecendo “comutadores e roteadores que conduzem dados pelas redes de comunicações” pode aplicar a mesma lógica das redes do universo da informática nos negócios da organização. Isso pode significar organizar na *Internet*, ao redor de si mesma, “as relações com os clientes, os fornecedores, os parceiros e os funcionários, e, por intermédio de engenharia, projeto e *softwares* excelentes”, e desse modo automatizar a maioria de suas relações de “interação” (CASTELLS, 2005, p. 226).

Clegg e Hardy (1999) corroboram afirmando que as redes são novas formas organizacionais que resultam de uma transição da burocracia à fluidez. Explicam que embora seja reconhecida a importância da burocracia no mundo das organizações, deve-se reconhecer com naturalidade surgimento dessas “novas formas de organização”. Observam que as fronteiras externas que outrora demarcavam os limites da organização estão ruindo, “à medida que as entidades se fundem e se descaracterizam, passando a formar ‘cadeias’, ‘conglomerados’, ‘redes’, ‘alianças estratégicas’, questionando a relevância de um foco organizacional”. Do mesmo modo observam que as fronteiras internas que davam contorno à burocracia também estão ruindo, “tornando as organizações pós-fordistas mais ágeis e flexíveis, com menor número de níveis hierárquicos e, para ser mais rigorosos, *menos* formatadas”. Segundo os autores, esta “nova fluidez” percebida na “aparência externa das organizações” tem como premissa a idéia de que “as

relações interorganizacionais em uma organização pode ser uma fonte mais importante de capacidade do que das características internas, tais como ‘tamanho’ ou ‘tecnologia’” (CLEGG; HARDY, 1999, p. 39).

### 2.2.2 As bases de formação

Segundo Martes *et al.* (2006, p. 46), de maneira geral, rede é “um conjunto de relações ou laços entre atores (indivíduos e organizações)”. Mas antes de enveredar para a discussão sobre conceitos de rede e fazer distinções sobre as formas como se manifesta no mundo das organizações, parecem convenientes comentários que levem ao entendimento da trajetória de redes enquanto campo de pesquisa. Sobre isso, Martes *et al.* (2006, p. 10) explicam que no contexto da sociologia, a evolução histórico-científica de redes contém três bases de formação: “estudos sociométricos, apoiados na psicologia *gestalt*<sup>6</sup>; estudos desenvolvidos por antropólogos da Universidade de Manchester; e estudos desenvolvidos pelos estruturalistas da Universidade de Harvard”.

A linha de análise que utiliza os estudos sociométricos tem como precursores, na década de 1930, os trabalhos de Jacob Moreno, que se servia de “sociogramas – representando grupos como uma coleção de pontos conectados por linha – para identificar os relacionamentos em forma de rede entre pessoas e os padrões de interação, *clusters* e as dinâmicas dos pequenos grupos” (MARTES *et al.*, 2006, p.11). Para facilitar a compreensão é oportuno comentar que para a psicologia *gestalt* um todo não pode ser compreendido quando separado das partes, já que o todo é mais que a soma de todas as partes. “Uma paisagem não é apenas relva + céu + árvores + nuvens + outros detalhes. É uma percepção única que depende do **relacionamento** especial existente entre as partes”. É possível perceber as partes, porém estas só existem “em **relações** definidas umas com as outras. Mudemos as relações e a qualidade e o todo mudará completamente” (BARROS, 1985, p. 48).

---

<sup>6</sup> “Esta ‘escola psicológica’ surgiu na Alemanha, aproximadamente em 1910, com os trabalhos experimentais dos cientistas Max Wertheimer, Wolfgang Köhler e Kurt Kfta. A palavra alemã *gestalt* não tem tradução exata em outras línguas. Em português, corresponde, aproximadamente, às palavras, forma, figura, estrutura, todo, padrão, configuração, etc.” (BARROS, 1985, p. 47).

A outra linha de formação para compreensão das redes, desenvolvida por antropólogos de Manchester, trabalhou a união da “matemática com a teoria social substantiva” a partir da década de 1950. A esse grupo são atribuídas duas abordagens: “a utilização de redes egocêntricas, isto é, a análise de redes em torno de um indivíduo em particular”, e ainda, “a análise do conteúdo dos laços da rede por meio de abstrações que descrevem modos particulares da atividade social, tais como parentesco, interação política, amizade e relações do trabalho” (MARTES *et al.*, 2006, p. 11). Nesse grupo, já se percebe uma grande variação quanto à concepção de rede, de uma visão mais técnica baseada nos padrões e formas para identificar rede, passa-se para uma noção que reconhece, por exemplo, aspectos sociais e humanos presentes no fenômeno.

Por sua vez, a linha de estudo da escola de Harvard, com os estruturalistas, a partir de 1960, buscaram a conciliação entre diferentes abordagens de redes e seus trabalhos “sobre a base matemática das estruturas sociais”. Trata-se da tentativa de “modelar e mensurar matematicamente os papéis sociais – chamada de *blockmodeling* – pode ser considerado como o fundamento da atual forma de análise de redes” (MARTES *et al.*, 2006, p. 11). Os autores elucidam que estas variações e mudanças na forma de enxergar e conceber a rede foram resultado de mudanças que começaram a ocorrer no ambiente acadêmico no começo da segunda metade do século XX, que tinham como princípio “a fuga de explicações individualistas, atomistas em direção a explicações relacionais, contextuais e sistêmicas”, que inclusive contagiou muitas áreas das ciências: “Estudos Organizacionais, Sociologia, Antropologia, até a Medicina e Física” (MARTES *et al.*, 2006, p. 10).

### **2.2.3 Redes e paradigmas**

Burrell e Morgan (1979), em *Sociological paradigms and organizational analysis*, apresentam os diferentes paradigmas de estudo das ciências sociais, em particular da teoria sobre organizações, qualificando e diferenciando os mesmos a partir da natureza da ciência e da natureza da sociedade. Partindo dessas duas linhas os autores separam quatro paradigmas: funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical.

Morgan (2005) explica que o funcionalismo está baseado na existência concreta e objetiva da sociedade que é demarcada por relacionamentos sociais tangíveis e concretos. A ciência social é livre de valores e aplica-se o rigor das técnicas e métodos científicos como a observação e outros. O funcionalismo procura compreender a sociedade de modo a produzir conhecimento empírico sob o prisma da utilidade. O paradigma interpretativo parte do princípio que o “mundo social” tem uma situação ontológica duvidosa e de que “a realidade social não existe em qualquer sentido concreto”, é resultado da “experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos”. Nessa corrente o pesquisador deve ser mais um participante que um observador. Além disso, “a ciência é vista como uma rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivamente determinadas, que os praticantes inventam e seguem”. Tem-se que “a situação do conhecimento científico é vista, portanto, como tão problemática quanto o conhecimento cotidiano do senso comum”. Estão presentes nesse paradigma a hermenêutica, a etnometodologia e o interacionismo simbólico fenomenológico (MORGAN, 2005, p.61).

Quanto ao paradigma humanista radical também segue a noção de que a realidade é socialmente construída, porém, seu foco de análise diz respeito ao que Burrell e Morgan (1979) chamam de patologia da consciência, que corresponde a um processo de aprisionamento e alienação do ser humano por parte de processos físicos e sociais. Conceitos importantes ao funcionalismo como ordem social e liberdade humana, são para o humanismo radical fonte de dominação. O estruturalismo radical, por sua vez, se assemelha ao humanismo radical na concepção de sociedade como “força potencialmente dominante”. Todavia, se baseia na “concepção materialista do mundo social, definido por estruturas sólidas, concretas e ontologicamente reais”. A realidade existe em si mesma, independente da maneira como é percebida. O paradigma estruturalista radical tem como obsessão a busca pelo entendimento das tensões sociais e da maneira pela qual os que detêm o poder na sociedade buscam se manter nessa condição através da dominação (MORGAN, 2005, p. 62).

Vizeu (2003) sugere, a partir de seu estudo sobre os paradigmas nas pesquisas envolvendo o tema redes interorganizacionais, dois modelos epistemológicos para tratar do fenômeno: a abordagem “técnico-econômica de cunho funcionalista” e a

“abordagem histórico-cultural de cunho fenomenológico”. Inclusive, no estudo feito pelo autor apontou-se, através de uma investigação nos periódicos brasileiros, a existência de uma predominância da abordagem técnico-econômica de cunho funcionalista em trabalhos sobre redes. No quadro que segue o autor apresenta as principais características das duas abordagens.

**Quadro 1:** Especificidades de duas abordagens em ciências sociais

<b>orientação</b>	Técnico-econômica de cunho funcionalista	Histórico-cultural de cunho fenomenológico
<b>características</b>		
Pressuposições relativas à ciência social	<b>Objetivista:</b> Ontologia realista Epistemologia positivista (empiricista) Visão determinista da natureza humana Foco em metodologias nomotéticas	<b>Subjetivista:</b> Ontologia nominalista Epistemologia anti-positivista Visão voluntarista da natureza humana Foco em metodologias ideográficas
Esfera de mundo privilegiada na investigação	Mundo objetivo	Mundo subjetivo e mundo social
Interesse de pesquisa	Técnico	Compreensivo
Formato de ciência	Empírico-analítica (modelo de ciências naturais)	Histórico-hermenêutica
Orientação racional pressuposta no comportamento social	Racionalidade cognitivo-instrumental	Racionalidades de cunho intersubjetivo
Principal dimensão social focalizada na investigação	Dimensão econômica	Dimensão cultural

Fonte: Vizeu (2003, p. 6)

A corrente técnico-econômica tem tradição norte-americana e a corrente histórico-cultural nasceu da experiência européia, mais especificamente dos distritos italianos que ficam no centro e nordeste da Itália (Terceira Itália). Segundo Vizeu (2003), a abordagem histórico-cultural se fortaleceu a partir da interpretação e crítica que

adeptos norte-americanos do paradigma funcionalista fizeram das experiências nos distritos. Tais experiências tinham entre outras características, a cooperação baseada em valores como confiança e laços afetivos entre os participantes da rede. Autores europeus se defenderam sob o argumento de que os parâmetros funcionalistas, baseados, sobretudo, na ênfase econômica eram inadequados para analisar o fenômeno ocorrido na Itália. Os argumentos dos estudiosos europeus tinham como base três pilares: “o problema cultural, o problema histórico e o problema da significação dada ao comportamento cooperativo entre os participantes da rede”. Esses três pontos apresentam características peculiares, tanto do ponto de vista do modo de conceber redes, quanto do método de estudo a ser aplicado para sua compreensão. É à luz dessas considerações que se constrói a abordagem histórico-cultural fenomenológica para redes.

Diferentemente, na escola norte-americana, os estudos sobre redes interfirmas têm como principal referência a orientação técnico-econômica, que se construiu a partir da teoria dos custos de transação. Aqui a ênfase está sobre as relações de mercado sob o prisma da competitividade, “os arranjos em rede são considerados como instrumentos eficazes de controle dos custos de transação, pois permitem uma melhor regulação de operações interfirmas [...] e não comprometem a capacidade de rápida adaptação às mudanças” no cenário econômico competitivo. Em suma, essa abordagem concebe redes a partir da noção de determinismo ambiental, no qual são os procedimentos técnicos e estratégicos que visam aumentar a eficiência, a capacidade de competir no mercado e a potencialização dos recursos (VIZEU, 2003, p. 9).

Ainda na tentativa de aprofundar o tema redes perante os diferentes paradigmas no campo da teoria organizacional, Tolbert e Zucker (1999), explicam que antes se considerava somente que a estrutura formal era resultado dos esforços racionais de dirigentes organizacionais em buscar maior eficiência e controle do desempenho nas atividades do trabalho. Segundo as autoras, esta relação positiva, considerada como o caminho de fortalecimento da organização sob os aspectos do tamanho e complexidade técnica, reúne: “(a) necessidade e capacidade de organizações maiores buscarem especialização visando ao aumento da eficiência;” e ainda “(b) relação entre complexidade e tamanho do componente administrativo em termos do

crescimento e necessidade de supervisão para lidar com problemas de coordenação decorrentes da especialização”. As autoras concordam que nos anos 1960 esse foco se alterou para acrescentar reflexões a respeito da influência “das forças ambientais na determinação da estrutura”, mas, entendem, que “o quadro explanatório básico funcionalista/econômico foi mantido na maioria dos trabalhos [...]”. Explicam que o modelo positivista sofreu muitas críticas, entre outros motivos, pela escassez de descobertas empíricas consistentes e por reflexões que começaram a questionar os imperativos da racionalidade e enfatizar suas limitações (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 199).

#### **2.2.4 Redes e teorias**

Dois exemplos de teorias nos estudos organizacionais que passaram a considerar a forças ambientais, mas mantiveram diferenças, uma balizada pela racionalidade e outra mais imersa no estudo do poder e força do ambiente, são: a teoria da ecologia populacional e a teoria institucional.

A teoria da ecologia populacional, postulada por Hannan e Freeman (1977), baseia-se na tentativa de apontar os motivos da alta variabilidade de estruturas em meio às organizações, ou seja, sua intenção é responder por que existem tantas organizações diferentes. Para tanto, a ecologia populacional recorre à teoria darwiniana fazendo mais que uma analogia, quase uma transposição de conceitos, e aplicando-os para a realidade do mundo das organizações. Assim, a seleção é um processo no qual uma organização inflexível ou inerte às pressões ambientais tende a ser substituída por outra, a não ser que passe por um processo de níveis altos de adaptabilidade, que estes autores chamam de resultados evolucionais particulares. População seria um conjunto de organizações que correspondem a uma forma comum ou contornos estruturais semelhantes, ou ainda, “resultado de um processo que isola ou segrega um tipo de organização de outro, incluindo incompatibilidades tecnológicas e ações institucionais, tais como regulamentações do governo” (BAUM, 1998, p.137).

Baum (1998) entende que a partir do questionamento das causas da diversidade de organizações, “ecólogos organizacionais” tentam demonstrar quais influências as

realidades políticas, econômicas e sociais exercem sobre essa variabilidade estrutural. Fica evidente, na teoria da ecologia populacional, que os fatores do ambiente externo se apresentam como imperativos e determinantes da realidade da população organizacional, sendo, nesse caso, insuficiente o modelo adaptativo proposto pela teoria da contingência<sup>7</sup>. É justamente sobre essas constatações que repousam uma das principais críticas à ecologia populacional. Segundo Cunha uma vez entendido o determinismo ambiental explicitado na teoria, muito embora não pareça ser esta sua intenção primeira, isto significou para Donaldson (1995 *apud* CUNHA, 1999, p.22) um caráter de antigestão, em que o papel do administrador se faz limitado e impotente na possibilidade de realizar mudanças e fazer adaptações na tomada de decisão.

Cunha (1999, p.27) demonstra certa concordância com as afirmações de Lex Donaldson, porém vislumbra com menos gravidade o caminho de atenuação do conflito, quando propõe ser possível que os gestores se tornem “catalisadores da abertura ao exterior em vez de controladores intra-organizacionais”. O autor vê a necessidade de uma interação da racionalidade organizacional e racionalidade ambiental, mas, para isso, entende ser necessário que a ecologia populacional seja compreendida mais como de reflexão de gestão do que sociológica (CUNHA, 1999).

---

<sup>7</sup> Para Donaldson (1999), a teoria da contingência estrutural, conforme prefere denominar, rompe com os modelos clássicos justamente porque trabalha sobre a idéia de que não existem estruturas altamente universais ou genéricas às organizações. A abordagem contingencial compreende a organização com um sistema aberto, complexo e interativo, daí a noção de relativização que permeia toda a teoria. Segundo Donaldson (1998), nesta teoria o que determina a estrutura da organização é a adequação ao que há de contingente no ambiente interno e o ajustamento ao meio ambiente. O aspecto interno corresponderia a fatores como estratégia da organização, tamanho e tecnologia e seriam eles a influenciar diretamente na composição estrutural da organização, ainda que a qualquer modo, estes mesmos fatores sejam, conseqüentemente, influências do ambiente externo. Assim, embora os ambientes, interno e externo sejam contingenciais, a ênfase na determinação da estrutura é suficientemente compreendida pela relação direta com seu meio interno. Este autor reforça a compreensão conceitual desta teoria afirmando que o “funcionalismo adaptativo, o modelo da adequação da contingência e o método comparativo constituem o coração do paradigma da teoria da contingência estrutural” (DONALDSON, 1998, p.115). Nesse contexto, as contribuições de Lawrence e Lorsch (1973) apresentam os importantes conceitos de diferenciação e integração. Os autores identificam a partir de seus trabalhos de pesquisa que, considerando as contingências e o processo de adaptação, na medida em que as organizações se tornam mais complexas e dinâmicas tendem a se diferenciar em sua estrutura interna e a se especializar cada vez mais em determinadas funções. Lawrence e Lorsch (1973) refletem que embora esta diferenciação possa contribuir na melhora de desempenho, pode quase que inevitavelmente resultar em conflitos na organização. Daí a necessidade proeminente de que aconteça a integração dos diferentes departamentos e funcionalidades da organização como mecanismo de solução de problemas. As implicações destes conceitos se tornam mais relevantes se compreendidas a partir da dinâmica organizacional propostas pela teoria da contingência.



Por sua vez, a teoria institucional preconizada por Meyer e Rowan (1977) compreende a estrutura formal como representações simbólicas socialmente aceitas e compartilhadas. Tolbert e Zucker (1999) elucidam que o trabalho de Meyer e Rowan (1997) repousava sob a intenção de abstrair como se dava a utilização de fatores simbólicos para estrutura formal, principalmente considerando as lacunas da racionalidade. Assim, é compreensível que a estrutura pode existir independentemente de que existam problemas de coordenação e controle, até mesmo em organizações pequenas, nas quais essas questões não têm grande relevância. Sobre esta perspectiva simbólica temos a seguinte consideração:

O que usualmente, coloca-se sob o título de Teoria Institucional constitui o resultado da convergência de influências de corpos teóricos originários principalmente da ciência política, da sociologia e economia, que buscam incorporar em suas proposições a idéia de instituições e padrões de comportamento, de normas e de valores, de crenças e pressupostos, nos quais encontram-se imersos, indivíduos, grupos e organizações (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 1999, p. 220).

De acordo com as considerações de Meyer e Rowan (1977), a partir da relação organização-ambiente, na teoria institucional tem-se que a organização na sua estrutura, é resultado das instituições. Instituições seriam padrões estabelecidos, conjunto de normas, leis e hábitos praticados, determinantes das relações entre as pessoas no mundo social que, transportados para realidade da organização, se tornam formais. As reflexões destes autores sugerem que os ambientes altamente institucionalizados exercem influências sobre as organizações. Embora não estejam descritos em roteiros e memorandos, são esses que dão contorno e justificam a estrutura formal das organizações. Assim, segundo Meyer e Rowan (1977), o isomorfismo<sup>8</sup> organizacional poderia ser traduzido pela busca por compatibilizar valores culturais do ambiente, resultando em semelhanças das organizações entre si.

---

<sup>8</sup> [...] o isomorfismo constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais. Na esfera populacional tal abordagem diz que as características organizacionais são modificadas na direção de uma compatibilidade crescente com as características do ambiente; o número de organizações em uma população é em função da capacidade de sustentação do ambiente; e a diversidade de configurações organizacionais e isomórfica à diversidade ambiental (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.77).

Estes comentários mais específicos evidenciam o que foi constatado acima: se por um lado, as forças ambientais passaram a ser consideradas em detrimento da concepção organizacional como um sistema hermeticamente fechado, por outro, existem diferenças sobre a forma de conceber o exercício das forças ambientais, que, inclusive, influenciam diretamente a forma de conceber redes. Tolbert e Zucker (1999), referindo-se especificamente sobre essa discussão da dicotomia, afirmam o seguinte: “Há também um objetivo mais geral e mais ambicioso que é o de construir uma ponte entre os dois modelos distintos de ator social subjacentes à maioria das análises organizacionais, aos quais nos referimos como ator racional e modelo institucional”. Seu objetivo com esta afirmação é propor que os modelos sejam tratados não como excludentes ou opostos, “mas representando dois pólos de um *continuum* de processo de tomada de decisão e comportamentos” (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 197).

Por sua vez, Martes *et al.* (2006) pontuam que a relação entre redes e empresas começou a ser estudada por volta do final dos anos 1970, mesmo período em que começaram a se fortalecer as interrogações sob a hegemonia do paradigma funcionalista no estudo organizacional. Nesse momento, economistas e sociólogos começaram a relacionar, por exemplo, “fluxos de informação como sendo processos de formação de redes [*networking process*]”. Entre os autores que começaram a surgir tratando do assunto, Martes *et al.* (2006) vêm com destaque os estudos sobre redes de Paul DiMaggio e Walter Powell e explicam que seus trabalhos tratam a respeito da relação entre redes e informação no universo da sociologia das organizações, de modo particular, sobre o mecanismo de propagação de práticas organizacionais em determinados ramos de atividades. “Para eles, o comportamento de uma empresa é também modelado pelo comportamento de outras organizações consideradas exemplares” (MARTES, *et al.*, 2006, p. 11).

DiMaggio e Powell (2005) vêm a configuração de redes como resultado do processo de institucionalização, da busca por legitimidade a partir do isomorfismo institucional. Nesse sentido, privilegiam a institucionalização em detrimento da racionalidade funcional para explicar as redes. Segundo os autores, na forma de redes interorganizacionais, as relações entre empresas, não são fruto de racionalidade adaptativa, isto é, não está baseada na simples idéia de organizações

que interagem, nem na noção de empresas que querem competir, mas, sobretudo, é resultado de um processo de homogeneização que tende fazê-las semelhantes no que concerne às diversas formas que assumem.

Esse processo, segundo DiMaggio e Powell (2005, p. 76), acontece a partir da estruturação dos campos organizacionais. Eles chamam de campo organizacional, “aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias, e outras organizações que produzem produtos e serviços similares”. Esses campos são formados primeiramente “como resultado de atividades de um grupo diverso de organizações” e, posteriormente, pela “homogeneização dessas organizações e, da mesma forma, dos ingressantes, uma vez que o campo esteja estabelecido”. Assim, para os autores, é o ambiente institucional desses campos que favorecem tanto a idéia de “conectividade” das redes, quanto de “equivalência estrutural” da concorrência entre empresas (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.77).

Embora a teoria institucional seja bastante utilizada por pesquisadores da teoria organizacional para explicar as redes, outras tantas teorias permanecem, com visões diferentes acerca dos elementos constitutivos da organização em rede. Entre essas estão: economia industrial, estratégia, dependência de recursos, redes sociais, marxistas e críticas, custos de transação, contingencial, e teoria institucional e ecologia populacional comentadas acima (OLIVER; EBERS, 1998). Para Oliver e Ebers (1998) as diferentes teorias sobre redes interorganizacionais podem ser utilizadas de maneira complementar. O quadro que segue procura, ainda que de maneira sucinta, relacionar algumas delas elencando suas principais características.

**Quadro 2** - Síntese de algumas teorias sobre redes

<b>TEORIAS</b>	<b>PARTICULARIDADES<sup>9</sup></b>
Redes Sociais	Considera rede todas as interações tanto individuais quanto organizacionais, que torna possível identificar causas e conseqüências da estrutura de relacionamentos e sua padronização. Não leva em conta se as relações são bilaterais ou não.
Institucional	A rede é resultado de um processo institucionalização, através de forças isomórficas que levam a homogeneização. Trata-se de um meio pelo qual organizações conseguem legitimidade no ambiente institucional.
Ecologia Populacional	A organização rede é conseqüência de processo de seleção, que tende a eliminar formas organizacionais não equivalentes estruturalmente ao ambiente, e selecionar àquelas cujas estruturas se tornaram compatíveis ao mesmo. Esse processo permite o surgimento de novas formas organizacionais oportunizadas pelo ambiente.
Contingência Estrutural	A rede é concebida como um mecanismo de adaptação aos fatores contingenciais. Não existe uma estrutura única às organizações, esta variará de acordo com fatores como estratégia e tamanho da organização.
Estratégia	A rede é vista sob o prisma da estratégia. Trata-se de um posicionamento estratégico inteligente dos atores relacionados para executar um projeto ou perseguir um fim específico.
Custos de Transação	Uma rede surge a partir do processo racional que enfatiza os custos de transação em distintos arranjos organizacionais como possibilidade de aperfeiçoar-los, eliminando a ineficiência.
Dependência de Recursos	A dependência de recursos é determinante para formação das redes. Analisa como as organizações reduzem suas dependências ambientais, visando aumento de sua importância e poder entre as organizações, a partir de suas próprias estratégias.
Economia Industrial	A abordagem econômica ou “economia industrial” procura compreender rede a partir da noção de potencialização dos recursos produtivos, focada, principalmente, nos aspectos: custos de produção e economia de escala, escopo, especialização e experiência. A ótica é conceber as redes como caminho para alavancagem econômica de um organização a partir da idéia de eficiência
Marxistas e Críticas	A rede é entendida sob o prisma das relações de poder e dominação entre as diferentes classes sociais, nesse sentido, mais que uma estratégia ou qualquer outro processo semelhante, a rede pode ser resultado das estruturas de poder das classes dominantes para sua reprodução.

Fonte: Adaptado de Oliver e Ebers (1998) e Balestrin e Vargas (2002)

<sup>9</sup> As particularidades de cada abordagem, conforme seqüência seguida no quadro, foram pautadas nas seguintes referências: (MARTES *et al.*, 2006); (TOLBERT; ZUCKER, 1999); (DIMAGGIO; POWELL, 2005); (HANNAN; FREEMAN, 1977); (BAUM, 1998); (DONALDSON, 1999); (MARCON; MONEIT, 2001); (OLIVER; EBERS, 1998) e (BALESTRIN; VARGAS, 2002).

### 2.2.5 O conceito de redes

Como visto, o fenômeno das redes é concebido sob ângulos diversos que correspondem à “janela” teórica organizacional da qual é olhado. Na tentativa de reunir características que componham uma construção conceitual com certa amplitude, Clegg e Hardy (1999) se apropriaram das seguintes afirmações sobre redes:

[...] são formadas por uma estrutura celular não rigorosa e composta de atividades de valor agregado que, constantemente, introduzem novos materiais e elementos. Podem assumir formas muito diferentes, variando da formal à informal; podem existir simplesmente para a troca de informações ou para serem envolvidas em processo de atividades conjuntas; podem ser mediadas por destruidores de redes ou surgir de iniciativas das próprias empresas. Parecem que as redes possuem inúmeras vantagens como forma de organizar, incluindo a diluição do risco e compartilhamento de recursos para se evitar a duplicação onerosa de esforço independente; maior flexibilidade, comparadas a outras formas de integração, como em uma venda de controle acionário ou fusão, principalmente em que os ciclos de vidas dos produtos são curtos; maior acesso ao know-how e às informações por meio de relações de colaboração antes do estágio de conhecimento formal (CLEGG; HARDY, 1999, p. 40).

Para Martes *et al.* (2006, p. 12), de modo geral, as diversas teorias sobre redes se delimitam em duas tipologias alternativas de abordagem que têm pelo menos dois diferentes conceitos sobre rede. Um deles assume o fenômeno rede como forma de governança que atua perante problemas do mercado, ou seja, como organizações que assumem posturas mais flexíveis para interagirem entre si visando melhor desempenho no cenário competitivo que está em constante transformação. Neste caso as relações interfirmas são concebidas como estanques, isto é, mais definidas, sem maior complexidade e envolvimento afetivo entre si. Diferentemente, os autores explicam que o outro conceito concebe rede como uma estrutura de “relações ou laços” que envolve atores compreendidos como organizações e também indivíduos. Martes *et al.* (2006, p. 13) explicam ainda “a perspectiva analítica do estudo de redes reforçou e expandiu a *sociologia econômica* e, ao mesmo tempo, renovou o conjunto de questionamentos sobre importantes pressupostos da teoria econômica ortodoxa”. Dessa forma, por exemplo, “tomar redes sociais como foco pressupõe que as próprias organizações estejam imersas [*embedded*] em uma rede de

relações sociais”. Os autores defendem ainda que o processo de reconhecer a inevitável tendência de se constituir novas concepções a respeito das relações entre organizações é, de certo modo, um movimento natural do exercício da análise sobre redes.

Nesse contexto, este estudo toma como parâmetro o conceito de redes não, como novas formas de governança, de relações interfirmas. O olhar conceitual com o qual é visto o objeto desta pesquisa, o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar, enquanto proposta de trabalho organizada entre três atores que interagem entre si, parte da concepção de redes como “o conjunto de relações ou laços entre atores (indivíduos e organizações)”. Consiste, pois, em um tipo de redes sociais, que vêem as relações entre os atores a partir da existência de forças específicas [*strength*] e da presença de substâncias como confiança, reciprocidade, cooperação e outras (MARTES *et al.*, 2006, p. 12). É nessa perspectiva sobre redes que o trabalho prossegue.

### 3 O PERCURSO METODOLÓGICO

Após a realização do aprofundamento teórico dos assuntos que diretamente afetam o problema de pesquisa, chegou-se talvez ao ponto mais desafiante e decisivo deste trabalho, que é a exposição detalhada da escolha metodológica, do caminho científico percorrido durante o processo da pesquisa. Demo (1985) entende que a metodologia corresponde às formas de fazer ciência, caminhos e procedimentos para alcançar a finalidade da ciência, que é tratar teórica e praticamente da realidade. Desse modo, este capítulo reúne todos os passos que foram dados para alcançar o objetivo do trabalho. Primeiramente, são reapresentados o problema e as perguntas que dirigiram a pesquisa, para então começar a descrever o seu percurso metodológico. Tal descrição compreende basicamente o desenvolvimento dos seguintes elementos: caracterização da pesquisa, exposição do objeto e sujeitos do trabalho, apresentação dos instrumentos a serem utilizados para a coleta de dados, esclarecimento da estratégia para análise dos dados, e definições constitutivas e operacionais de termos.

Pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que aqueles (DEMO, 1985, p. 23).

O trabalho em curso se insere no contexto do que pode ser compreendido por pesquisa social. Minayo (1998) esclarece que a pesquisa social consiste no exercício básico das ciências em questionar e procurar desvendar a realidade. Para a autora, trata-se de prática teórica de busca constante em um processo essencialmente inacabado, uma atitude interminável e constante de aproximação da realidade, com um modo particular, uma combinação entre teoria e dados envolvendo diversas áreas de conhecimento e até transpondo os limites da ciência. “O termo pesquisa social tem uma carga histórica, e assim como as teorias sociais, reflete posições frente à realidade, momento do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados” (MINAYO, 1998, p.23).

Bauer e Gaskell (2004, p. 21) advogam que “na pesquisa social estamos interessados na maneira como as pessoas falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros”. Os autores comentam que não existe um “modo ótimo” de realizar pesquisa social, e que o melhor caminho para a pesquisa pode ser alcançado através da consciência apropriada dos “diferentes métodos e uma avaliação de suas vantagens e limitações e de uma compreensão de seu uso nas diferentes situações sociais, diferentes tipos de informações e diferentes problemas sociais” (BAUER; GASKELL, 2004, p. 22). Minayo (1998) ressalta também que a pesquisa social não pode ser definida de uma forma estanque e que, para ser compreendida, é necessário considerar sua história e contradições existentes em seu caminho. “Além disso, ela é mais abrangente do que o âmbito específico de uma disciplina. Pois, na realidade, se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas de conhecimento e ultrapassa também os limites da ciência” (MINAYO, 1998, p.27).

### 3.1 A PERGUNTA DE PESQUISA

A questão de pesquisa ou pergunta norteadora é aquela que lança a luz da dúvida sobre todo o trabalho de investigação. Durante todo o processo da pesquisa, ela nos acompanha sem deixar-nos por nenhum instante sequer. Triviños (1995 p.106) entende que “a questão de pesquisa representa o que o investigador deseja esclarecer”, e que desse modo, ela é “profundamente orientadora do trabalho do investigador”, por isso deve ser clara, precisa e objetiva. O autor esclarece também que essa questão sempre surge a partir das idéias que compõem a “formulação do problema e dos objetivos da investigação”.

Para Flick (2004), no momento da tomada de decisões importantes como a escolha metodológica, é adequado refletir sobre tal questão. Para o autor, a elaboração de questões de pesquisa é, concretamente, guiada pelo objetivo de clarificar o que poderá ser revelado nos contatos de campo. Além disso, Flick (2004, p. 65) afirma que “a decisão sobre uma questão de pesquisa está sempre ligada à redução da variedade, e, assim à estruturação do campo de estudo”, de modo que alguns pontos ganhem destaque e outros sejam descartados ou deixados para uma etapa posterior.



Diante do exposto, partindo do universo teórico das representações sociais e de redes, no âmbito da teoria organizacional, o problema de pesquisa desta dissertação sugere estudos que revelem e interpretem como os atores envolvidos em um empreendimento organizado na forma de rede, representam, enquanto grupo social, esse tipo de configuração, ou seja, o fenômeno das relações entre atores para o desenvolvimento de um projeto comum. Assim, considerando que a execução e condução do Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar reúne pesquisadores do IAPAR, extensionistas da EMATER, e produtores rurais da Agricultura Familiar, e que estes como atores envolvidos, trabalham na forma de redes, é relevante compreender a representação social que os mesmos têm do Projeto Redes de Referência. Por isso, todas as perguntas que norteiam a pesquisa, têm como foco a persecução do seguinte problema:

Qual a representação social do Projeto Redes de Referência, para os pesquisadores do IAPAR – Instituto Agronômico do Paraná, extensionistas da EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, e produtores rurais da Agricultura Familiar?

Assim, apresentam-se as seguintes perguntas como norteadoras da pesquisa:

1. O que é o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar?
2. Qual a representação social que pesquisadores do IAPAR têm do Projeto Redes de referência?
3. Qual a representação social que extensionistas da EMATER têm do Projeto Redes de Referência?
4. Qual a representação social que produtores rurais da Agricultura Familiar têm do Projeto Redes de Referência?
5. Há semelhanças e diferenças nas representações sociais do Projeto Redes de Referência construídas pelos diversos atores que compõem o projeto?

### 3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como qualitativo. Vieira (2004, p.18) explica que a pesquisa qualitativa “geralmente oferece descrições ricas e bem fundamentadas, além de explicações sobre processos em contextos locais identificáveis”. Richardson (1999) comenta que o método qualitativo se destina ao aprofundamento, análise e entendimento da complexidade de um determinado problema de maneira detalhada. Nesse método, procura-se analisar a interação entre diferentes questões, classificar processos dinâmicos em grupos sociais e compreender o comportamento de indivíduos. O autor ressalta que a pesquisa qualitativa é especialmente caracterizada pela intenção de pormenorizar a compreensão dos significados e dos elementos situacionais surgidos no desenvolvimento da pesquisa. Para ele, as críticas que recaem sobre a pesquisa qualitativa geralmente dizem respeito ao perigo de não desenvolver uma postura crítica, e sim, limitada e tendenciosa.

Bauer e Gaskell (2004, p.23), ao comentarem as diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa, explicam que a segunda trabalha com números e modelos estatísticos no tratamento de dados, é considerada pesquisa *hard* e tem como modelo mais popular a pesquisa de levantamento de opinião; diferente, a pesquisa qualitativa trabalha com interpretações das realidades sociais, é conhecida como pesquisa *soft* e tem como arquétipo mais comum as entrevistas em profundidade. Os autores explicam que o “entusiasmo recente pela pesquisa qualitativa conseguiu mudar com sucesso a simples equiparação da pesquisa social com a metodologia quantitativa; e foi reaberto um espaço para uma visão menos dogmática” quanto a problemas metodológicos, o que antes era comum entre precursores da pesquisa social. Trabalhos “recentes consideram a pesquisa qualitativa como igualmente importante depois do levantamento, para guiar a análise dos dados levantados, ou para aprofundar a interpretação com observações mais detalhadas” (BAUER; GASKELL, 2004, p. 26). Inclusive, é oportuno comentar que esses autores se esforçam em combater o que chamam de competitividade entre paradigmas na pesquisa social, o que para eles é contraproducente e sem fundamento.

Ao tratar desse assunto, Minayo (1998, p. 33) advoga que atualmente “a questão do homem enquanto ator social ganha corpo e faz emergirem, com toda a sua força, as ciências sociais que se preocupam com os significados”. Essa, segundo a autora, é a tônica própria do tempo atual, na qual se fortalece a “introspecção do homem, a observação de si mesmo e se ressaltam questões antes passadas despercebidas”. Tais afirmações refletem o pano de fundo pelo qual a autora constrói seus argumentos para ressaltar a pertinência da metodologia qualitativa, sem, contudo, diminuir o método quantitativo, que sob esse prisma passa a ser visto como “um dos elementos da compreensão do todo”. Minayo (1998, p. 36) concebe a polêmica “quantitativo *versus* qualitativo, objetivo *versus* subjetivo” não como uma opção pessoal a ser feita pelo cientista que pode se servir de qualquer uma das duas, mas do problema de pesquisa que tem relação direta com “o próprio caráter específico do objeto de conhecimento: o ser humano e a sociedade”.

Ainda sobre a mesma temática, parece adequado um comentário acerca das representações sociais propriamente ditas. Como visto no capítulo anterior, e como comenta Spink (1998, p.118), as representações sociais correspondem ao conhecimento do senso comum, e esse conhecimento se constitui por vias de estruturas “cognitivo-afetivas” e como tal não deve ser reduzido tão somente ao aspecto cognitivo. Assim, enquanto forma de conhecimento prático do senso comum, o estudo das representações sugere “uma ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento anunciando importantes mudanças no posicionamento quanto ao estatuto da objetividade e da busca da verdade”.

Para Spink (1998, p.125), o estado dicotômico que ronda a metodologia qualitativa e quantitativa só é compreendido a partir do “cruzamento entre pressupostos sobre o rigor na ciência e o debate paralelo que contrapõe as ciências naturais e sociais”. Assim, o problema estaria sobre o rigor, ou seja, sobre o apego ao imperativo da objetividade em detrimento da concepção de um *continuum* entre as esferas objetiva e subjetiva que considerasse as diferenças dos pressupostos epistemológicos. As mudanças necessárias, para Spink (1998, p. 127), passariam por uma epistemologia da diferença: “se não dá para ser igual pontuemos a diferença”. Nesse sentido, seria função das ciências sociais buscar a compreensão dos fenômenos, o que incorre na necessidade de uma metodologia que recupere a tradição hermenêutica. “Uma

metodologia que abrisse espaço à interpretação, possibilitando a emergência dos significados, da esfera simbólica, do desvelamento das intencionalidades”. Assim, o método qualitativo apresenta-se como caminho adequado e necessário para a presente pesquisa.

Esta pesquisa se caracteriza ainda como estudo descritivo. Selltiz *et al.* (1987) chamam de estudos descritivos aqueles se voltam para a descrição de características de comunidades e de pessoas de uma comunidade. Triviños (1995, p.110) explica que os estudos descritivos pretendem “descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de uma determinada realidade”. Por sua vez, Rudio (1978, p.57) acrescenta que ao estudar o fenômeno: “a pesquisa descritiva deseja conhecer sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou que nele se realizam”. O autor comenta ainda que alguns tipos de estudos descritivos se dedicam, por exemplo, a pesquisar “pontos de vistas”, “reconhecer interesses” e “valores”.

### 3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Como apontado nas perguntas norteadoras, o interesse da pesquisa é desvendar as representações sociais do Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar. O Projeto Redes, como passou a ser chamado desde sua origem, é parte do programa “PARANÁ 12 MESES”, iniciado em 1998 em parceria do Estado do Paraná com o Banco Mundial. O programa teve como foco a promoção do desenvolvimento econômico-social da população rural e o manejo e conservação dos recursos naturais. O Projeto Redes de Referência é integrante do programa, dentro do componente “Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – Fase II”. Esse componente teve como característica principal a ênfase na modernização da Agricultura Familiar, a partir dos seguintes vertentes: “gestão agrícola, intensificação dos sistemas de produção, mudanças nos sistemas de produção e verticalização da produção”. Assim, o objetivo principal do Projeto Redes é “desenvolver e difundir sistemas de produção melhorados para agricultura familiar paranaense” visando o desenvolvimento econômico e social no campo (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999).

A condução do projeto coube ao Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER<sup>10</sup>. Sua escolha como objeto deste estudo se deu pela concepção da organização do trabalho. O projeto tem como proposta de execução trabalhar na configuração de redes, como já mencionado, seu desenvolvimento é resultado de um conjunto de relações que reúne pesquisadores do IAPAR, extensionistas da EMATER e produtores rurais da Agricultura Familiar.

De acordo com a proposta original, o Projeto Redes contaria com a seguinte estrutura: em nível estadual – um representante do IAPAR e da EMATER junto à unidade gerencial do “PARANÁ 12 MESES”; em nível mesorregional – três centros de pesquisa e desenvolvimento com sede em Londrina, Paranaíba e Pato Branco, composto por especialistas (pesquisadores e extensionistas) responsáveis em cada escritório; e em nível regional um técnico da EMATER (extensionista) para acompanhar, em torno de vinte “propriedades de referência” (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999, p.100).

### 3.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Sobre a constituição dos sujeitos da pesquisa, uma primeira observação pertinente diz respeito à amostragem. Diferente do estudo quantitativo, a preocupação primeira na abordagem qualitativa não é generalizar, portanto não se trata de perseguir uma representatividade numérica, mas de aprofundar e alcançar a “compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação”. Assim, a amostra suficiente é aquela que possibilita desvendar a “totalidade de suas dimensões”. A amostragem qualitativa “privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer” (MINAYO, 1998, p. 102). Gaskell (2004) entende que melhor do que utilizar o termo “amostra” é fazer uso somente da palavra “seleção”, uma vez que, segundo o autor, aquele termo recorre de imediato a instrumentos quantitativos, e alerta ainda, que “a finalidade não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro

---

<sup>10</sup> O IAPAR foi fundado em 1972, e é o instituto oficial de pesquisa agropecuária do Estado do Paraná. A EMATER, fundada em 1956, é o instituto oficial responsável pela extensão rural e assistência técnica junto à população rural do Estado do Paraná (EMATER, 2006a).

de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2004, p.68).

Segundo Chizzotti (1991, p. 83), quando se trata de pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa podem, de algum modo, serem chamadas de sujeitos. Tal afirmação se baseia na premissa de que estas pessoas possuem “conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam suas ações individuais”. Bauer e Arts (2004, p.58) explicam que para selecionar pessoas enquanto sujeitos da pesquisa qualitativa, escolhe-se “indivíduos e fontes de acordo com critérios externos: estratos sociais, funções e categorias”.

Minayo (1998) comenta que “certamente, o número de pessoas é menos importante do que a teimosia de enxergar a questão sob várias perspectivas”. Embora se trabalhe sob a perspectiva de uma “homogeneidade fundamental relativa” do conjunto de informantes quanto aos atributos, tal conjunto pode ser “diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças”. Para a autora, o momento no qual a amostra qualitativa se mostra suficiente é quando se obtêm “uma certa reincidência das informações” sem, contudo, desprezar “informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta” (MINAYO, 1998, p.103).

No presente trabalho, os sujeitos da pesquisa são as pessoas envolvidas diretamente no Projeto Redes: pesquisadores do IAPAR, extensionistas da EMATER e agricultores familiares. Entendeu-se que não foi necessária a aproximação investigativa de sujeitos que não participaram diretamente do projeto.

À luz dessas observações foram selecionados os entrevistados. Primeiramente, foi feita uma visita a um dos escritórios regionais da EMATER, onde foi possível conhecer as primeiras pessoas envolvidas no Projeto Redes e ter acesso a uma série de materiais sobre o mesmo: manual, revistas e artigos publicados. Em seguida realizou-se também uma visita à sede do IAPAR, onde foi possível novamente colher materiais como relatórios e artigos, conhecer pessoas e conversar sobre a possibilidade da realização das entrevistas.

Os primeiros contatos antes das entrevistas possibilitaram melhor entendimento do funcionamento do Projeto Redes através de conversas informais. Foi possível ainda conhecer pessoas que seriam as prováveis entrevistadas, foi tomando-se conhecimento, por exemplo, de quem eram os agricultores envolvidos no trabalho. Em seguida, foi feita leitura dos materiais colhidos, e só então agendadas as primeiras entrevistas.

O critério determinante para seleção dos entrevistados foi a existência de uma participação suficiente que possibilitasse conhecimento e vivência cotidiana com o trabalho desenvolvido no Projeto Redes. Metade de cada grupo de entrevistados atua no Projeto Redes desde o seu início. Foram entrevistados seis extensionistas, seis agricultores familiares e quatro pesquisadores. Tomou-se o cuidado de selecionar entrevistados entre as diversas regiões onde o projeto está presente, de modo, que foram contempladas seis regiões. Os seis agricultores selecionados estão localizados em três regiões diferentes, distribuídos dois em cada uma, os seis extensionistas estão localizados em cinco regiões diferentes e os quatro pesquisadores pertencem a três mesorregiões diferentes.

É importante ressaltar que foi assumido o compromisso de que os nomes dos entrevistados não seriam revelados. Apesar disso, em algumas situações os colegas de profissão souberam das entrevistas entre si, algumas vezes pelo fato de trabalharem em um mesmo local, outras por fornecerem informações sobre contatos dos mesmos. Além disso, os endereços de quatro dos agricultores entrevistados foram disponibilizados por extensionistas. Todavia, a não denominação dos entrevistados e o cuidado de não caracterizá-los através de maiores detalhamentos sobre seu perfil pessoal, contribuiu para manutenção do sigilo de seu discurso no trabalho.

Os entrevistados serão citados durante as exposição e análise dos dados através da seguinte convenção: Agricultor 1 (A1), Agricultor 2 (A2), Agricultor 3 (A3), Agricultor 4 (A4), Agricultor 5 (A5) e Agricultor 6 (A6); Extensionista 1 (E1), Extensionista 2 (E2), Extensionista 3 (E3), Extensionista 4 (E4), Extensionista 5 (E5), Extensionista (E6); e Pesquisador 1 (P1), Pesquisador 2 (P2), Pesquisador 3 (P3), e Pesquisador

4 (P4). A quantidade de entrevistados se mostrou suficiente dada à presença saliente de conteúdos discursivos repetidos e coerentes entre si.

### 3.5 COLETA DE DADOS

O principal instrumento para a coleta de dados, neste estudo, foram as entrevistas. Existem duas intenções pelas quais se utilizam as entrevistas: para coletar dados “objetivos” como números e outras estratificações e para colher dados “subjetivos” que dizem respeito ao indivíduo e seus valores, percepções e elementos de ordem afetivo-cognitiva (MINAYO, 1998). Gaskell (2004, p. 65) chama esse último tipo de “entrevista qualitativa” e afirma que nas ciências sociais empíricas é amplamente empregada. O autor esclarece que as “entrevistas qualitativas” são utilizadas considerando que o “mundo social não é natural, sem problema: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas sob condições que elas mesmas estabeleceram [...], trata-se de seu mundo vivencial”. Dessa forma, seu objetivo “é a compreensão das relações entre atores sociais e sua situação” e o entendimento profundo “das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação a pessoas e contextos sociais específicos” (GASKELL, 2004, p. 65).

No trabalho em curso, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas, sem, contudo, abdicar do uso de conversas dirigidas. Minayo (1998, p. 121) advoga que “nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca como totalmente aberta”. Trata-se, portanto, de dispor um roteiro para cada situação. O nosso roteiro de entrevistas contou, por exemplo, com uma questão aberta como: “Pra você o que é um trabalho em rede?”. Por outro lado, não se abriu mão de outro “roteiro não-manifesto” com frases e questões que apenas estimularam a conversa central em foco, como: “Como vai sua propriedade?” ou “Quais são as novidades?”. É comum, na pesquisa qualitativa, certa flexibilidade na aplicação de procedimentos metodológicos uma vez que, como já foi mencionado, o investigador poderá se deparar com situações inusitadas, contudo, isso não deve significar falta de rigor, de organização e planejamento (MINAYO, 1998; GASKELL, 2004).

Spink (1998) comenta que na pesquisa que envolve representações sociais a coleta de dados exige longas entrevistas semi-estruturadas acopladas a levantamentos



paralelos sobre o contexto social e sobre os conteúdos históricos que informam os indivíduos enquanto sujeitos sociais. Dessa maneira, além das entrevistas (dados primários), foram utilizados, na pesquisa, dados secundários, como as publicações internas de revistas, relatórios de viagens e manuais, principalmente para aprofundar o conhecimento acerca do objeto [Projeto Redes] e descrevê-lo.

### 3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Sobre a forma de análise empregada na interpretação dos dados, é preciso observar aspectos que são inerentes ao estudo das representações sociais. Sobre isso, Spink (1998) aponta a importância de considerar o processo de elaboração das representações sociais por parte do sujeito. A autora ressalta que quem atua no processo de elaboração desse tipo de representações é o sujeito social, exceto quando se refere à gênese das representações. Isso quer dizer que não é o indivíduo isoladamente que se toma em consideração, mas suas posições individuais enquanto reflexo ou inclinação do grupo no qual está inscrito. “É neste sentido que afirmamos que as representações são estruturas estruturadas ou campos socialmente estruturados”. Por outro lado, “as representações são também uma expressão da realidade intra-individual; uma exteriorização do afeto. São, neste sentido, estruturas estruturantes que revelam o poder de criação e de transformação da realidade social” (SPINK, 1998, p. 120).

Assim, como já sugerido em outros pontos deste trabalho, o estudo das representações sociais deve estar aberto a trabalhar transitando por aspectos cognitivo-afetivos e sociais. Spink (1998, p.121) comenta que “é consenso entre os pesquisadores da área que as representações sociais, enquanto produtos sociais têm sempre que ser remetidas às condições sociais que as engendraram, ou seja, ao contexto da produção”. Desse modo, é o contexto que possibilita a compreensão das “construções que dele emanam e nesse processo o transformam”. Em outras palavras, “é a atividade de reinterpretação contínua que emerge do processo de elaboração das representações no espaço da interação que é, a nosso ver, o real objeto do estudo das representações sociais na perspectiva psicossocial”.

Entretanto, nesse ponto, Spink (1998) se preocupa em fazer as seguintes ponderações: o contexto é mais do que “fatores situacionais usualmente associados com o metassistema social – incluindo aí as determinações estruturais e relações sociais”, é também marcado pelos “diferentes tempos históricos que permeiam a construção simbólica”. Dessa maneira, as representações se formam no contexto investido de duas forças: os conteúdos que transitam na sociedade e as forças resultantes da dinâmica da interação social e das “pressões para definir uma dada situação de forma a confirmar e manter identidades coletivas”. Assim, o contexto é sobreposição de dois textos: “o texto sócio-histórico que remete às construções sociais que alimentam nossa subjetividade; e o texto – discurso, versões funcionais constituintes de nossas relações sociais” (SPINK, 1998, p.121-122).

Uma última consideração que a autora faz sobre esse assunto diz respeito às possibilidades de que os conteúdos que circulam na sociedade tenham “origem tanto em produções culturais mais remotas, constituintes do imaginário social, quanto em produções locais e atuais”. Spink (1998) advoga que além do espaço social, o contexto inclui também uma perspectiva temporal marcada do seguinte modo: “o tempo curto das representações que tem por foco a funcionalidade das representações” dentro de processos interativos mais rápidos; “o tempo vivido que abarca o processo de socialização [...] das disposições adquiridas em função da pertença a determinados grupos sociais”; e ainda “o tempo longo, domínio das memórias coletivas onde estão depositados os culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja, o imaginário social” (SPINK, 1998, p. 122):

Se tomamos o enquadre das determinações possíveis da elaboração das representações é porque só assim sentimos poder dar conta do paradoxo aparente na conceituação de representação social como estruturas estruturadas e estruturas estruturantes. Assim, quanto mais englobarmos e nossa análise tempo longo – e, portanto, os conteúdos do imaginário social – mais nos aproximaremos das permanências que formam os núcleos estáveis das representações. No sentido oposto, quanto mais nos ativermos ao aqui-e-agora da interação, mais nos defrontaremos com a diversidade e a criação (SPINK, 1998, p.122).

Segundo Spink (1998) o caráter de permanente contradição e diversidades das representações sociais sugere que elas sejam estudadas como um processo, ou seja, partindo do pressuposto de sua funcionalidade como orientadora das ações e

da comunicação. O indivíduo é concebido como “símbolo vivo do grupo que representa” e pode ser tratado como sujeito genérico, desde que o “contexto social por ele habitado” seja compreendido de modo satisfatório: “seu *habitus* e a teia mais ampla de significados no qual o objeto de representação está localizado” (SPINK 1998, p. 124).

Spink (1998) esclarece que as técnicas de análise utilizadas no estudo das representações buscam, de algum modo, desvendar a associação livre de idéias subjacentes ao senso comum. Segundo a autora, é nesse ponto que se “localizam as diferentes vertentes analíticas, sendo que o que as distingue são as exigências formais quanto à linguagem utilizada – números ou palavras – e quanto ao número de sujeitos necessários para efetuar operações estatísticas”. Tais divergências, na concepção da autora, é resultado da retórica da verdade por parte do “paradigma científico dominante” pautado no objetivismo. Como citado anteriormente, o caminho proposto pela autora é o da admissão das diferenças, por exemplo, da necessidade de “uma metodologia que abrisse espaço à interpretação, possibilitando a emergência dos significados, da esfera simbólica, do desvelamento das intencionalidades” (SPINK 1998, p. 124-126).

Ainda sobre esse assunto, Spink (1998) esclarece que a análise é centrada na totalidade do discurso, é demorada, e por conseqüência, acaba envolvendo um número menor de sujeitos. A autora menciona que o processo de estudo envolve uma análise do discurso em que o exercício de interpretação percorre, pelos menos, três etapas: primeiro a “transcrição da entrevista”, posteriormente segue-se uma “leitura flutuante do material, intercalando a escuta do material gravado com a leitura do material transcrito de modo a afinar a escuta deixando aflorar os temas, atentando para a construção, para a retórica, permitindo que os investimentos afetivos emerjam”. Nesse sentido alerta para a necessidade de estar atento às especificidades do discurso, pois podem surgir “pistas valiosas quanto à sua natureza ou à sua funcionalidade”. Potter e Whetherell (1987 *apud* SPINK, 1998) recomendam a inclusão entre as especificidades do discurso: “a *variação*, ou seja, as versões contraditórias que emergem do discurso e que são indicadores valiosos sobre a forma como o discurso se orienta para a ação”, também a particularidade de “*detalhes sutis* – como silêncios, hesitações, lapsos – pistas importantes quanto ao

investimento afetivo presente” e ainda “a *retórica*, ou a organização do discurso de modo a argumentar contra ou a favor de uma versão dos fatos”. Nessa etapa deve-se estar atento para uma possível artificialidade criada pelo roteiro, de modo que não sejam os temas propostos nas questões do roteiro que estejam influenciando além da conta o entrevistado, mas os “elementos intrínsecos” de uma representação que aflorem no discurso. Por fim, a terceira etapa, consiste em “retornar aos objetivos da pesquisa e, especialmente, definir claramente o objeto da representação”. Essa necessidade é justificada pela complexidade dos discursos que podem fazer constantemente surgir múltiplos aspectos relacionados ao objeto, ainda que se esteja tratando de um tema único (SPINK, 1998, p. 130).

Tratando também da análise das representações sociais, Minayo (1998, p. 252) entende o seguinte: “a compreensão qualitativa, tal como a proponho, é um movimento totalizador que reúne a condição original, o movimento significativo do presente e a intencionalidade em direção ao projeto futuro”. E complementa:

Trabalhando com o material simbólico que exterioriza o ponto de vista dos atores sociais – tentei mostrar que, seja a partir dos indivíduos, dos grupos, ou das classes, a totalidade fundamental se expressa no perene conúbio entre mente e corpo, matéria e espírito; que na aparente simplicidade de uma manifestação sobre saúde, os sujeitos individuais projetam sua visão da sociedade e da natureza, a historicidade das relações e condições de produção inscritas no seu corpo, seu espaço hodológico, sua temporalidade social, seus infinitos culturais, seus fetiches, seus fantasmas e seus anseios de transcendência. Portanto a pesquisa qualitativa proposta aqui reconhece o sujeito autor, sob condições dadas, capaz de “retratar e refratar” a realidade. Não apenas como sujeito sujeitado, esmagado e reproduzidor das estruturas e relações que o produzem e nas quais ele produz (MINAYO, 1998, p.252).

Depois de todas essas considerações é oportuno esclarecer que o que se realizou na presente pesquisa em termos de análise se direciona ao que foi explanado até aqui. Entretanto, quando Spink (1998) utiliza a expressão “análise de discurso” não parece estar se referindo *a priori* a nenhuma forma específica desse tipo de análise. Aliás, sobre isto, Gill (2004, p. 244) afirma que “a análise do discurso é nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas”. Outro dado importante a considerar é que, tratando-se de pesquisa qualitativa, é possível

que outras estratégias e formas de trabalhar venham a compor a análise textual, a partir do trabalho de coleta dos dados.

O trabalho de análise, como era de se esperar, exigiu muito empenho e paciência do investigador. Primeiramente, foram transcritas todas as entrevistas, revisadas e devolvidas para cada entrevistado, algumas via *e-mail*, outras por carta postal. Ofereceu-se um prazo de quinze dias para que eventuais objeções fossem efetuadas, entretanto, apenas duas pessoas sugeriram correções de nomes e palavras que não foram transcritas corretamente. Todas as correções foram feitas pelo autor da dissertação. Esse procedimento visou garantir a validade interna, ou seja, que os sujeitos se reconhecessem em seu próprio discurso.

Após, as entrevistas foram ouvidas e lidas, simultaneamente, por mais duas vezes. Na segunda vez foram postos em negrito os fragmentos de textos que se referiam às tentativas discursivas de explicar ou emitir opiniões sobre o objeto estudado e também, sublinhado outros fragmentos de falas correspondentes a comentários e menções que se mostravam importantes para análise.

Então, todos os fragmentos sublinhados e grifados foram colocados em um arquivo eletrônico à parte, somando dezesseis arquivos, um para cada entrevista. Os textos separados foram relidos e confrontados novamente com a transcrição completa da entrevista, para que pudessem surgir novas interpretações e imagens antes não percebidas. Além disso, todas as vezes que surgiam dúvidas sobre o que os entrevistados haviam dito, ou tentaram dizer, retornou-se à gravação de voz junto com o texto transcrito. Ao ouvir-se, outras vezes as entrevistas, as expressões faciais, as entonações de voz e até gesticulações vieram à mente do investigador. A junção dessas imagens com a leitura fria e ponderada da entrevista contribuiu muito no exercício de interpretação. Com tal insistência, considerando aspectos estruturais e estruturantes em cada discurso, emergiram de maneira clara, na visão do investigador, as representações sociais.

Para cada entrevistado foi escrito um texto em separado que refletia o conjunto das representações encontradas em sua entrevista e também relacionadas palavras-chave e frases que se destacaram no discurso. Logo após, tomou-se o que foi

extraído de cada sujeito e comparou-se com os outros membros grupo, de maneira que fossem observadas e classificadas as maiores incidências. Após esse processo, considerando os aspectos discursivos semelhantes e a intensidade dos mesmos nas entrevistas, foram designados nomes, através de frases ou palavras-chave, para cada representação social encontrada no grupo. Desse modo, construiu-se também um texto comum de análise para cada grupo, apontando as citações mais importantes da entrevista. Finalmente, procedeu-se a construção de um último texto de interpretação das relações existentes entre as representações encontradas em todos os grupos, comentando semelhanças e diferenças entre as mesmas.

### 3.7 DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA E OPERACIONAL DOS TERMOS

Vários conceitos foram discutidos nessa dissertação até este ponto. Para evitar interpretações dúbias, neste tópico serão apresentadas a definição constitutiva (DC) e a definição operacional (DO) dos termos considerados importantes para a execução e análise da pesquisa empírica. A definição constitutiva se refere ao conceito e a definição operacional se refere ao significado que cada um assumiu diante das peculiaridades empíricas da pesquisa.

#### **Representação Social:**

D.C.: Representação social é uma forma de conhecimento prático que liga um sujeito a um objeto, e que tem com este uma “relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações)” (JODELET, 2001, p.27).

D.O.: Representação social neste trabalho compreende a forma como os três atores envolvidos no Projeto Redes de Referência vêm ou representam o Projeto Redes de Referência, e por consequência, um trabalho organizado em rede.

#### **Redes:**

D.C.: Redes são “o conjunto de relações ou laços entre atores (indivíduos e organizações)”, baseados na existência de forças específicas [*strenght*] e da

presença de substâncias como confiança, reciprocidade, cooperação e outras (MARTES *et al.*, 2006, p. 12).

D.O.: Neste estudo, Redes é a proposta de organização do Projeto Redes de Referência, que se traduz no funcionamento baseado na interação entre pesquisa agrônômica, extensão rural e produtor rural da agricultura familiar.

### **Redes de Referência:**

D.C.: Redes de Referência consiste em conjuntos de sistemas produtivos agrícolas semelhantes que são estudados e acompanhados por pesquisadores, extensionistas e agricultores visando seu aperfeiçoamento de modo a propiciarem a construção de referências para outros sistemas semelhantes.

D.O: O nome Redes de Referência compõe a denominação do objeto estudado neste trabalho de pesquisa e compreende um conjunto de, aproximadamente, cinco propriedades rurais representativas de um sistema produtivo que são estudadas e acompanhadas para que sirvam na construção de módulos e sistemas referenciais.

### **Sistemas de Produção:**

D.C.: Sistema de produção consiste na “repartição e integração de tarefas” em uma organização (RAMOS, 1983, p.79), enquanto “totalidade, internamente composta de elementos ou subsistemas em interação, subordinadas a regras operacionais comuns (programas, objetivos, normas, valores, papéis etc.), dotada de fronteiras que a diferenciam do ambiente” (RAMOS, 1983, p. 27).

D.O.: Neste trabalho corresponde a um sistema de produtivo agrícola que compõe “um conjunto de culturas (milho, feijão, mandioca, pastagens) e criações (aves, suínos, bovinos)” que se pressupõe uma condição ambiental e que são “manipulados pelo agricultor e sua família de acordo com suas aspirações, preferências e recursos disponíveis” (SOUZA *et al.* 2000, p. 6).

**Agricultura Familiar:**

D.C.: Agricultura familiar consiste na articulação de três elementos: gestão, família e propriedade rural, ou seja, propriedades rurais cuja responsabilidade de gestão está sob pessoas de uma mesma família (QUEIROZ, 2003).

D.O.: Agricultura Familiar, nesta pesquisa, corresponde ao ambiente no qual o Projeto Redes de Referência atua, famílias de produtores rurais desse tipo de agricultura compõe o público-meta do projeto.



## 4 O PROJETO REDES DE REFERÊNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Esta etapa do trabalho tem a intenção de descrever o Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar. Trata-se de um aprofundamento necessário à pesquisa e, também, uma tentativa de oferecer ao leitor maior intimidade com o estudo ora realizado e, conseqüentemente, melhor leitura das etapas que compõe o percurso final do trabalho. Para tanto, tomou-se como base publicações, revistas, relatórios técnicos e manuais que tratam do assunto produzido por profissionais (pesquisadores e extensionistas) do IAPAR e da EMATER. Antes de adentrar na descrição do projeto, são feitos alguns comentários sobre aspectos que o antecederam e que dizem respeito à sua fundação.

### 4.1 A EXPERIÊNCIA FRANCESA

O projeto paranaense Redes de Referência para Agricultura Familiar é resultado de um intercâmbio entre profissionais de instituições agrônômicas brasileiras e francesas, iniciado no final da década de oitenta. Um dos marcos deste processo foi o evento realizado em Curitiba, no ano de 1985, denominado “Seminário Franco-brasileiro para Cooperação Técnico-científica na Agricultura”. Llanilo (1988) explica que o particular interesse na experiência internacional se pautava na possibilidade de ocorrerem benefícios de fundo metodológico, dada a bagagem das instituições francesas em trabalhar a agricultura com uma visão sistêmica<sup>11</sup>. Nessa oportunidade iniciou uma cooperação firmada entre as instituições de pesquisa, extensão e organização de produtores dos estados do sul do Brasil e da França. Isso resultou em uma série de iniciativas apoiadas por órgãos governamentais dos dois países:

---

<sup>11</sup> O termo “enfoque sistêmico” nesse caso, segundo Miranda *et al.* (2001, p.8), traduz a realidade em “o agricultor e sua família combinam os fatores que possuem (terra, máquinas, equipamentos, mão-de-obra) para compor o melhor arranjo entre as culturas e criações exploradas na propriedade, levando em conta os objetivos que pretendem atingir”. Os autores explicam que ainda que o conjunto de fatores e atividades na propriedade forma “um sistema complexo, com constante integração entre seus componentes internos e com o ambiente externo”. Desse modo, “a complexidade da propriedade agrícola requer, para uma análise efetiva, ferramentas capazes de enfrentar esta realidade” uma vez que “estudos parciais de atividades específicas não permitem o entendimento do todo”. Sztompka (1998, p. 27) entende que a noção de sistema compreende “uma totalidade complexa constituída de múltiplos elementos ligados por certas inter-relações e separados do ambiente por um limite”. O autor esclarece que em “nível *macro*, toda a sociedade global (a humanidade) pode ser concebida como um sistema” e em “nível *micro*, as comunidades locais, as associações, empresas, famílias ou círculos de amizade podem ser tratados pequenos sistemas”.

viagens técnicas de profissionais de ambas as partes e outras atividades com o intuito de promover a troca de informações e experiências (LLANILLO, 1988, p.1; PASSINI, 1991, p. 2).

Nesse contexto, Llanilo (1988) pontua que, na mesma época em que começou a intensificar o intercâmbio, já acontecia no Paraná e Santa Catarina trabalhos integrados entre institutos de pesquisa e de extensão, buscando atender demandas dos produtores rurais. É importante comentar ainda que, antes do intercâmbio, existia no IAPAR, desde a década de setenta, um programa de pesquisa sobre enfoque sistêmico, era o PRORURAL (Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Paraná), que tinha como propósito o desenvolvimento de novas metodologias. Isso influenciou a reformulação da pesquisa do IAPAR e, no ano de 1985, aconteceu a criação do Programa Sistemas de Produção – PSP. Portanto, o Instituto já computava alguns avanços no estudo de sistemas produtivos na agricultura, o que contribuiu para que a metodologia apreendida no outro país influenciasse de maneira relevante, principalmente, os projetos governamentais envolvendo pesquisa e extensão para Agricultura Familiar, no Estado do Paraná. O IAPAR teve ainda relevante papel nesta aproximação entre Brasil e França, desde a década de oitenta, com o programa de cooperação técnica, até a década de noventa, com a tentativa de aprimoramento da metodologia das redes através do *Institut de l'Élevage*<sup>12</sup>, o qual desenvolvia um trabalho chamado Redes de Referência, desde 1981 (LLANILLO, 1988; MIRANDA *et al.*, 2001; SOARES JÚNIOR, 2006).

---

<sup>12</sup> Soares Júnior *et al.* (2000, p. 12) comentam que o *Institut de l'Élevage* é uma organização administrada por produtores e seu trabalho se dedica à produção animal atuando no incremento de criações e criadores, com ações focadas principalmente na redução de custos, na minimização da demanda de trabalho, “na qualidade e segurança dos produtos e na resposta às demandas da sociedade como o bem-estar animal, a conservação do meio ambiente a preservação do território”. O meio pelo qual o instituto executa seu trabalho reúne o desenvolvimento de ações de pesquisas aplicadas, atuação na transferência de tecnologias e em consultoria técnica, onde trabalha na produção de vários tipos de animais, principalmente, destinados ao abate e à produção leiteira. Segundo os autores, na época a organização contava com estrutura de mais de trinta escritórios macrorregionais, regionais e sede, bem como duzentos e sessenta profissionais ao seu serviço nas mais diversas especialidades relacionadas às suas atividades principais e com um orçamento aproximado de US\$ 29,5 milhões para o período 1999-2001, onde as maiores partes dos recursos provinham de organismos compostos pelos próprios produtores rurais (SOARES JÚNIOR; MIRANDA; ANDRADE; CARNEIRO, 2000 p. 12-13).

Passini (1991, p. 15) define as Redes de Referência dos franceses, explicando que as mesmas se traduzem em uma “proposta metodológica apoiada em uma rede de propriedades analisadas e acompanhadas com enfoque sistêmico que visa o fornecimento de dados e referências para ações do desenvolvimento e para a intervenção na realidade rural”. O autor aponta quatro objetivos das mesmas: 1. Ordenar os pontos dos sistemas; 2. Teste de novas técnicas; 3. Dispor de pólos de demonstração; 3. Formar os engenheiros de campo (PASSINI, 1991, p. 15).

#### **4.1.1 As redes de propriedades de referência do *Institut de l'Élevage***

Ao comentarem a metodologia mais recente desenvolvida pelo *Institut de l'Élevage* as Redes de Propriedades de Referência, Soares-Júnior *et al.* (2000, p. 13) explicam que se trata de um método de trabalho que tem como propósito descrever o modo como funcionam as propriedades agropecuárias através de dados que, depois de observados e registrados, possibilitam a afluência de uma série de informações técnicas e também econômicas. O conjunto de dados coletados de uma propriedade não se refere apenas a um aspecto ou uma atividade da mesma, mas a todas as atividades ali desenvolvidas, de modo que se tenha uma visão total da propriedade, ou seja, uma visão do sistema de produção como um todo. Os autores esclarecem que a intensa parceria com uma espécie de Câmara de Agricultores [*Chambre d'Agriculture*] <sup>13</sup> “garante, além do acompanhamento das propriedades no campo para as coletas de informações, a participação de seus profissionais nas análises dos dados, nas intervenções técnicas necessárias para aprimorar os sistemas de produção e na difusão dos resultados” (SOARES JÚNIOR; MIRANDA; ANDRADE; CARNEIRO, 2000, p.13).

---

<sup>13</sup> As “Câmaras de Agriculturas” são “organismos consultivos e representativos existentes desde 1924, organizadas no âmbito departamental, regional e nacional” (SOARES JÚNIOR; MIRANDA; ANDRADE; CARNEIRO, 2000 p. 6). Refere-se a “uma organização dirigida por produtores, que são representantes eleitos em escrutínio direto. As câmaras são responsáveis por ações de experimentação (referências locais), difusão, formação profissional (dos produtores) e gestão agrícola. Em geral funcionam como um escritório regional da EMATER, com um pequeno número de extensionistas especializados que dão apoio metodológico e de formação aos extensionistas locais, além de fazerem um trabalho sistemático de integração entre resultados de pesquisa aplicada e problemática local dos agricultores” (LLANILO, 1988, p.1).

Soares Júnior *et al.* (2000, p. 15) comentam ainda que as Redes de Propriedades de Referência reúnem um conjunto de profissionais especializados organizados em rede que buscam os mesmos objetivos: estudar e conhecer qualitativamente o desenvolvimento das propriedades acompanhadas, promover adaptações quando necessário e produzir referências que sejam globais, ou seja, que correspondam à realidade do conjunto das propriedades estudadas. Explicam também que as “Redes de Referência são formadas a partir das realidades regionais, selecionando as atividades pecuárias mais representativas, tais como: bovino de corte, bovino de leite, ovinos de carne, caprinos, entre outras”. Entre outros profissionais das redes francesas, os autores ressaltam a figura do “animador das equipes regionais” (o pesquisador do *Institut de l'Élevage*) destacando que seu desempenho profissional influencia na unidade do trabalho, na materialização dos dados e na “valorização das informações geradas” (SOARES JÚNIOR; MIRANDA; ANDRADE; CARNEIRO, 2000, p.15; 26).

No que se referem às etapas metodológicas que compõe o trabalho desenvolvido no instituto francês, Soares Júnior *et al.* (2000) relacionam os seguintes tópicos: *Tipologia* – tipificação das propriedades rurais para identificação de grupos distintos no universo dos produtores rurais e suas peculiaridades; *Seleção de sistemas e de propriedades* – a partir da tipificação escolhem-se aproximadamente cinco propriedades caracterizadas dentro das tipologias encontradas; *Acompanhamento das propriedades* – coletas de informações obtidas em quatro ou seis visitas anuais; *Processamento de dados* – formatação de dados para obtenção de resultados após os períodos de acompanhamento; *Diagnóstico* – ferramenta que reúne os resultados obtidos através das análises dos processamentos de dados; *Projeto de melhoria da propriedade* – fase posterior ao diagnóstico que busca alcançar os ajustes necessários aos fatores de produção em um sistema estabilizado; *Análise dos dados* – constante exercício de examinar e valorizar os dados coletados; *Construção do caso típico* – ferramenta de difusão alcançada após cinco anos de acompanhamento e estudo de um sistema de produção considerado realmente viável é construído a partir da consistência e confiabilidades de informações coletadas dentro ou fora das Redes, o caso típico deve ser sempre reavaliado e atualizado se necessário; *Diagnóstico de aconselhamento* – um conjunto de informações colhidas durante a elaboração de diversos casos típicos em um longo período, que contribui para o

aperfeiçoamento das referências; e *Comunicação e difusão* – tratam-se das variadas ferramentas e formas de comunicação das Redes de Referências, nos casos típicos há estratégias como apresentação de vídeos, estudos de simulação, referências modulares e outros (SOARES JÚNIOR; MIRANDA; ANDRADE; CARNEIRO, 2000, p.19-24).

Ademais, tendo como parâmetro a imersão na realidade agrícola de seu país, as experiências de alguns profissionais brasileiros, através das viagens e outras ações do intercâmbio, possibilitaram uma noção razoável da realidade da agricultura francesa. Chamam atenção os seguintes aspectos: a menor disparidade na distribuição fundiária; a visão sistêmica e organização produtiva; a organização geográfica refletida no papel autônomo de organismos de coordenação macrorregionais e regionais para a atividade agrícola; a intensa participação de produtores rurais, organizados em espaços institucionais legítimos como sindicatos, cooperativas e câmaras técnicas que gozam de certa autonomia; a integração das Redes com a pesquisa e o foco em estratégias de comunicação e difusão de tecnologia, além de outros (LLANILLO, 1988; PASSINI, 1991; SOARES JÚNIOR; MIRANDA; ANDRADE; CARNEIRO, 2000).

#### 4.2 AS REDES DE REFERÊNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar foi lançado pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do governo do Estado do Paraná e coordenado pelo Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR e pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, dentro do programa PARANÁ 12 MESES em um de seus subcomponentes denominado “Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (2ª Fase) – Modernização Agropecuária” entre os anos de 1998 e 2002. Apesar do término do PARANÁ 12 MESES, o Projeto Redes, como é chamado, ainda permanece em atividade, agora sem os recursos governamentais carimbados que antes eram garantidos pelo referido programa. Isso significa que a metodologia continua em funcionamento, já que institutos que coordenam o projeto não abriram mão da mesma. Os executores governamentais são empresas públicas ligadas ao governo, que há décadas vêm atuando na agricultura do Paraná, com papéis institucionais diferentes e bem

definidos. O IAPAR há quase 40 anos se dedica à pesquisa agrônômica, e a EMATER há mais de 50 anos desenvolve a extensão rural (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999; BORGONHONI, 2005; EMATERa, 2006).

Como visto, os agricultores familiares foram contemplados como participantes do público meta do PARANÁ 12 MESES. O conceito de Agricultura Familiar envolve basicamente a articulação de três elementos: gestão, família e propriedade rural. As definições mais comuns de agricultura familiar estão relacionadas ao aspecto da gestão familiar, ou seja, propriedades rurais cuja gestão está sob a responsabilidade de pessoas de uma mesma família (QUEIROZ, 2003). Fickert (2004) entende que de maneira geral tudo o que não é latifúndio é agricultura familiar, e explica: “podem ser definidas como familiares aquelas unidades onde a gestão, o trabalho e a propriedade dos principais meios de produção – mas não necessariamente a terra – pertencem ao produtor direto” (FICKERT, 2004, p. 25). Todavia, a definição técnica e operacional de agricultor familiar, para aquisição de créditos rurais, reúne os seguintes critérios: “sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo”; que disponham, quando muito, de quatro “módulos fiscais de terra, ou seis módulos fiscais no caso de pecuarista familiar; o trabalho familiar deve ser a base da exploração de estabelecimento, admitindo no máximo dois empregados permanentes” (EMATER, 2006, p. 5).

Quanto à definição do Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar, o manual oficial do projeto traz a seguinte redação:

É uma metodologia de Pesquisa Adaptatória e de Difusão de Tecnologia apoiada em uma rede de propriedades que, analisadas e acompanhadas com o enfoque sistêmico e otimizadas técnica, econômica e socialmente, fornecem referências para melhoria das demais propriedades as quais representam (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999, p.99).

O documento explicita ainda que o acompanhamento tem como objetivo a elaboração de “sistemas de produção adaptados à região e passíveis de serem **adotados** pelo maior número de produtores”. Esses sistemas são considerados no seu conjunto (recursos naturais, produção vegetal e animal, recursos humanos e

econômicos), sob o prisma da “**viabilidade**, a partir dos resultados econômicos gerados”. Além disso, cabe às “propriedades de referência” o papel de “servirem de local para testes e validações de novas tecnologias e também como pólos de difusão das mesmas”. Desse modo, os resultados gerados a partir de testes e validações, bem como das análises dos registros se tornam “referenciais técnico-sociais” compatíveis às demandas dos agricultores. Todo esse processo visa à democratização de tecnologias que devem ser disponibilizadas a produtores rurais utilizando mecanismos de difusão que tanto atendam àqueles casos em que a tecnologia interessa a um grande número de agricultores, como em situações específicas nas quais seja necessária a adequação da tecnologia através de uma difusão dirigida (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999).

Ainda sobre a missão do projeto, Miranda *et al.* (2001, p.7) enfatizam que esta se concentra na proposição de “sistemas de produção equilibrados e coerentes, em harmonia com seu meio ambiente, adaptados à diversidade das situações locais, reproduzíveis por um grande número de agricultores e rentáveis”. Souza *et al.* (2000, p. 7) entendem que esse modo de trabalhar do Projeto Redes, “além de promover a adaptação de tecnologias para o desenvolvimento da agricultura, busca resolver o principal problema dos projetos de desenvolvimento, que é a interação entre os agentes (pesquisadores, extensionistas rurais e agricultores)”. Os autores definem como objetivos do projeto os seguintes tópicos:

Ofertar novas tecnologias e/ou atividades ampliando as possibilidades de modernização; Servir como pólo de demonstração de tecnologias e sistemas de produção para potencializar o processo de difusão; Disponibilizar informações e propor métodos para orientar os agricultores na gestão da empresa agrícola; Servir como base para a capacitação e treinamento de agentes de assistência técnica e extensão rural e de agricultores; e possibilitar a identificação de demandas de novas linhas de pesquisa (SOUZA *et al.* 2000, p. 7).

As Redes são, portanto, grupos de propriedades rurais que representam um sistema de produção familiar específico em uma determinada região. As propriedades passam a ser pesquisadas de maneira que sejam identificadas possíveis distorções impeditivas de um maior desenvolvimento na qualidade e produtividade do sistema. Como já mencionado, as propriedades devem ser vistas por pesquisadores e extensionistas como um sistema, que é como os agricultores as enxergam, ou seja,

com uma visão integral de toda a propriedade. Dessa forma, são levantadas as limitações e também as oportunidades e, simultaneamente, os produtores familiares passam a ser assistidos tecnicamente. O projeto propõe que o trabalho aconteça com base na idéia da interação, ao mesmo tempo, que os agricultores fornecem dados, transmitem seu conhecimento adquirido durante toda a vida no campo e geram demandas para novas pesquisas, recebem toda sorte de informações técnicas específicas sobre sua produção, capazes de melhorar e potencializar seu trabalho. A relação entre pesquisadores, extensionistas e agricultores não deve ser uma relação vertical, nem hierárquica, mas baseada em um processo interativo, onde todos devem participar intensamente de cada etapa do projeto (FERREIRA e BERNARDO-ROCHA, 2005; PASSINI; MIRANDA; MIRANDA, 2004; SALDANHA *et al.*, 2004).

Nesse processo todo, de acordo com o projeto, devem ser consideradas as realidades específicas de cada agricultor e sua propriedade, de maneira que aconteçam adaptações possíveis de serem alcançadas. Não se trata de fazer proposições ou levá-los àquilo que os mesmos não podem alcançar por limitações como ausência de recursos disponíveis e outras que eventualmente possam existir. A idéia é que os agricultores e suas famílias sejam, no mínimo, atendidos nas suas expectativas e que as propriedades, com seu sistema de produção, se tornem referência para sistemas de produção similares localizados em outros lugares do Estado. Nesse sentido, o projeto não tem somente a intenção de melhorar os sistemas de produção familiares quanto à produção e à qualidade, mas, por conseqüência, gerar renda, desenvolvimento econômico e social para as famílias do campo (PASSINI; MIRANDA; MIRANDA, 2004; SALDANHA *et al.*, 2004).

A estrutura organizacional responsável por perseguir a todos esses objetivos das Redes é composta por instâncias de coordenação estadual, mesorregional e regional. Em todos os níveis de coordenação, de algum modo, deve ocorrer a interface entre os profissionais das duas instituições responsáveis pela coordenação do projeto, além de outros.

Na esfera estadual, “um articulador do IAPAR e um da EMATER”, ligados à coordenação geral do programa, têm a missão de gerir a interface entre as



instituições, trabalhar para o adequado funcionamento das redes, para que a metodologia seja executada de maneira homogênea, propiciar a troca de informações e avaliar as ações em todas as esferas (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999, p. 100; MIRANDA *et al.* 2001, p.10).

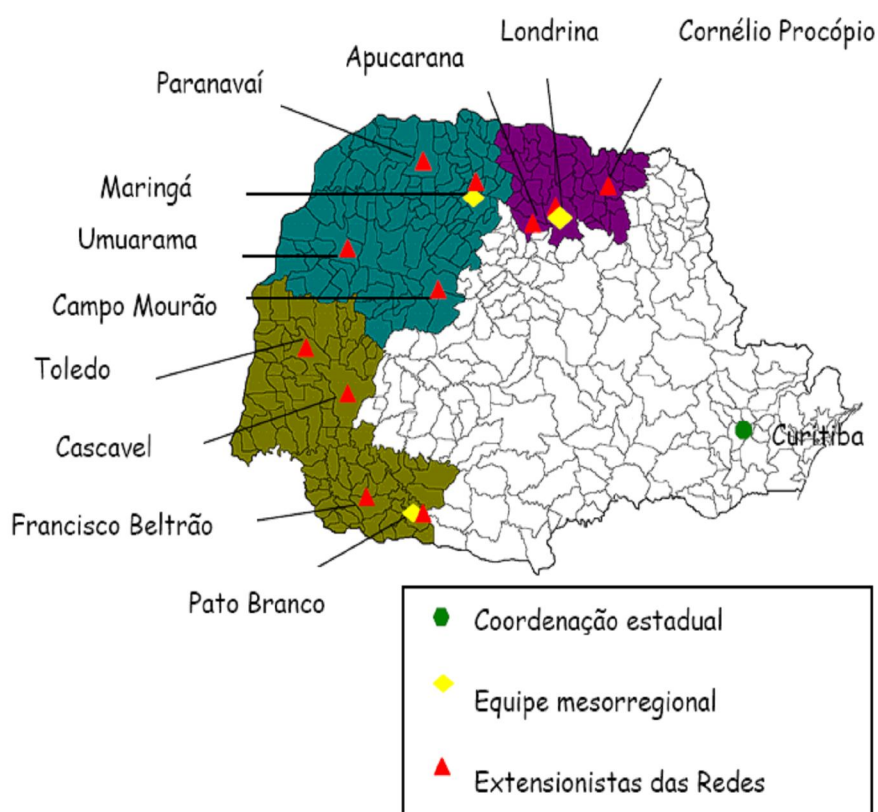
Por sua vez, a esfera mesorregional deve contar com centros de pesquisa e desenvolvimento (centro de difusão), formados por equipes interdisciplinares de especialistas (pesquisadores e extensionistas) que têm como função “animar, apoiar e coordenar” o trabalho dos extensionistas de sistemas de referências localizados em seu núcleo, privilegiando os aspectos técnicos e metodológicos. Essas equipes devem dispor de dois pesquisadores e um extensionista. Algumas de suas incumbências são: “ajustar e atualizar o zoneamento agroecológico e a tipologia dos sistemas de produção”, sugerir sistemas de produção e temas de estudos, desenvolver e coordenar pesquisas adaptativas por meio de Unidades de Teste e Validação (UTV), dirigir e promover a preparação de ferramentas de difusão dos resultados (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999, p. 100; MIRANDA *et al.* 2001, p.10).

Finalmente, na esfera regional, a base na qual tudo acontece efetivamente, deve conter dez redes de propriedades instaladas em cada uma das regiões administrativas da EMATER integrantes das mesorregiões. Nessa instância cada extensionista é responsável por acompanhar um conjunto de vinte propriedades de referência com quatro ou cinco sistemas diferentes. São suas atribuições: eleger e diagnosticar as propriedades da Rede, estudar os sistemas e preparar planos de ajustes visando melhorias no curto e médio prazo, orientar e acompanhar a execução dos planos, garantir o registro de dados obtidos, organizar e analisar dados, devolver resultados aos produtores rurais, fazer a difusão local, formar e apoiar tecnicamente os extensionistas locais e conduzir as UTVs (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999, p. 100; MIRANDA *et al.* 2001).

Existem ainda os comitês técnicos que são organismos deliberativos que têm como propósito fazer reflexões acerca dos sistemas de produção agrícolas. São formados por “organismos representativos” dos produtores rurais (associações de agricultores,

sindicatos, cooperativas e outros), bem como por integrantes da comissão regional do PARANÁ 12 MESES e “outros agentes de desenvolvimento” (IAPAR, EMATER, prefeituras, universidade, ONG’s e outros). Os comitês técnicos devem fazer apontamentos e considerações de caráter técnico e econômico, além de propor o aprofundamento de determinados estudos que visem potencializar e alavancar sistemas considerados prioritários. Tais atribuições devem, portanto, alimentar os objetivos a serem perseguidos nas Redes em consonância com o comitê de coordenação (MIRANDA *et al.* 2001, p.9; SOARES JÚNIOR, 2006).

**Figura 1** – Estrutura e distribuição regional das Redes de Referências para a Agricultura Familiar no Paraná.



Fonte: Extraído de Miranda e Doliveira (2005, p.3).

O projeto foi desenvolvido nas mesorregiões homogêneas<sup>14</sup> seis (6), sete (7) e oito (8) que compreende o oeste, o norte e nordeste do Paraná, envolvendo um total de 232 municípios.

#### 4.2.1 A metodologia das Redes de Referência para a Agricultura Familiar

Miranda *et al.* (2001) destacam que a estratégia de implantação e acompanhamento das Redes é a mesma para todas as propriedades das Redes, ou seja, embora existam sistemas de produção diversos, as regras do projeto se mantêm. Isso, além de garantir a coerência na aplicação da metodologia, segundo o autor, promove um intercâmbio entre as diferentes regiões que abrange o projeto. Esclarecem, ainda, que o trabalho baseia-se na construção de dados quantitativos e qualitativos, os quais são dados referenciais que, adaptados às demandas dos agricultores, se transformam em tomadas de decisões facilitadas e potencial possibilidade para melhoramentos de sistemas diferentes ou futuros (MIRANDA *et al.* 2001, p. 11).

Souza *et al.* (2000) e Miranda *et al.* (2001) elucidam que a estratégia de implantação de uma rede implica em três etapas que são complementares:

- *estudo prévio* – trata-se da definição da “caracterização regional e da tipologia dos agricultores” de modo a fornecer subsídios à fase seguinte que cuidará da seleção dos sistemas produtivos a serem trabalhados. Esse estudo busca identificar e delimitar as zonas homogêneas, envolvendo elementos como “clima, solos, estrutura agrária e infra-estrutura”. Nessa fase, os sistemas são ainda tipificados, visando o entendimento de seu funcionamento e organicidade, de maneira que sejam descobertas suas especificidades, as realidades e as peculiaridades entre agricultores;
- *seleção dos sistemas prioritários* – fase derivada da anterior que fica sob a responsabilidade do comitê de coordenação regional. A escolha dos sistemas reúne critérios como viabilidade, inovação e frequência com que o mesmo

---

<sup>14</sup> Para o programa “PARANA 12 MESES” o Estado do Paraná foi dividido em oito mesorregiões homogêneas, tal divisão teve como base “o trabalho realizado pelo IAPAR que utilizou 35 variáveis, contemplando recursos socioeconômicos e naturais” (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999, p. 6).

aparece. Para obedecer a tais critérios são analisados aspectos econômicos, demográficos, implicações no contexto socioeconômico, possível evolução e a fecundidade dos mesmos; e

- *escolha das propriedades* – feitas as escolhas dos sistemas é preciso selecionar as propriedades que serão representantes de tais sistemas, em número aproximado de cinco por sistema. Toma-se o cuidado também de que os agricultores dessas propriedades ofereçam condições de assumir o trabalho das redes, e que, portanto, tenham o mínimo de interesse e motivação, senso de organização, abertura para comunicar-se e interagir como outras pessoas no projeto (SOUZA *et al.* 2000, p.7; MIRANDA *et al.* 2001, p. 12).

Vencidas as três etapas começam a ser realizados outros trabalhos que compõem a metodologia das Redes: o diagnóstico – feito durante o período de um ano para o melhor e adequado conhecimento e apreensão da realidade do produtor rural e de sua propriedade. Busca-se conhecer os objetivos do agricultor e de sua família<sup>15</sup> e averiguar se o mesmo e sua propriedade têm condições de corresponder aos anseios do projeto. O diagnóstico tem duas incumbências básicas: “identificar e hierarquizar os problemas, propósitos e aspirações que condicionam a tomada de decisão dos agricultores” e “prognosticar as possíveis mudanças tecnológicas que poderão ser oferecidas pela pesquisa de forma compatível com a realidade” (MIRANDA *et al.* 2001, p. 12).

Após o diagnóstico, inicia-se o plano de melhoria da propriedade, que deve ser feito em conjunto pelo extensionista e pelo agricultor. Tal plano deve ter como premissa a noção de que “agricultura familiar rejeita modificações profundas e rápidas e também se encontra geralmente descapitalizada”, deste modo, deve partir “dos recursos disponíveis na propriedade, avanços gradativos e mais seguros” no que concerne ao aumento da renda e da “qualidade de vida dos agricultores e sua

---

<sup>15</sup> É comum entre os profissionais (pesquisadores e extensionistas) envolvidos na execução do Projeto Redes de Referências para Agricultura Familiar inúmeras menções sobre as famílias dos agricultores. Embora os contatos dos técnicos aconteçam, na maioria das vezes, com um dos membros, o representante da família e maior responsável pelo trabalho, existe uma tentativa de valorizar toda a família e envolvê-la no “espírito” do trabalho e não somente líder da propriedade.

família”. As primeiras intervenções partem de planos de “ajuste para curto prazo”, de modo que sejam resolvidos problemas mais urgentes, para “planos de médio e longo prazo”, que visam àquelas situações que não estão relacionadas às metas futuras e ao bom emprego de possíveis oportunidades (MIRANDA *et al.* 2001, p. 13; SOARES JÚNIOR, 2006).

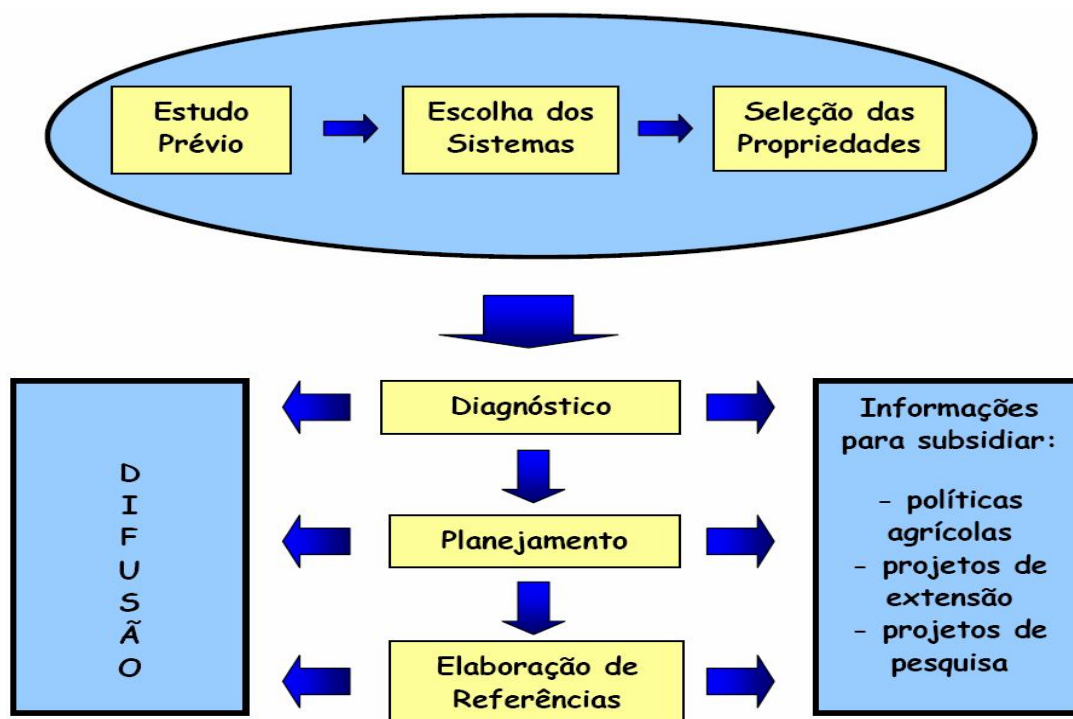
A execução dos planos de melhoria conta com o acompanhamento do extensionista, e é nessa fase que começam as intervenções do técnico. Nesse ponto, devem ser registrados de forma detalhada os dados relativos a todas as atividades do processo produtivo, os quais envolvem elementos técnicos e econômicos. Agora os produtores rurais têm a particular responsabilidade de anotarem tudo o que fazem em suas propriedades, isso constitui um fator imprescindível para todo o processo, pois são os registros que oferecerão material para construção das chamadas “referências modulares e globais do sistema”. A referência modular compreende a reunião de “indicadores técnicos e econômicos relativos à proposta tecnológica e desempenho de uma atividade agrícola numa situação específica”, diferindo das referências globais que dizem respeito “a uma única cultura ou criação específica, ainda que dentro de um contexto agroecológico e socioeconômico definido”. Por sua vez, as “referências globais” ou sistemas referenciais “são o conjunto de indicadores técnicos e econômicos relativos ao sistema de produção como um todo, representado pelo ‘caso típico’” (MIRANDA *et al.* 2001, p. 14; PASSINI; MIRANDA; MIRANDA, 2004; SOARES JÚNIOR, 2006).

O “caso típico” é o produto final do Projeto Redes, são as esperadas referências. Sobre isso Miranda *et al.* (2001) explicam o seguinte:

O caso típico é a descrição do sistema de produção (práticas de manejo de solos, manejo de rebanhos e de culturas e investimentos necessários) e apresenta as opções tecnológicas coerentes com relação ao seu desempenho técnico e econômico, tendo em vista a estrutura da propriedade e as restrições da região. [...] Ele propõe um resultado econômico que se pode esperar do bom funcionamento do sistema. É uma referência que está acessível a um grande número de produtores, porque representa a busca de coerência geral do sistema, e não simplesmente a performance de cada atividade. [...] Para a elaboração dos casos típicos são utilizados os resultados obtidos nas propriedades de referência acompanhadas, os conhecimentos das equipes de especialistas, as referências de redes

de outras regiões, os resultados do trabalho de pesquisa e a validação de tecnologias (MIRANDA *et al.*, 2001, p. 14).

**Figura 2** – Etapas metodológicas das Redes de Referência para a Agricultura Familiar.



Fonte: extraído de Miranda *et al.* (2001, p. 16).

Como já visto, o produto final do projeto são as referências. É o que alimenta todo o processo de desenvolvimento do projeto executado por pesquisadores, extensionistas e agricultores. Por fim, com a obtenção das referências, para que o trabalho seja completo, existem ainda os esforços para a implementação de estratégias adequadas de difusão e comunicação de modo que os resultados alcancem novos produtores rurais familiares, visando o desenvolvimento econômico e social no campo. Algumas das estratégias de difusão utilizadas no projeto são os dias de campo, as reuniões técnicas, as publicações, os treinamentos e outros. Aliás, esse parece ser um dos grandes desafios do projeto, se não houver estratégias competentes de comunicação, todo o esforço realizado no processo fica subutilizado.

Finalizando este capítulo, resgatamos o que Miranda *et al.* (2001) chamaram de “conceitos fundamentais” para o Projeto Redes: o “enfoque sistêmico” – visão global da propriedade em toda sua complexidade; a “pesquisa na propriedade - os ensaios, testes e validações passam a ser conduzidos nas propriedades, com a participação dos agricultores, além daqueles realizados nas estações experimentais”; a “participação do agricultor” – os produtores rurais são incentivados a participar de maneira ativa no projeto, e com o passar dos anos, acumulam experiência para encontrarem soluções e tomarem decisões de seus interesses; a “parceria – conceito que significa complementaridade de competências, autonomia de cada participante, pacto de solidariedade, transparência nos relacionamentos e igualdade entre as partes (mesmas regras, divisão do poder, etc.)”; e a “interdisciplinaridade – todos os componentes da propriedade são importantes e merecem atenção igual”. Trata-se da interação desses componentes de modo que “o conjunto seja maior do que a soma de suas partes”. Por isso, “a necessidade de várias análises (socioeconômica, de recursos naturais, da produção vegetal e animal) de forma integrada, em que há sempre uma sobreposição de parte das abordagens” (MIRANDA *et al.*, 2001, p. 16; PASSINI; MIRANDA; MIRANDA, 2004).

## **5. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Nos tópicos que seguem são apresentadas e analisadas as representações sociais que emergiram dos entrevistados, separadas por grupos de atores. Na primeira parte, são apresentadas e trabalhadas analiticamente as representações para o grupo de agricultores familiares (A1, A2, A3, A4, A5, e A6). No segundo momento, apresentam-se, do mesmo modo, as representações para o grupo de extensionistas (E1, E2, E3, E4, E5, e E6) e, no terceiro tópico para os pesquisadores (P1, P2, P3, e P4). Por fim, no quarto e último tópico, discorre-se, de maneira breve, sobre todas as representações sociais juntas, apontando suas semelhanças e diferenças.

### **5.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA OS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Neste tópico foram encontradas as seguintes representações sociais: Acesso à informação de qualidade; Anotações para avaliar lucro ou prejuízo; Um projeto de acompanhamento da EMATER; Ação governamental para obter dados; Parâmetro para outros produtores; Fora da minha realidade; e Espaço de relações amigáveis. São essas as figuras que compõe o campo representacional do Projeto Redes para os agricultores.

#### **5.1.1 Acesso à informação de qualidade**

Um primeiro aspecto sobre as representações sociais do Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar, no âmbito do grupo de produtores rurais, diz respeito à informação, ao fluxo de informação que o projeto proporciona, ou ainda, ao conjunto de assuntos trabalhados tecnicamente relacionados à atividade agrícola. Ainda que com algumas variações, esta figura esteve presente nas seis entrevistas realizadas com agricultores. A maioria faz referência ao conjunto de atividades desenvolvidas: os dias de campo, as viagens técnicas, as reuniões, as visitas técnicas e as ações que proporcionam informação sobre culturas específicas e diversificação. Isso tudo, no entendimento do grupo, propicia uma visão ampliada da agricultura.



O entrevistado A1 afirma que sempre são dadas boas idéias, principalmente no campo da diversificação de culturas e ressalta que o projeto fornece uma visão geral da situação da agricultura. Para o produtor, é algo que lhe mantém informado sobre coisas relevantes na atividade agrônômica, e também fornece um espectro geral sobre o setor. O contato com assuntos importantes do mundo rural através das viagens e dos dias de campo nas propriedades chamam sua atenção, por isso, entre outras características do projeto, A1 destaca o acesso às informações. Sobre isso A1 disse:

É bom que dá uma visão de todas as coisas, sempre dá. [...] Às vezes tem um sujeito falando, lá: um está criando boi, tem um relatório da propriedade, o outro está criando porco e tem o relatório, tantos porcos, tantas galinhas e etc. [...] Cada um tem uma receita da renda que ele teve, dá pra gente ter uma noção, então, como agricultor eu sei, eu tenho uma noção. Se eu contratar alguém pra fazer qualquer coisa, eu tenho uma noção. A gente tem um ponto de referência, o cara não vai mentir pra gente, a gente tem noção do que ele está fazendo, se tem vantagem ou não, então dá uma qualidade na cabeça, ali aparecem todas as propriedades (A1).

A2 também comenta que esteve em viagens, dias de campo e que também em algumas ocasiões sua propriedade foi visitada por pessoas ligadas ao projeto. A2 salienta:

Foi muito bom, olha a gente ia a Curitiba antes, tinha reunião lá com esse pessoal do Paraná inteiro. Nossa, rapaz! Os caras acompanham todos os segmentos: é mel, é criação, é bicho da seda, é porco. Eu mesmo tive que subir lá e falar, falar mesmo, falar pra 400 pessoas, eu falei lá [...]. E a pessoa, por intermédio da EMATER, [...] começa enxergando o mundo diferente, sabe? (A2).

Atualmente A2 participa de um curso sobre gestão em uma instituição que não está ligada ao projeto e durante boa parte da entrevista insistiu em comentar com entusiasmo sobre essa nova experiência. O produtor faz questão de sublinhar que agora conhece muito mais sobre o mundo empresarial e coisas diferentes que antes ignorava. Ele não atribui mudanças como diversificação e forma de conduzir seus negócios, nos últimos anos, somente ao Projeto Redes, mas aponta que foi através do mesmo que começou cultivar uma nova visão.

O entrevistado A3 por sua vez, chama o aspecto da “informação” de “troca de conhecimento” ou “troca de informação” e diz:

Pra mim seria é essa troca de informação, só que eu acho que teria que estar mais disponível. Você entende? Usando o exemplo, [...], se eu falar assim: eu quero saber sobre maracujá, como é que eu faço? [...] O que eu achei mais importante foi isso aí, foi a troca de experiências, porque talvez você saia pra ver uma coisa, acaba vendo outra, e isso acaba levando você a mudar, então, pra mim, o mais importante foi isso aí (A3, grifo nosso).

Já na visão de A4 este acesso à informação se dá pelas reuniões de assistência técnica. Para A5 o ganho de conteúdo que o projeto oferece se manifesta na possibilidade de analisar e escolher bem as culturas a serem trabalhadas. Na ótica de A6 o “pessoal da Rede” está sempre trazendo coisas novas, fazendo sugestões e tentando ajudar, e isso é fruto de um relacionamento de amizade que se estabeleceu.

Os entrevistados demonstraram naturalidade ao referir-se a respeito do projeto como algo que traz informação, ensina, direciona e oferece opções de cultivares. A carência por informações de qualidade se mostra comum no grupo dos agricultores entrevistados, no qual a maioria, inclusive, tem baixa escolaridade. Para o senso comum, os produtores rurais são pessoas de pouco conhecimento técnico, existe um desprivilegio de muitos desses profissionais em relação à educação. Não era comum nesse universo, por exemplo, referências ao mundo da informática como encontrado no relato de A3, que diz estar planejando a instalação de *Internet* para utilizá-la em seu trabalho. Além do mais, trata-se de uma atividade econômica marcada pela imprevisibilidade, possibilidades de sucesso ou insucesso caminham juntas a cada safra. É óbvio que se novas informações sinalizarem para minimização de risco, seja oferecendo orientações de natureza técnica, seja ampliando a visão a respeito das diversificações de culturas, ou ainda, realizando leituras de conjuntura confiáveis sobre as reações do mercado, isso será bem vindo no grupo e será visto como ajuda e contribuição.

É compreensível, portanto, que tal tipo de conhecimento seja algo, sobretudo, valorizado no contexto de mundo dos agricultores familiares. É óbvio que esta representação não se refere a qualquer tipo informação, quase sempre acessível e em grande volume, o que se destaca para este sujeito é a necessidade de

informação de qualidade, inerente ao seu mundo, à sua atividade profissional. Portanto, a figura utilizada pelos agricultores na atividade representacional é a informação associada à idéia de conhecimentos específicos.

Algo consensual entre os agricultores entrevistados é: o projeto proporciona um acesso à informação e possibilita a aquisição de uma visão mais ampliada da agricultura. O movimento de aproximação do objeto da representação se dá por meio do elemento carência de informação e a objetivação (materialização), através da figura “informação de qualidade técnica”, oferecida nas palestras e acompanhamentos técnicos. A figura da qual se reveste esta representação social é **“acesso à informação de qualidade”**, ou seja, o Projeto Redes é um meio de adquirir informações específicas sobre a realidade dos agricultores.

### **5.1.2 Anotações para avaliar lucro ou prejuízo**

O segundo elemento de destaque encontrado no grupo dos agricultores diz respeito à possibilidade de detectar lucro ou prejuízo, à anotação de dados com objetivo de conferir a rentabilidade dos negócios da propriedade. Essa é outra figura unânime entre os agricultores que, para se referirem a tal característica, sempre utilizam as palavras “lucro” e “prejuízo”. Com exceção de A1, que afirmou fazer sua contabilidade doméstica por meio de anotações mesmo antes do projeto, todos os outros entrevistados admitem que não faziam anotações da forma como começaram a fazer com o advento do projeto.

Aliás, embora A1 não tenha feito comentário específico sobre a organização financeira que o projeto propõe, foi possível detectar que o mesmo cumpre rigorosamente o compromisso de entregar suas anotações que, no seu entendimento, servem para levantar os custos de produção. Por conseguinte, todos os produtores relacionam com naturalidade e de maneira inequívoca o nosso objeto de pesquisa com a idéia de anotar para ver os lucros ou prejuízos.

A2 menciona o seguinte:

O trabalho das Redes é um trabalho assim: eles querem saber tudo certinho, como é que funciona a renda da gente [...]. Mas é um negócio bom, porque você controla tudo. Por exemplo, eu não sabia quanto custou isso aqui [*faz gesticulações, apontando a propriedade*], hoje eu sei, eles querem saber quanto custa e você tem que marcar tudo o que faz, a gente tem tudo marcado. [...] Então eu tenho condições, se você perguntar pra mim quanto custou isso aqui [*novamente, faz gesticulações*], eu sei quanto custa eu produzir [...], se não fosse o negócio da Rede, eu não sabia (A2, *grifo nosso*).

Para o entrevistado A2, portanto, o Projeto Redes é um trabalho no qual se procura saber tudo o que acontece na propriedade em termos de rendimentos, custos e outros. Ele comenta que, antes, não sabia nada sobre suas finanças, em contrapartida, agora, afirma ter conhecimento mesmo sobre um pequeno e aparentemente insignificante item utilizado em seu processo produtivo. Durante toda a entrevista, A2 se orgulha em dizer que tem tudo anotado e que nada escapa à sua contabilidade. A primeira característica que salta de sua fala diz respeito à organização contábil e o conhecimento sobre suas próprias finanças.

Da mesma forma, em sua primeira manifestação, o entrevistado A3 disse que se trata de uma iniciativa que procura saber se as atividades no campo dão lucro ou não. A3 entende que “a propriedade deve ser administrada como uma empresa” e, por isso, é importante levar tudo marcado. O produtor explica que com o projeto, as anotações ganharam importância, dada à possibilidade de averiguar a rentabilidade. Segundo ele, sem esse tipo de administração é difícil tomar decisões e fazer mudanças na propriedade, pode ser que haja prejuízo e não se saiba. A3 destaca:

Hoje é meio complicado. A gente foi criado na roça, no sítio, eu não tenho estudo, [...], pra você largar esse trabalho, mesmo quem tem estudo, já é complicado. Mas está ficando cada vez mais difícil, você tem que começar a administrar a propriedade como uma empresa, se você não levar certinho os custos e tudo, não dá nem pra você poder mudar, porque uma das coisas é isso: [...] eu levava tudo na ponta do lápis, marcava tudo. Você tem que saber a hora de mudar também, porque você faz um volume, mas também os gastos são muitos, então você tendo tudo certo, você sabe a hora de pular fora. [...] Porque às vezes, a gente, brasileiro, é meio complicado, faz aquela conta e vê aquele volume e não olha o que gastou, então talvez esteja trabalhando com uma ilusão. Não foi só o que me levou a mudar [...], mas esse foi um dos motivos: you começar olhar o que você gasta. [...] Pra mim foi bom, porque eu marcava pra eu lembrar, as anotações deles já eram pra dizer: isso aqui deu tanto de lucro,

aqui não deu, você gastou tanto, gastou tantos por cento (A3, grifo nosso).

Na visão do entrevistado A4, o projeto corresponde:

[...] a uma pesquisa sobre a produção, quanto produziu, a forma de produzir, quanto gastou, é isso aí. [...] Aí tem uma reunião, por exemplo, lá da onde você veio, tem uma reunião lá e eles falam: “tal lugar gastou isso e a produção dele foi essa”. E o que eu tive? Prejuízo! Agora o outro lá gastou mais, mas a produção foi recorde, então é o caso (A4).

Algo que aparece com frequência nas declarações de A4 diz respeito aos recursos financeiros investidos na lavoura. Ele acredita que investir mais na lavoura significa produzir mais, está sempre frisando não ter condições de investir o que precisaria para que sua produção aumentasse e não desse prejuízo. Todavia, é clara a conexão que faz do projeto com o exercício de identificar o lucro ou o prejuízo.

Para A5, no Projeto Redes, é preciso anotar tudo o que se faz para que eles possam analisar e depois devolver os cálculos mostrando qual a situação. Para o entrevistado, com isso, o agricultor dispõe “um caminho mais certo pra seguir”, ou seja, através dessas análises de custo e rentabilidade, ele se sente mais seguro. A5 atesta:

[...] está ajudando bastante a gente, porque antes você plantava e colhia e tinha aquela coisa de não anotar nada, sabe? Eu não anotava o que gastava e o que entrava, então nunca via nada, agora a gente começou a participar daí da Rede e a gente começa a anotar e já vê o que está dando lucro e o que não está. [...]. E também, a gente vai vendo e analisando as culturas, o que está dando mais lucro e o que não está. Então, esse projeto ajuda a gente a visualizar isso. [...] Agora, depois que o pessoal lá chamou a gente pra participar desse projeto, então a gente tem esse caminho mais certo pra seguir (A5, grifo nosso).

Não diferente, A6 relata tratar-se de uma pesquisa na propriedade que funciona por meio das anotações de tudo o que os agricultores fazem em seu trabalho, com o objetivo de analisar a produtividade e a rentabilidade. Ele testemunha que antes do projeto levava as coisas com menos organização. O produtor citou oportunidades em que suas anotações foram divulgadas para outros produtores, de modo que

fossem analisados custo e rentabilidade das culturas trabalhadas. O agricultor explica:

Isso aí é um estudo, que eu não sei até onde eles estão levando. Eles vêm aí, fazem as pesquisas com a gente, nós anotamos tudo o que gastou, [...] eu anoto tudo o que é gasto: horário de máquina, manutenção, todos os gastos dentro dessa área, então lá eles fazem as contas deles lá pra ver se está dando lucro ou se está dando prejuízo, se é um bom negócio as culturas, então eles estão fazendo as contas deles lá pra nós. Graças a Deus, está indo bem. Agora, comigo eles fazem uma cultura, com outros eles têm café, outros têm uva, outros têm porco, vários segmentos. Então, é até bom pra gente comparar um pouquinho as coisas, ver se estamos ganhando dinheiro ou perdendo tempo com essas culturas. Então, pra gente é bom [...] (A6).

Os fragmentos das entrevistas relativos a este tópico mostram que os agricultores vêem o projeto como algo que propicia mais organização administrativa e que leva a uma avaliação econômica de sua própria atividade. Nesse sentido, no entendimento do grupo, o trabalho difere de outros possivelmente já realizados pela extensão e pela pesquisa agrônômica. Antes, a preocupação estava mais sobre as orientações de cunho técnico, agora existe um interesse em saber quando se ganha e quando se perde dinheiro, se o trabalho não está sendo em vão, ou seja, se a rentabilidade é satisfatória. A fala do entrevistado A3, comentando que “agora é preciso administrar a propriedade como se administra qualquer empresa”, reflete o pensamento que se encontra presente e socializado pelos outros membros grupo.

Isso foi identificado com menor intensidade apenas por A4 que, embora perceba o trabalho desenvolvido pelo extensionista das redes como uma pesquisa sobre os gastos e os ganhos da produção, tem seu foco reflexivo intrincado na sua auto-caracterização de “agricultor muito pequeno” e sem condições de acompanhar o que o projeto propõe.

Finalizando, chama atenção o testemunho da maioria dos agricultores entrevistados quando reconhecem que antes não faziam registros de contabilidade e que, por consequência, não tinham muita clareza dos resultados de seu trabalho, ou, se faziam algumas anotações, essas não chegavam a ajudar-lhes no sentido de controlar seus negócios como acontece no projeto. Como comentado, não se

costuma encontrar entre os familiares dos agricultores, pessoas com grau de escolaridade em nível superior e mesmo técnico: a aparente despreocupação com aspectos administrativos envolve tanto aspecto sócio-histórico e cultural como sócio-educacional. Parece óbvia a possibilidade de que algumas providências mínimas de caráter administrativo não sejam tomadas por falta de conhecimento. Em absoluto, isso não significa que os agricultores não disponham de qualquer noção ou conhecimento sobre as finanças de sua lavoura. É visível, pois, que seu maior ganho no projeto é a organização dos dados e suas análises. Pode-se ilustrar tal situação pelo comentário de A5 quando diz:

Este projeto, o que tem feito? A gente anota e depois o técnico passa pra gente o que tivemos de lucro, porque depois de anotar eu passo também as folhas pra ele, e ele faz os cálculos lá pra gente e também mais os gastos de impostos, essas coisas (A5).

O elemento “administração contábil” tem origem na base conceitual do Projeto Redes de Referência. Para gerar sistemas produtivos melhorados ou sistemas referenciais, de acordo com a metodologia do projeto, são necessárias toda sorte de informações sobre tudo o que é feito na propriedade rural, tanto dados técnicos, como dados econômicos. O controle por meio de anotações é algo essencial para o funcionamento do projeto e anotar é umas das incumbências do produtor rural. Sem isso, não há como prosseguir com o trabalho no sistema produtivo e nem descrever módulos ou sistemas referenciais. Desde o início do projeto, e através dos acompanhamentos, as anotações são muito presentes no cotidiano dos produtores, até porque, é por meio destes registros que os técnicos vão propondo mudanças em suas propriedades.

No entanto, apesar do conjunto amplo de finalidades que os dados anotados têm, os agricultores tendem a simplificá-los na representação: ver se está dando lucro ou prejuízo. Como o mundo das análises, das variáveis estatísticas e do mercado lhes parece estranho e complexo, os produtores rurais fazem a aproximação (ancoragem) e materialização (objetivação), ou seja, aproximam e dão uma forma ao objeto que lhes parece mais familiar. Pôde-se observar que os agricultores entrevistados tiveram os primeiros contatos com o objeto da representação através de um conjunto de informações mínimas necessárias para sua apresentação e

conhecimento. Essas informações lhes foram oferecidas ao ingressarem no projeto e durante toda sua participação no mesmo. Isso foi suficiente para a construção do campo de representação e a tomada de atitude perante o objeto (MOSCOVI, 2004). As palavras “lucro” e “prejuízo” há muito tempo são comuns no vocabulário de agricultores, existe um discurso histórico, aparentemente caracterizado pela instabilidade e incertezas próprias da agricultura em função de problemas ambientais. Isso está relacionado às perdas e aos ganhos, à boa e à má safra, ao lucro e ao prejuízo. É evidente, portanto, a existência do universo consensual no qual se localiza a representação social: **“anotações para avaliar lucro ou prejuízo”**.

### **5.1.3 Um projeto de acompanhamento da EMATER**

São técnicas também, muitas técnicas que eles têm conhecimento, talvez a gente não tenha, você fica só dentro da propriedade e não tem conhecimento disso aí, então isso ajuda muito. No IAPAR mesmo, [...] uma ou duas vezes fomos lá, veio pessoal de lá, às vezes tem viagens, eles pegam pessoas de outra região e vem [...], a gente daqui vai ver outras produções, essas coisas (A3).

Com exceção de A3, todos os outros produtores rurais entrevistados vêem o objeto desta pesquisa como um projeto da EMATER. Os agricultores conhecem o IAPAR, muitos já estiveram em sua sede e mantiveram contatos com pesquisadores do instituto, mas não atentam para o fato de que o instituto atua no projeto. Em nenhum momento esses entrevistados demonstram entendimento a respeito da existência de parceria entre o instituto de pesquisa e o instituto de extensão rural. A6 reconheceu uma parceria pontual em uma determinada situação, mas também não possui clareza sobre a participação do IAPAR no projeto. Em geral, os agricultores também não se incluem como membros de uma iniciativa comum a outras pessoas ou organizações. Embora saibam que os dados de sua propriedade, provenientes de suas anotações, são utilizados por alguém e não somente por eles mesmos, adotam uma postura mais de beneficiários ou receptores do projeto, do que de participantes ativos ou colaboradores. Enxergam, sobretudo, uma iniciativa que os assiste e os acompanha em suas tarefas. A respeito disso, cabe, porém, uma observação sobre A6: ficou manifesto que o produtor, de certo modo, se vê como colaborador do projeto. Por diversas vezes citou as amizades adquiridas no projeto com mais ênfase do que os benefícios conseguidos. Todavia, comentou também que tais



amizades acabam ajudando-o em algumas situações e facilitando em coisas do dia a dia de seu trabalho, que sozinho teria maior dificuldade em conseguir.

É palpável, nas entrevistas, que os agricultores vêem a EMATER e os extensionistas como os únicos responsáveis pelo projeto. A2 diz conhecer o IAPAR, mas não sabe sobre sua participação na iniciativa. Aliás, o agricultor não demonstra conhecimento dos diferentes papéis institucionais do instituto de pesquisa e do instituto de extensão rural. Pôde-se constatar, no entanto, pelas afirmações do produtor, que a instituição de pesquisa esteve presente em sua propriedade e chegou a fazer sugestões de variedades de culturas. Do mesmo modo, A5 disse que teve contato com o IAPAR, mas desconhece sua inserção no trabalho. O produtor relata:

Não é um grupo, é com o pessoal da EMATER que a gente tá trabalhando. Vem deles isso aí, então entendo que é deles lá da EMATER. [...] É só a EMATER que eu saiba [...]. Não, não tem nada. Olha, o IAPAR, a gente já foi e passou um dia lá de palestras, em Londrina (A5).

A6 não difere da maioria dos entrevistados, entretanto, o IAPAR desenvolve um estudo em sua propriedade. Segundo seu relato, esse contato com o instituto aconteceu por intermédio do extensionista das Redes, mas nega que a ação desenvolvida em sua propriedade tenha alguma relação com o trabalho do Projeto Redes. Quando questionado sobre a relevância das intervenções técnicas do Projeto Redes em sua propriedade, o mesmo não sabe apontá-las com clareza, por outro lado, quando indagado sobre o trabalho que é desenvolvido pelo IAPAR, o produtor reconhece e afirma que já foram realizadas intervenções resultantes de estudos e testes propostos pelo IAPAR, e que isso tem provocado diferença em sua propriedade. O entrevistador insiste na pergunta se o IAPAR participa ou não do Projeto Redes, o entrevistado acaba respondendo que sim, mas não demonstra segurança. É evidente que não têm clareza da parceria dos institutos no projeto.

No discurso de A1 é possível observar tal reflexão:

[...] A Rede, pra mim, eu que já vinha mexendo e trabalhando com a EMATER... [...] antigamente eles tinham um negócio de conservação de solo. Entendeu? Eu fiz conservação de solo através da EMATER, eu fiz na propriedade todinha [...]. Antigamente nós fazíamos errado, não tinha aquela visão, mas eu sempre tive contato, durante toda a

vida eu tive uma ligação com a EMATER, de trinta anos pra frente (A1).

Junto à visão “um projeto da EMATER”, é muito presente no discurso dos produtores o figura dos acompanhamentos e da assistência técnica. São dois aspectos muito enfatizados nos relatos e sempre conectados ao papel desempenhado pela empresa de extensão rural. Conforme previsto na metodologia do projeto, o acompanhamento é um dos principais elos de ligação entre o agricultor e o projeto. Esse acompanhamento implica um trabalho mais completo, com o enfoque diferenciado do que existia antes na tradicional assistência técnica. Está implícita, nessa nova modalidade de assistência proposta no projeto, a “visão sistêmica” da propriedade, que não se limita ao tratamento de uma cultura ou atividade, como acontece em um trabalho pontual de assistência. Envolve, por exemplo, aspectos socioeconômicos, todos os tipos de trabalho desenvolvidos na propriedade e sua localização geográfica. Além do mais, na concepção original do Projeto Redes de Referência, pelo que se pode observar nos artigos, revistas e nos comentários de profissionais envolvidos, a proposta é uma participação ativa dos agricultores, enquanto sujeitos, e não apenas enquanto receptores de informações e assistência. É perceptível, porém, que assistência e acompanhamento se fundem na mentalidade do agricultor. Ele sabe que o trabalho de hoje é diferenciado, mas além de não ter clareza sobre tais diferenças, não vê a si mesmo como um sujeito nesse processo.

A3, por exemplo, enalteceu o papel dos acompanhamentos e da assistência técnica. Durante toda entrevista, foram apontadas inúmeras situações, ao longo dos anos, nas quais o produtor acatou as intervenções oriundas do extensionista. A3 relata ainda o seguinte:

Hoje está meio parado, [...] estou há um ano atrasado com as anotações ali, pra passar pra eles. E também, com esse negócio de mudar a EMATER, deu uma freitada, mas é muito importante a troca de conhecimentos. [...] Eu acho que é um pouco assim: eu tenho dificuldade em alguma coisa, eu os procuro, [...] aí eles pegam, tem um pessoal da Rede que tem esse contato, tem essa troca de informação (A3).

A4 também faz comentários sobre a assistência:

É porque ele vem todos os meses, ele passa aí, dá uma volta e vê a lavoura, e a gente procura também, na hora que precisa saber sobre um veneno, uma adubação, como é que a gente pode fazer, pra seguir mais ou menos [...]. Acontece que às vezes não dá, não tem como gastar os 100% em cima da propriedade, a gente é pequeno, então você não tem condições de gastar tudo o que às vezes ele recomenda: você faz isso, faz aquilo, mas não tem como chegar lá. Você faz aí uns 70 ou 80%, não tem como, a gente não ganha pra isso (A4, *grifo nosso*).

A2 também destacou que, ultimamente, os acompanhamentos do Projeto Redes são pouco freqüentes e atribui isto, em parte, aos problemas de infra-estrutura e pessoal que a EMATER vem enfrentando. A5, como os outros entrevistados, citou o problema e falou da necessidade de maior intensificação do acompanhamento e de outras atividades do projeto como palestras e dias de campo. A importância dada aos acompanhamentos nos relatos desses entrevistados revela a vivacidade da conexão que tal elemento possui com o projeto, em sua visão. Existe, pois, no processo da representação social uma materialização nítida: **“um projeto de acompanhamento da EMATER”**.

Ademais, a informação da existência de um período de transição e das deficiências do quadro de funcionários na empresa de extensão rural pode ser bem visualizada nas entrevistas. Contudo, é preciso esclarecer o que mencionamos no quarto capítulo e que foi comentado por alguns extensionistas e pesquisadores, durante o trabalho de campo. O programa governamental responsável pelo Projeto Redes findou recentemente, mas EMATER e IAPAR continuam com o trabalho, utilizando a mesma metodologia. No entanto, os recursos governamentais carimbados deixaram de existir, o que veio a comprometer a realização de algumas atividades que antes eram comuns no projeto. Outra problemática se refere às mudanças jurídicas e administrativas pelas quais a EMATER passou no ano de 2006. Tais mudanças incorreram, por um período, em mais problemas administrativos, além da deficiência de pessoal, que é um problema antigo, inclusive também no IAPAR.

Todavia, ainda que sem a intenção de desconsiderá-los no trabalho de análise desta pesquisa, não foi aprofundado a temática desses problemas, uma vez que isso não corresponde ao objetivo do trabalho. Assim, embora essas variáveis impactem na vivência atual de todos os atores envolvidos, isso não oferece maiores riscos ao

trabalho de interpretação das representações, mas pode, inclusive, favorecer na medida em que, como Moscovici (2004) explica, são nos períodos de instabilidade e crise que as representações sociais emergem com maior facilidade. É nesse sentido, por exemplo, que os comentários de A2 sobre a falta de mais acompanhamento técnico sobressaltam de tal maneira, que mostram a vivacidade da identificação que o agricultor faz do tema da assistência com o objeto da representação.

Ainda a respeito do assunto, observou-se que apenas dois agricultores de diferentes regiões e mesorregiões, dos seis entrevistados, não mencionaram tais problemas. Todavia, sobre a frequência dos acompanhamentos, pelo que se pode constatar também na proposta de trabalho das Redes, apesar das dificuldades estruturais comentadas, é preciso levar em questão o nível ou estágio no qual cada propriedade acompanhada se encontra na sua relação com o projeto. É comum, por exemplo, que, depois de algum tempo, os acompanhamentos se tornem menos frequentes que nos primeiros anos do projeto, período no qual seriam, naturalmente, mais necessários os acompanhamentos e as intervenções. De nossa parte, tomou-se apenas o cuidado de que todos os agricultores entrevistados gozassem de um nível tal de envolvimento com projeto, que lhes possibilitasse falar e expressar seu pensamento sem algum prejuízo, por desconhecimento, do objeto da representação.

#### **5.1.4 Ação governamental para obter dados**

Outra constatação entre os entrevistados, com exceção de A4 e A5, é a afirmação de que seus dados tenham como destino o governo. Nessa representação social é nítida a aproximação que fazem das noções de parâmetro e referências, termo comum no Projeto Redes, com a idéia de amostra ou retrato da agricultura para o governo. Isso é particularmente destacado nas manifestações de A1 e A2, mas de maneira mais sutil, é insinuado por outros agricultores. O entrevistado A6, ao mesmo tempo em que afirma não saber até aonde vai o trabalho das Redes, diz desconfiar que o projeto sirva para dar conhecimento da realidade da agricultura ao governo. Alguns relatos desse agricultor se aproximam do que foi dito por outros produtores nas entrevistas, quando disseram que o objetivo do projeto é gerar uma espécie de retrato da agricultura para o governo. Nesse sentido A6 faz o seguinte relato:

[...] sei lá se eles levam a mais alguém isso daí, esses resultados. Talvez, em termos estaduais, se vai lá pra cima, se tem alguém que pega aquilo ali pra servir de parâmetro, de base, sei lá, eu nunca perguntei certo pra ele até onde vai isso daí, mas pra nós é bom [...]. Sei lá... Eu, no começo, achava que era mais para o governo do Estado que lançou isso aí, que era pra saber se estava havendo lucro, se estava havendo prejuízo, uma coisa ou outra, mas eu acredito que deve ter alguma ligação por trás disso aí, em termos governamentais [...]. É, eu acho que seria um referencial, uma referência, em cima daquilo eles vão ter, mais ou menos, uma noção do que está acontecendo na agricultura. Agora, Redes, pra te falar a verdade, não sei da onde vêm estas Redes [...]. Eu teria que saber, é que eu também nunca perguntei [...]. A gente tem que saber até aonde vai isso daí, se isso está sendo levado lá em cima ao conhecimento dos órgãos políticos, alguma coisa, até onde vai isso daí. Então, a gente está fazendo a parte da gente pra colaborar sem procurar saber muito até onde vai (A6, *grifo nosso*).

A respeito do assunto, destacam-se ainda os relatos de A1, A2 e A3. Ao ser indagado sobre o que pensa ser a finalidade do Projeto Redes, A1 é pronto em responder que é um projeto que tem como objetivo o levantamento do custo de produção para que o governo formule preço mínimo. Para ele, o projeto é, sobretudo, uma estratégia do governo para levantar o custo mínimo de produção de modo a utilizá-lo como dado que sirva à política agrícola. É assim que A1 enxerga o projeto, e é sob esse prisma que participa do mesmo, disponibilizando periodicamente, as anotações provenientes de todas as suas atividades no processo produtivo:

Isso é assim: cada município tem cinco, cada agricultor faz o levantamento de custo de produção, eles estão fazendo o custo de produção através da informação da gente. Querem saber quanto você está gastando [...] pra preço mínimo, eu creio que é pra isso [...]. Então eu acho que o Redes é pra isso, pra saber, ter uma aparência. Porque tem lá no IAPAR, cada setor tem. Aqui eu sei quem só mexe com café, com porco e tal (A1).

É importante entender que A1 mantém o foco de seu discurso sobre os problemas políticos de ordem econômica e financeira relacionados à sua atividade profissional. A1 diz:

[...] o mal que nós temos é o setor público, o governo que só puxa a gente pra baixo. Nós compramos num dólar e vendemos em outro, nós não temos garantia de preço mínimo, nós não conseguimos

acompanhar o mercado, cada vez estamos devendo mais. No ano passado, eu colhi 305 sacos de milho por alqueire e me sobrou 10 sacos por alqueire, o soja colhi 110 sacos, me sobrou 20 sacos, se eu botar no papel, não tirei nem o salário mínimo, plantando 15,5 alqueires de lavoura, eu e muita gente. Entendeu? O que eu tenho a dizer é isso (A1).

De sua parte, A2 explicou que é uma tentativa do governo de obter uma “amostragem” para ter uma noção da renda dos agricultores. O agricultor é contundente em afirmar que o projeto consiste em uma ação que visa oferecer dados para o governo. Essa idéia é sugerida quando utiliza a palavra amostragem. A2 comenta:

A Rede, que nem eu tô te falando, se continuasse seria bom pra eles terem assim a noção da coisa, isso era mais uma amostragem. Sabe? É uma chance para o governo saber, mais o menos, como é a renda, pra ter uma noção da coisa, mas do jeito que eles estão fazendo hoje, não sei até quando será viável [...]. Não sei se é falta de dinheiro, mas pra eles era uma amostragem. É igual você sair, qualquer segmento tem que ter uma amostragem, vamos supor aí, na estrada: a cada tantos carros pára um, pra ver negócio de contrabando e essas coisas, é mais ou menos isso. Só que no começo, rapaz... Nossa! Eles estavam aqui a cada quinze dias, tinha reunião, traziam gente de fora (A2).

Para A3 o projeto mais busca dos agricultores do que oferece, ou seja, oferecendo suas propriedades para serem estudadas através das anotações, dos experimentos nelas realizadas e também dos testemunhos proferidos em palestras e em dias de campo, os produtores estariam mais dando do que recebendo em sua relação com o projeto. Novamente aparece a idéia obter dados:

O que eu vi que eles queriam quando vieram aqui, era ver onde estava o problema e o que podia ser feito pra agregar e pra melhorar. O interesse deles eu acho que seria isso, poder ter dados, porque na época eles queriam que marcasse o que comprou, o que vendeu, isso é fácil [...] mas eu vi que eles queriam mais era ter dados, mais na agricultura familiar mesmo, embora parece que tem também produtores grandes nas Redes, então acho que eles queriam parâmetros pra poder comparar (A3).

Está claro como os entrevistados captaram a noção correspondente à palavra “referências”. Tal representação social pode estar respaldada em diferentes elementos peculiares do grupo social. Um elemento do grupo social estaria baseado, por exemplo, na visão de que se trata de uma atividade realizada somente entre

agricultores familiares. O grupo desses produtores rurais está associado à figura dos “pequenos agricultores”, daqueles que, por muito tempo, foram esquecidos pelos governos e que ainda estão buscando espaço e reconhecimento no contexto da agricultura. Isso também pode ser averiguado pelo tom de desconfiança aplicado à afirmação de que se trata da busca do governo por uma amostragem. Tal representação parece ser alimentada pelo descrédito de que possa haver benefícios do governo, sem que por trás dos mesmos, exista um interesse não revelado.

O exercício de trazer o desconhecido para o mundo familiar significou, para esses agricultores, entender o Projeto Redes e seus objetivos do modo mais próximo ao seu mundo de agricultor insatisfeito com a política econômica do governo e com os resultados financeiros de sua atividade profissional. A imagem objetivada, ou seja, a representação social do Projeto Redes, nesse caso, se manifesta na compreensão de que tal iniciativa seja uma **“ação governamental para obter dados”** da agricultura.

### 5.1.5 Parâmetro para outros produtores

Têm-se aqui mais um tema que emergiu com destaque nos relatos. Vê-se que a imagem icônica, como no tópico anterior, também se assemelha ao que evoca o termo “referências”. Primeiramente, é preciso esclarecer que esta palavra é utilizada no projeto para expressar a idéia de parâmetro, de algo que pode servir como referência para outrem. Os módulos e os sistemas referenciais são produtos melhorados que servem como parâmetros. Contudo, não se trata do estabelecimento de padrões, não significa que são modelos absolutos e estáticos, são tão somente referências de experiências bem sucedidas. Pois bem, isso é o que consta na concepção e nos objetivos do Projeto Redes de Referência, mas não é assim que os agricultores, enquanto sujeitos da pesquisa, vêem o objeto da representação. Todos os produtores rurais entrevistados, cada um à sua maneira, se mostraram cientes de que sua propriedade está sendo estudada, e que suas anotações são utilizadas para outras finalidades além das suas.

A6 destacou oportunidades em que as anotações de sua propriedade foram divulgadas para outros produtores, de modo que fossem analisados principalmente

aspectos como custo de produção e rentabilidade das culturas trabalhadas. Nesse sentido, o produtor demonstra razoável conhecimento sobre o projeto, sabe da existência de algo maior do que somente a assistência técnica tradicional, das diversas culturas e atividades trabalhadas e também da existência de propriedades semelhantes à sua que também estão sendo estudadas. Em relação a isso, A6 comenta:

Eu acredito que seja pra outras propriedades também, parecidas com a minha, porque tem muitos cálculos que nós fizemos aqui... Até uma vez, em Londrina, eles levaram as anotações minhas pra divulgar lá. Então o que eles divulgaram? Divulgaram que [...] ainda estava dando lucro, numa época em que a maioria do pessoal estava endividado, com problema, falando que estava dando prejuízo, então, através dessa contabilidade minha, mostrou que deu lucro ainda (A6).

A5 também explicou que o extensionista pega suas anotações e mostra para outro agricultor, de modo que sirva de referência do que está sendo rentável ou não. A5 comenta:

É anotar e talvez, vamos supor assim, o [*diz o nome do extensionista*] pega as minhas anotações e pode até passar para outro agricultor e falar: “olha, o Fulano anota e ele está fazendo isso e mais isso, e está tendo lucro, então você pode ir nessa atividade que está tendo lucro”. É isso que eles explicaram, vamos supor: café, eu estou anotando o café, um ano, dois anos, deu lucro, então você fica nesta atividade do café que está te dando lucro; laranja, a atividade de laranja está te dando lucro, então fica; a soja e milho, um ano, dois anos está ruim, então não está dando lucro, então você decide, quer ficar tentando ou então muda. É isso aí (A5).

Já no entender de A4, ele está participando desse trabalho da EMATER para representar aqueles agricultores que são mais simples e com menos condição de investir na propriedade. Em sua visão, existem os produtores muito pequenos e os maiores que devem participar do projeto para mostrar todas as situações. O agricultor não explica, com clareza, onde seria mostrada sua situação, mas insinua que serviria de parâmetro para outros produtores. A4 comenta ainda, que nesse trabalho é necessário que tenham agricultores de todas as classes sociais.

A3 demonstrou entendimento mais compatível com o funcionamento do Projeto Redes: disse que a propriedade é vista em sua totalidade e mencionou a palavra



“Rede” para designar um conjunto de outras propriedades inseridas no projeto. Sobre o intercâmbio de dados e informações, o agricultor comenta o seguinte:

Alguém diz: “olha, tem um produtor lá de Umuarama, ele é da Rede e produz maracujá já faz uns dez anos, cinco anos; tem um em Londrina que produz faz só seis meses. Quer ir lá ver? Olha, estes são os dados, se você quiser ir lá e ver, nós estamos disponíveis pra te levar lá, às vezes vale mais ver uma vez do que ouvir cem vezes”. Eu acho que a Rede seria isso aí, esta troca de informação, mas um pouco mais agilizada (A3).

Essa visão de “parâmetro”, além de estar presente na nomenclatura do projeto, provavelmente, tenha sido muito disseminada entre os agricultores desde o começo do projeto. No entanto, é utilizada, pela maior parte do grupo, para referir-se à transmissão de dados de um agricultor para outro. Apesar da idéia “utilização dos dados de um produtor como parâmetro para outros” não ser toda falsa, em relação ao que propõe o projeto, a função dos dados obtidos nas anotações supera em muito essa noção. Existem procedimentos metodológicos nos quais os registros são processados, percorrendo um longo caminho antes de se tornarem objetos de referência. Aliás, não são, *a priori*, os dados que servirão de referência e sim os sistemas de produção melhorados que deles poderão derivar. Não se trata, portanto, de um fluxo de informações brutas entre produtores rurais, mas da construção de um produto final capaz de iluminar outras iniciativas. Esse domínio mais complexo a respeito do processamento dos dados e do conjunto de análises sobre as quais os mesmos são submetidos é estranho ao grupo de produtores entrevistados. É nesse sentido, que se percebe uma transposição do conceito de referência presente no Projeto Redes e situado no universo reificado, para a representação social construída à imagem da figura: “**parâmetro para outros produtores**”, presente no universo consensual, próprio do mundo dos agricultores.

### 5.1.6 Fora da minha realidade

Esta representação pode ser percebida em dois produtores rurais: A1 e A4. Com argumentos diferentes, esses agricultores deixaram de modo marcante seu posicionamento de que o projeto não se ajusta à sua realidade de produtor. Embora participem, fazendo as anotações e comparecendo aos eventos realizados, e

também reconheçam benefícios como acesso à informação e à orientação técnica, afirmam que, dadas as suas condições, o Projeto Redes não chega a afetar positivamente sua vida de agricultor.

Para A1 o projeto não se ajusta à sua realidade porque, atualmente, seus filhos não mostram interesse em continuar com o trabalho na agricultura. Ele, com pouco mais de sessenta anos, pensa não ter idade suficiente para investir mais na propriedade. O produtor afirma que o projeto é bom, que recebe muitas e boas idéias de diversificação e também desfruta de todo aprendizado e informações que são oferecidas, mas não chega a aplicar de maneira prática quase nada em sua propriedade, já que não vê perspectiva de continuação do seu trabalho no campo. A1 relata:

Pra mim, eles dão idéia. Mas muitas idéias, hoje, pra gente fazer numa propriedade... A idade que eu estou, como meus filhos não se dedicam à propriedade, aquilo lá, automaticamente, se um dia eu deitar e não acordar, aquilo lá, na realidade, pára. Então, pra mim, não fiz, entendeu como é? Não vou dizer que eles são maus na orientação, não é nada disso. Porque hoje, na minha idade, não dá, meus filhos em outro ramo, uma coisa e outra, então aquilo lá, automaticamente, talvez pare e talvez não (A1).

Na visão de A4, o projeto também não se ajusta à sua realidade porque o mesmo não se vê em condições que investir financeiramente mais do que tem feito na propriedade. O agricultor baseia-se sempre na idéia de que investindo mais se produz mais. A4 destaca:

Acontece que às vezes não dá, não tem como gastar os 100% em cima da propriedade, a gente é pequeno, então você não tem condições de gastar tudo o que às vezes ele recomenda: você faz isso, faz aquilo, mas não tem como chegar lá. Você faz aí uns 70 ou 80%, não tem como, a gente não ganha pra isso (A4).

Assim, A4 vê o projeto sob o prisma das sugestões inviáveis. Nesse ponto, é importante considerar que por muito tempo instituições financeiras e a política nacional de financiamento agrícola classificavam os agricultores familiares com expressões do tipo “mini-agricultores” ou produtores da “agricultura de baixa renda” para diferenciá-los da agricultura de grande porte. Não é estranha entre agricultores familiares a alusão à sua condição profissional desprivilegiada de recursos e de

capacidade produtiva. Emerge, todavia, uma representação social com certa transparência: este trabalho é algo fora da minha realidade.

As afirmações dos produtores que levam a interpretação da representação social são acentuadas e intensas, não se trata de apenas mais um dado presente em seus relatos durante a entrevista, mas de um posicionamento perante o projeto. É comum nos posicionamentos de A1 e A2 a seguinte elaboração: “não me encontro em condições de responder a tudo o que os extensionistas ou o projeto me propõe”. Não parece improvável que emergissem mais posturas semelhantes no âmbito dos agricultores. Percebe-se, todavia, que as visões de A1 e A2 não se mostram condizentes com o previsto na estratégia metodológica do Projeto Redes, segundo a qual, todo trabalho deve considerar a realidade dos recursos disponíveis pelo produtor e pela propriedade. Entre as representações que emergiram nos discursos desses entrevistados, essa foi a mais marcante, não pelo conteúdo do comentário, mas por sua frequência no conjunto da entrevista. Está claro, pois, que os produtores vêem o objeto sob a ótica da incompatibilidade de suas proposições, bem como que estão convencidos pela representação social: **“fora da minha realidade”**.

#### **5.1.7 Espaço de relações amigáveis**

Um último elemento que pareceu vivo no pensamento de alguns agricultores sobre o objeto de pesquisa é a representação de que o mesmo consiste em um espaço de relações amigáveis que extrapolam o contato profissional. Tal consideração pode ser observada com maior ênfase nas declarações de A6, mas houve outras manifestações que insinuaram a existência de afinidade entre agricultores e profissionais do projeto. No relato que segue, por exemplo, o produtor percebe as sugestões dadas pelo extensionista mais em função da amizade entre ambos, no entanto, se refere, justamente, às propostas de diversificação de culturas e atividades oferecidas pelo extensionista, ou seja, coisas comuns do trabalho da extensão rural no projeto. A6 comenta:

Então, eu acho que isso daí é válido, porque é uma pesquisa pra saber se o agricultor está ganhando dinheiro ou se está perdendo.

Eu acho que é muito válido e eles também sempre estão trazendo alguma novidade pra gente com a amizade deles, que não seria por causa do Projeto Redes, mais pela amizade deles. É lógico que muitas coisas pra nós aqui não encaixou e até teve uma época que eu comecei mexer com bicho da seda e tal, mas depois não consegui, não foi pra frente, então são coisas que a gente buscou, diversificação, que eles falam muito pra nós sobre diversificação (A6, *grifo nosso*).

Em outra oportunidade, perguntado sobre o que mudou em sua relação com o Redes, A6 retoma o assunto com mais intensidade:

Mudou, mudou, com certeza, a gente tem amizade, tem amigos lá dentro, antes a gente quase nem conhecia os caras. [...] Então, a gente já ganhou bastante coisa com isso, que nem eu falo, se você tem uma amizade lá dentro da EMATER, se você tem um amigo lá dentro, amanhã qualquer coisa que você precisar [...] (A6).

O agricultor faz ainda outra menção sobre o tema:

[...] Agora, o que acontece é que muitas vezes, que nem eu estava contando pra você: fui na exposição em Londrina, o ano passado eu fui, este ano não deu certo, teve um ano que nós fomos pra Curitiba, lá na exposição, teve outro ano que nós fomos aqui embaixo, em Cascavel, com o pessoal deles, então eles levam e mostram as coisas, tem uma amizade que a gente fez e tem um convênio lá que, através do governo do Estado, leva a gente pra um lado e pro outro, pra conhecer novas coisas, que se não fosse através deles, a gente não iria atrás (A6, *grifo nosso*).

A representação foi detectada com maior intensidade no discurso de A6, no entanto, outras manifestações dos entrevistados se aproximaram de tal mentalidade. A2 se refere a alguns profissionais que já manteve contato no Projeto Redes, tecendo elogios, enaltecendo sua dedicação, e dizendo que esses deram grande ajuda desde o começo do trabalho, nas muitas vezes que sua casa foi visitada. Segundo o agricultor, a área de sua casa era o espaço de muitas conversas. Da mesma forma, A3 mostra simpatia ao referir-se a um dos profissionais do projeto com quem trabalhou, disse que este técnico tinha toda liberdade em sua propriedade, para corrigir e sugerir, ou seja, para apresentar suas sugestões e críticas com tranqüilidade em todas as situações. Esses comentários do produtor demonstram um nível de afinidade e intimidade na relação com o profissional. Nos outros entrevistados também se percebeu de maneira implícita a existência de uma relação amigável entre produtor e extensionista. Isso pode ser justificado pelo fato de que os

acompanhamentos tendem a ser mais freqüentes do que a assistência técnica tradicional, além disso, o extensionista tem como objetivo a realização de um trabalho que envolve todos os aspectos do sistema produtivo. De acordo com a proposta do projeto, sem a presença de um razoável diálogo e uma saudável convivência entre as partes, o trabalho ficaria comprometido.

É comum haver afinidade para amizade com determinadas pessoas e com outras não. Pode ser desse modo, que tal fenômeno esteja relacionado a critérios que são pouco objetivos. Contudo, é preciso considerar que o formato das Redes em si, com acompanhamentos mais freqüentes, oferece grande contribuição a construção relacionamentos amigáveis no campo. É nítida a tentativa de A6 em sintetizar suas explicações sobre o objeto da representação afirmando: “é mais uma amizade que a gente tem lá dentro”. Admitindo que a ótica das relações amigáveis seja elemento mais comum que estranho nas relações entre extensionistas e agricultores familiares, e que compõe o universo consensual do grupo, tem-se a atribuição de uma forma dada ao objeto, a representação social “**espaço de relações amigáveis**”.

## 5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA OS EXTENSIONISTAS RURAIS

As representações que emergiram do grupo dos extensionistas foram: Redes propriedades semelhantes para referência; Gestão financeira da propriedade rural; Estudo e acompanhamento de sistemas produtivos; Uma nova ferramenta para extensão rural; Um projeto entre família; União de vários segmentos; Qualidade de vida no campo; e Um trabalho de difusão. É partir desse conjunto representacional que se compreende a visão dos extensionistas sobre o Projeto Redes.

### 5.2.1 Redes propriedades semelhantes para referência

No processo de análise dessa representação social, se faz conveniente um esclarecimento: quando foi escolhido o objeto de pesquisa, essa decisão não foi tomada pela presença da palavra *redes* em seu nome, e sim por se tratar de um trabalho desenvolvido na configuração de rede, que tem atores trabalhando com objetivos comuns. A primeira questão do roteiro de entrevistas para os

extensionistas foi: “Pra você, o que é um trabalho em rede?” Como respostas, obteve-se inúmeras afirmações parecidas à seguinte: “é um trabalho de acompanhamento de redes de propriedades semelhantes com sistemas produtivos também similares que tem por objetivo a geração de sistemas melhorados que se tornem referência”, ou com relatos, durante a entrevista, cuja interpretação conduz a uma noção similar. Esperava-se, portanto, dos extensionistas entrevistados, tanto manifestações que se referissem de maneira direta ao objeto de pesquisa, quanto a outras relacionadas ao fenômeno do trabalho em rede de modo genérico. Ainda que no primeiro momento a questão de abertura não fizesse alusão direta ao projeto, apenas dois dos entrevistados não recorreram de maneira imediata a respostas semelhantes à supracitada. Nos relatos que seguem isso poder ser constatado.

E2 explica que:

[...] o trabalho em Rede, na verdade, faz com que nós tenhamos propriedades características semelhantes. O trabalho das Redes hoje, nós usamos isso um pouco no plural, o trabalho das Redes se refere a pequenas redes de propriedades. São propriedades que estão sendo acompanhadas com características parecidas ou semelhantes dentro do sistema de produção [...]. Mas o trabalho de Rede basicamente é isso: é uma forma de nós não isolarmos uma propriedade em um acompanhamento estanque, ou seja, de acompanhar apenas uma propriedade, mas ter o contraponto daquele próprio sistema em outras propriedades que são representadas dentro do projeto (E2).

E3 comenta:

Redes são conjuntos de propriedades que têm atividades semelhantes. Porque trabalho em Rede? Porque os produtores são diferenciados, basicamente, trabalham com a mesma atividade, mas têm sistemas de trabalhar diferenciados, e por ter um sistema de trabalho diferenciado [...] a gente não pode trabalhar com o produtor isolado, porque isso não vai espelhar a realidade do grupo maior, então a gente trabalha com um grupo um pouco maior de produtores para que espelhe, não fielmente, mas pelo menos em grande parte, esse grupo maior que está presente na região (E3).

E4 relata:

Redes de Referência, na verdade são Redes, são vários sistemas que são acompanhados no início e que servem de referência para

outros produtores, para outros técnicos que, na verdade, estejam ou naquela mesma situação, naquela mesma realidade produtiva ou que um técnico queira implantar um sistema parecido com aquele que já tem sido acompanhado (E4).

Para E5:

Uma Rede é um conjunto de propriedades num determinado espaço físico, dentro de um Estado, que multiplica informações e que possibilita pelo acompanhamento, já que foram escolhidas, quanto aos itens que eu falei anteriormente: capital, terra, mão-de-obra, a questão social, que são mais ou menos semelhantes, não iguais (E5).

Percebe-se, através dos relatos, a intensidade com que o mesmo discurso é predominante no ambiente do grupo de extensionistas. Para analisar tal realidade, parte-se aqui de dois parâmetros de conteúdos conceituais dos quais emerge essa construção representacional. O primeiro é o próprio projeto que, como já exposto, tem como premissa o estudo e aprimoramento de conjuntos de sistemas produtivos semelhantes visando à produção de referências para outros sistemas similares. Implica, nesse processo, o estudo de sistemas levando em conta o conjunto de toda a realidade própria de uma unidade produtiva da Agricultura Familiar. Isso envolve aspectos como família e situação socioeconômica, fatores ambientais, disponibilidade de mão-de-obra e de outros recursos produtivos (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999). O segundo parâmetro diz respeito à forma como o trabalho é executado. Trata-se de um trabalho executado na configuração de redes que tem como atores o produtor rural da Agricultura Familiar, o pesquisador e o extensionista rural. O projeto tem como proposta de organização uma forma semelhante à conceituação que Martes *et al.* (2006, p.12) dão para Redes: “o conjunto de relações ou laços entre atores (indivíduos e organizações)”.

É a partir dessa perspectiva, que se buscou compreender as vias pelas quais se constitui a representação social “redes de propriedades semelhantes para referência”. Um primeiro dado relevante nessa análise, que foi verificado nos depoimentos do grupo, são as comparações do trabalho da extensão antes e depois de projeto. Para a maioria dos extensionistas o projeto é algo amplo e que foge da coisa comum e trivial na extensão rural. E3 diz: “É bem abrangente o assunto, viu?”

Se começarmos a entrar nos detalhes, mesmo aqui, vamos ficar um tempão discutindo” (E3). E4 também observa:

É um negócio amplo. Na verdade, chega a ser até difícil definir. Mas o que são redes de referência na verdade [...]. Olha, falando assim: eu acho que o potencial do trabalho é muito grande, vejo que é um trabalho que se bem executado e bem feito e com seriedade pode ser muito bem aproveitado e difundido, gerando excelentes resultados (E4, *grifo nosso*).

É unânime entre os entrevistados que o trabalho da extensão rural tradicional é algo bem menos abrangente, que não vai muito além de orientações técnicas. Uma das ponderações feitas sobre os desafios que o projeto representa se refere ao número elevado de culturas e atividades com as quais o extensionista precisa lidar e os fatores não físicos que deve considerar. Não obstante o reconhecimento dos benefícios do Projeto Redes, os comentários de E4 e E3 também insinuam uma complexidade que é inerente ao mesmo. É visível que uma das vias, sobre a qual se constitui a representação social, é o caráter de complexidade e ruptura do estado de ordem comum que significou o objeto da representação na vida profissional dos membros da extensão rural.

Todavia, a análise feita até aqui parece ainda insuficiente. Interessa agora tomar como parâmetro o fato do projeto estudado apresentar-se na proposta de um formato de trabalho organizado em rede. Nessa perspectiva, emerge uma questão: Por que as relações entre os atores envolvidos no trabalho não é algo saliente na maioria das entrevistas?

Entre outras coisas, constatou-se que os entrevistados entendem que antes, as relações entre as instituições de pesquisa e extensão rural eram mais pontuais, localizadas em determinadas situações e tarefas, e que, com o advento do projeto, essas relações se tornaram mais intensas e revestidas de responsabilidade institucional. Eles dão a entender que as parcerias sempre existiram, mas não com os desdobramentos e repercussões de agora. Através do projeto, extensionista e pesquisador se reconhecem e se vêm trabalhando juntos em um espaço comum e com um compromisso institucional que é maior do que eles mesmos. No comentário de E2 isso é evidenciado:



Eu tenho a impressão que nós criamos argumentos para as instituições se aproximarem, mas a aproximação é física, ela acontece entre as pessoas. [...] Agora, se não tivesse o projeto das Redes não teríamos a possibilidade de sentar com eles pra conversar sobre isso. [...] Por exemplo, hoje, se tivermos uma necessidade de fazer análise de uma praga, de uma doença ou uma análise de solo para o produtor, você vai lá hoje, o IAPAR está fazendo gratuitamente para o pessoal das Redes. Então, são aberturas que existem que eu, como extensionista, como funcionário da EMATER, tenho que acessar esse tipo de coisa, não posso ficar achando que o IAPAR não fez nada por mim, sem que eu vá atrás e possa demandá-lo (E2).

Comentando também a relação entre as instituições, E4 afirma: “a comunicação existia, mas não era em tudo, era bem pontual, não que a Rede resolveu isso, ainda existe a coisa pontual, mas é um caminho pra resolver, porque você está envolvido, você está vendo acontecer [...]”. E5 entende a parceria entre as duas instituições como a grande vantagem do projeto, já que as parcerias de até então não aconteciam com a mesma intensidade. O extensionista diz:

Bem, a primeira grande vantagem que houve foi a transparência na parceria, parceria que já tinha ocorrido várias vezes entre EMATER e IAPAR, mas me parece que foi essa realmente que demonstrou a necessidade das instituições estarem juntas para execução de uma proposta dentro do PARANÁ 12 MESES, ou seja, as Redes de Referência para Agricultura Familiar. Tiveram que ser transparentes, em todas as suas dificuldades e também em relação aos potenciais existente entre elas, nos seus técnicos que detinham maior conhecimento do que eram as Redes, porque pra nós era novidade. Além disso, a parceria que o IAPAR conseguia de consultoria com a própria França, isso nos facilitou muito o trabalho e permitiu que nós tivéssemos um trabalho de parceria de instituições e não da vontade das pessoas, é lógico que as pessoas também contribuem para que houvesse essa parceria, mas no momento que você começa a conhecer os pontos fortes de determinado pesquisador, os pontos negativos de determinado pesquisador, os pontos fortes de determinado extensionista e os pontos fracos de determinados extensionistas, você começa ter uma parceria de instituições, no meu ponto de vista. Dentro da Secretaria de Agricultura foi uma das parcerias mais fortes que ainda existem e ainda vai perdurar por muito tempo enquanto tiver esse sistema de trabalho. [...] Quero dizer: àquela imagem, que se tinha às vezes, que o doutor ou o mestre, mas especialmente, o doutor ou PhD, está distante de você, se alterou, houve essa aproximação, eles têm dificuldades que envolvem você e o agricultor, têm dificuldades iguais, nos mesmos termos (E5, grifo nosso).

Os relatos de E2, E4 e E5 ilustram a predominância da idéia de que para o grupo dos extensionistas a parceria, como se deu na ocasião do Projeto Redes, não era algo comum de acontecer entre as instituições. Essa realidade histórica repercute no campo de visão e no discurso dos profissionais que, apesar de reconhecerem a legitimidade e a importância do trabalho desenvolvido pelas instituições organizadas em rede, não a vêem como elemento de destaque. A metade dos entrevistados não comentou o assunto sem que fosse solicitado pelo pesquisador. Diferentemente, na entrevista de E6, o trabalho organizado em rede é destacado, mas o entrevistado não deixa de observar que em seu meio isso é algo novo e desafiador. E6 afirma:

É mais complicado, não tenha dúvidas que é mais complicado. Os relacionamentos, quanto mais partes têm no todo pra você se relacionar, você vai encontrar mais conflitos, até porque nem todos os funcionários no IAPAR, na EMATER, na empresa que a gente trabalha, estão atuando nesse conceito. Muitos trabalham mais naquele conceito tradicional das caixinhas e dentro daquelas caixinhas essas pessoas muitas vezes se acham donos, para você propor algo novo, isso gera um desconforto. Então, há um certo dificultador de fazer isso, mas ao mesmo tempo é um desafio, é uma aprendizagem para quem está no processo, um aprender a respeitar os limites das pessoas e das organizações. A conexão, enfim, não é muito fácil não, mas é mais prazerosa (E6).

Como último critério de análise desse tópico, cabe um comentário sobre a “participação ativa” dos produtores rurais no Projeto Redes. Entre os preceitos do programa trazidos em seu manual está “a participação ativa dos beneficiários na definição e organização das demandas” (MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, 1999, p. 3). Essa “participação ativa”, às vezes com outros nomes, também está presente nos discursos de boa parte dos profissionais envolvidos no trabalho. Todavia, em dois terços das entrevistas não foi detectado indícios suficientes que demonstrassem uma visão mais sólida da participação do produtor rural como um ator e membro ativo de um projeto comum. Isso não se refere à existência ou não de espaços efetivos de participação, mas à ótica encontrada nos discursos. É predominante a visão de que os produtores são mais destinatários do trabalho que participantes ativos. O relato de E3 ilustra tal observação:

Olha, o produtor em si, ele sempre quer novidade, ele sempre quer procurar melhorar a atividade de sua propriedade. O caminho para

isso é a pesquisa sempre desenvolver alguma coisa nova e nós ficarmos divulgando esse novo para o produtor. [...] Então, o trabalho nosso, quando uma tecnologia está comprovada e a gente sabe que terá uma boa aplicabilidade, ou seja, vai dar um resultado bom, a nossa função é tentar divulgar isso para o máximo de produtores (E3).

Obviamente, para todos entrevistados, a figura do agricultor é tida como imprescindível para o trabalho, mas em boa parte das entrevistas isso não se confunde com o fato de vê-lo como um ator determinante no processo. Se a parceria entre as instituições envolvidas no Projeto Redes soa como algo novo e não comum para a maioria dos entrevistados, constata-se o mesmo em relação à parceria efetiva com os produtores rurais. Aliás, como visto anteriormente, a maioria do próprio grupo dos agricultores não se vê como participante ativo do projeto. Tudo indica que essa é uma questão de fundo sócio-histórico e cultural, pelo que se sabe, no Brasil, por exemplo, os produtores rurais da agricultura familiar e outros não foram preparados para exercer tal participação e nem sempre dispõem de espaços legítimos de representação que lhe proporcionem condições de participação efetiva.

Todas as observações feitas, até aqui, sugerem a existência de uma lacuna que implica a existência de um movimento de aproximação entre universos distintos. É perceptível a formação de uma representação social disseminada pelas falas. Essas, por sua vez, caracterizadas por influência de um exercício profissional baseado na racionalidade instrumental e pelo caráter inusitado da experiência com o trabalho em rede. Além do mais, na medida em que foram inseridos na proposta de trabalho, inspirado na experiência francesa, os profissionais da extensão foram aos poucos formulando sua própria visão acerca do objeto da representação. É nessa perspectiva que se pode entender “**redes propriedades semelhantes para referência**” como uma representação social localizada no universo consensual do grupo dos extensionistas.

### **5.2.2 Gestão financeira da propriedade rural**

Gestão financeira da propriedade rural foi outra representação social que se sobressaiu nos relatos. Alguns entrevistados resumiram o trabalho em rede na afirmação de que o mesmo consiste em um processo de realizar a gestão contábil

da propriedade. Além de afirmações categóricas, alguns entrevistados se mantiveram na órbita: organização, planejamento, administração e contabilidade. Segue, como referências, alguns relatos em que isso pode ser verificado. E1 destaca:

O trabalho em redes pra mim é o seguinte: é aquele trabalho em que você procura orientar o produtor no tocante ao custo de produção, à comercialização e saber comprar bem, saber vender bem. É uma gestão da propriedade agrícola, nada mais que isso. [...] O foco do nosso trabalho está sobre o custo de produção e não sobre a tecnologia, pois se você tiver clima favorável e tecnologia você terá produtividade. Agora, não adianta ter produtividade se você tem um custo de produção muito alto [...] (E1).

E3 enfatiza:

Olha, um trabalho em rede, é um trabalho onde a gente desenvolve basicamente análise de fluxo de caixa dos produtores em propriedades semelhantes, propriedades tipificadas, ou seja, com tamanho semelhante, com atividades semelhantes e, dentro dessas propriedades, a gente faz uma série de análises, principalmente análise de gestão de fluxo de caixa [...] (E3).

E1 e E3 revelam esse pensamento de maneira imediata e convicta. E3 vê a necessidade de gestão como a principal demanda dos produtores, para ele o projeto tem o objetivo de oferecer aos agricultores informações de caráter gerencial e contábil. Gestão, para esse extensionista, se resume basicamente em organização contábil e financeira. O entrevistado utiliza por diversas vezes termos técnicos próprios dessas áreas de conhecimento, dizendo:

Eu sempre achei que trabalhar com gestão fosse uma prioridade para a EMATER. Eu vejo que na questão de gestão, principalmente gestão de fluxo de caixa, gestão financeira, o produtor é muito deficiente nessa área, bastante deficiente. Você trabalhar a tecnologia é uma coisa completamente diferente, ele tem uma facilidade maior de entender, uma facilidade maior de absorver, mas quando você entra na gestão financeira, então a dificuldade dele cresce bastante, e hoje, todas as atividades, não vou falar nem de uma ou outra, mas na grande maioria das atividades, hoje o produtor está com uma margem apertada de rentabilidade, então pra ele entrar no vermelho está muito fácil mesmo [...] (E3).

Para E2 essa também é uma necessidade acentuada entre os produtores. O entrevistado relata:

Eu acredito que o trabalho da extensão em si tem um desafio muito grande pela frente, dentro dessa questão de gestão de propriedades, porque os produtores estão precisando trabalhar em um nível de eficiência técnica e gerencial muito grande. Hoje, nós estamos entrando em um processo muito grande de exclusão de produtores, os dados mostram que existem produtores que estão trabalhando muito abaixo dos níveis de eficiência que outros produtores do mesmo sistema e nós temos que gerar essas informações até pra dizer pra eles. [...] Então, nós temos pessoas que entendem que têm culturas que dão lucro e outras não, e para isso ser verdade ou não, muitas vezes depende de uma questão de gestão (E2).

E4 também faz comentário sobre o aspecto gestão da propriedade, mas sinaliza para uma leitura mais abrangente do assunto. O entrevistado ressalta a necessidade de que os profissionais ligados ao projeto avancem e não fiquem limitados aos aspectos econômicos somente: “[...] nós temos um trabalho de gestão da propriedade, quando eu falo gestão não é somente gestão econômica, é gestão de um todo, do ambiental, do social e do econômico, é um trabalho que precisa ser feito, nós temos muita deficiência nisso [...]” (E4).

Pela natureza de seu trabalho, é comum que os extensionistas se deparem freqüentemente com as principais carências do produtor. De um lado, enxergam a necessidade de gestão como prioridade para o agricultor; de outro se deparam com o conjunto amplo de propósitos que abrange a proposta das Redes. Entre as duas coisas, para alguns profissionais, atender o produtor em suas necessidades e ao mesmo tempo privilegiar parte do que o trabalho propõe, parece ser a melhor saída. Entretanto, na proposta do Projeto Redes, devem ser considerados aspectos como: estudo dos sistemas produtivos da agricultura familiar – combinação de culturas e atividades considerando recursos disponíveis e questões ambientais –, qualidade de vida e bem estar das famílias do campo, e a articulação entre pesquisa, extensão e produtor rural, todos os assuntos que extrapolam a idéia de gestão predominante. Como comentado por E6, por exemplo, pode ser que uma determinada atividade, por mais rentável que se mostre, não seja a mais adequada e conveniente:

Porque, de repente, está atrapalhando o estudo dos filhos, está atrapalhando, quem sabe, até o lazer. Então, como nós trabalhamos com a Agricultura Familiar, a unidade de trabalho não é uma unidade econômica, ou seja, uma empresa econômica apenas, ela é uma empresa também social. Temos que estar atentos pra essas coisas e, muitas vezes, é melhor não avançar mesmo nas questões econômicas, porque você pode até criar uma desarmonia familiar (E6).

Perante essas observações é pertinente ponderar mais um dado na análise. Um dos entrevistados, durante toda a entrevista, apresentou reclamações referentes a problemas de infra-estrutura e falta de pessoal que afetam o instituto de extensão rural, nos últimos anos. Outros três de seus colegas foram menos enfáticos, mas também mencionaram tais deficiências. É inevitável a suposição de que esse dado tenha influência e repercussão no contexto da extensão rural, e também, na visão do próprio extensionista, a respeito de seu trabalho frente às muitas demandas com as quais se depara. Em todo caso, embora não seja um dado desprezível, sua participação na construção social da representação parece menos relevante que a complexidade inerente ao objeto.

Nota-se que o conjunto amplo e complexo que envolve a substância do projeto é aproximado para algo mais simples e que representa uma parte daquilo que o projeto propõe. Nesse sentido, verifica-se uma simplificação dos propósitos do objeto da representação na figura: **“gestão financeira da propriedade agrícola”**, principalmente no que concerne à contabilidade e finanças.

### **5.2.3 Estudo e acompanhamento de sistemas produtivos**

Algo consensual entre maioria dos extensionistas é a utilização do termo “enfoque sistêmico” para explicar seu trabalho no projeto. Os primeiros passos, nessa direção, foram dados pelo IAPAR, no início dos anos oitenta, e até então, este “vírus” bom, como chamou E2, vem contagiando as duas instituições, especialmente com o advento do Projeto Redes. À visão sistêmica, os profissionais ligados ao projeto, atribuem o novo tratamento dado a uma unidade produtiva rural, as parcerias e quase tudo que entendem como fatos positivos que aconteceram, nos últimos anos, no âmbito da pesquisa e da extensão rural. Nas entrevistas tocou-se com intensidade nesse assunto, fala-se muito de sistemas, é um tema corrente e estável

na vivência atual dos entrevistados. Para os extensionistas, essa ótica está aplicada, sobretudo, no olhar lançado sobre a propriedade rural, que mais que uma propriedade ou uma unidade produtiva, é um sistema produtivo.

Sobre isso E5 destaca: “na realidade, nós começamos tratando de Rede, porque a França também adotava esse nome, mas aqui nós, hoje, chamamos Redes de Referência para a Agricultura Familiar, mas o que aporta às informações técnicas são os sistemas estudados, a composição dos sistemas”. Por sua vez E6 comenta:

[...] quem propôs o trabalho inicialmente foi o IAPAR, que já há algum tempo vem buscando desenvolver pesquisa na linha de sistemas de produção. Quando eu falo sistemas de produção, não é um produto isolado, é um conjunto de atividades, então não é uma coisa assim tão restrita ao Paraná, desde 1980, a pesquisa tem mostrado essa linha de trabalho [...] (E6).

O entrevistado E4 discorre:

Mas o que são redes de referência? Na verdade, são sistemas e são informações que podem ser trabalhadas em conjunto para que possamos tirar resultados e que estes resultados possam ser difundidos para outros produtores, para técnicos. Quero dizer: são informações que se prestam à difusão específica para aqueles sistemas, para aquelas composições de sistemas que são iguais em uma região ou outra, isso, na verdade, é a concepção da rede [...] (E4).

Segundo E2:

O trabalho em Rede em si, basicamente dentro da EMATER hoje, consiste em nós, dentro da proposta do Projeto das Redes de Referência, trabalharmos em sistemas de produção. Então, o trabalho das Redes, na verdade, que está acontecendo hoje, é nós termos várias propriedades sendo acompanhadas dentro de sistemas de produção que são característicos aqui da nossa região [...] (E2).

Para E1:

Não é um produto, porque o que acontece hoje, que a gente vê: a extensão rural tem partido pra isso, é não ver na propriedade uma cultura só. Vamos supor: ele vai financiar no banco uma soja e um milho, mas deixa de fora o feijão e o suíno, isso não pode acontecer,

porque é um conjunto, a gente tem que ver qual que está tendo mais rentabilidade pra ele (E1).

E3 responde:

Então, o sistema... O que é o sistema? O sistema é você pegar uma propriedade e analisar tudo que tem ali dentro. Por que essa região nossa é diversificada? É que as propriedades são pequenas e o produtor viu, há muito tempo atrás, que trabalhar só com um produto não dá [...]. Essa é a realidade da nossa região e de outras regiões também e o objetivo é estudar isso, essas integrações (E3).

Por mais de uma vez, durante as entrevistas, foram dadas explicações de que o nome Redes foi adotado por influência da nomenclatura utilizada na iniciativa francesa. Tal entendimento sugere uma desconexão existente entre o nome e a forma de ver o trabalho. Como já mencionado, é comum no discurso de extensionistas sintetizar o Projeto Redes no estudo e acompanhamento de sistemas produtivos. Essa premissa engloba dois aspectos: o primeiro é tratar de uma cultura ou atividade dentro da propriedade ou sistema não de maneira independente, mas analisar as integrações dos diversos elementos intra-organizacionais; e o segundo, não acompanhar um sistema produtivo ou propriedade de maneira isolada das demais participantes de um conjunto, mas aproveitar as evoluções ocorridas em cada uma como parâmetro para eventual aplicação nas demais. Nesse último aspecto, não se constata, à luz dos estudos organizacionais, a existência de relações interorganizacionais ou de trabalho em rede, o que ocorre são eventuais reproduções de procedimentos técnicos e iniciativas de gestão sugeridas por técnicos a serem aplicadas entre os participantes de um mesmo conjunto. Inexiste, *a priori*, uma estrutura de relacionamento entre as unidades produtivas rurais, e sim uma troca de informações provocada e dirigida por técnicos. Além do mais, é um pressuposto metodológico do projeto a existência de um conjunto de sistemas produtivos que se tornem referências para outros.

Diante do exposto, analisa-se a existência de uma tendência do grupo em restringir a palavra sistema e mesmo o termo “enfoque sistêmico” ao trato com as propriedades rurais enquanto sistemas ou organizações produtivas. Sobre sistema, Reed (1999, p.70) explica que “a organização como um sistema social facilita a integração de indivíduos dentro da comunidade mais ampla”. Observa-se que o



discurso em torno da figura “sistemas”, mais do que remeter à idéia de integração entre os atores participantes do projeto, se refere à visão global com a qual o técnico passa a trabalhar no desempenho de suas tarefas na extensão rural. Constata-se, pois, um processo de ancoragem, que aproxima o objeto da representação através da imagem “assistência técnica diferenciada” e o materializa na figura da representação social “**estudo e acompanhamentos de sistemas produtivos**”.

#### 5.2.4 Uma nova ferramenta para extensão rural

Outra representação social encontrada neste grupo corresponde à figura da extensão rural. Para E1, a extensão rural está partindo para essa visão mais global e completa, saindo de ações com foco somente em problemas específicos na propriedade, para se envolver com demandas múltiplas e de maior complexidade. E3, valorizando o aspecto gestão, dá a entender que, agora, a extensão rural está trabalhando no que sempre foi a principal demanda dos produtores e afirma que o projeto é revolucionário, uma vez que pode provocar avanços significativos nas propriedades acompanhadas. E4 também corrobora dessa idéia:

Eu acho que se eu fosse definir o trabalho da Rede, do aspecto da extensão rural, seria: uma nova maneira de trabalhar a extensão rural, por causa de todo o contexto que a gente explicou aí, mas com uma abrangência maior e com menos gastos de recursos [...]. Então, eu acho que a Rede, hoje, eu enxergo como sendo um trabalho, não só para a extensão, é um trabalho do futuro da extensão, é como a extensão deve trabalhar daqui pra frente, é o que eu enxergo [...]. (E4, *grifo nosso*).

A respeito do assunto E4 ressalta:

Na questão conceitual, eu diria que a Rede hoje é um dos grandes instrumentos ou ferramentas de extensão rural que nós temos [...]. Então, eu vejo que o trabalho em Rede hoje, se caracteriza principalmente pelo técnico aprofundar-se um pouco mais no diagnóstico das propriedades, aprofundar-se um pouco mais na questão de planejamento, e eu acho que isso faz com que o trabalho do técnico passe a ter mais qualidade. O grande desafio é fazer com que isso sirva não só para o técnico que está trabalhando na Rede, mas sirva também para o trabalho de extensão rural ou dos técnicos que estão hoje dentro dessa área de atuação (E2, *grifo nosso*).

É perceptível a exaltação que os profissionais da extensão rural demonstram pela forma de trabalhar a extensão rural no projeto. E2, E5 e E6 foram incisivos em dizer que o projeto passou pelo seu período de comprovação, ou seja, ficou provado que a metodologia funciona, e que agora, o desafio é fazer com que essa forma de trabalhar perdure e influencie ainda mais a extensão rural.

Foi comentando em outra oportunidade que, de acordo com a Teoria das Representações Sociais, é comum para o sujeito uma identificação imediata do objeto com imagens e figuras familiares do seu mundo cotidiano. É o que se vê quando alguns desses entrevistados recorrem à figura icônica da extensão rural ou da assistência técnica para explicar e qualificar o Projeto Redes. É do mundo onde se está inserido que se enxerga a realidade à volta e a decodifica, são os elementos de nosso próprio mundo que atuam na interpretação do inusitado (MOSCOVICI, 2004). Nesse sentido, não seria estranho, por exemplo, que para pesquisadores o Projeto Redes representasse uma nova metodologia para pesquisa agrônômica, assim como para agricultores representa o acesso a informações de qualidade, e, para extensionistas, **“uma nova ferramenta para a extensão rural”**.

### **5.2.5 Um projeto entre família**

Ainda que com visões diferentes, é quase uma constante a presença do elemento família no campo representacional dos extensionistas. Existe uma premissa de que o trabalho deve envolver não somente o produtor, enquanto líder de uma unidade produtiva rural, mas toda a sua família. Isso é objeto de comentários nos discursos e em materiais impressos do projeto. Em algumas revistas preparadas como instrumentos impressos de difusão é possível ver, junto às informações sobre o sistema produtivo e as fotos da propriedade, fotografias de várias famílias de agricultores. Sobre o assunto, E1 comenta:

A participação é dele e da família. Todas as reuniões que nós temos, em todos os encontros, nós fazemos questão de levar a família junto. Nós já fomos para Campo Mourão, para Praia de Leste, e alguém pode pensar que se foi a passeio, mas foi pra treinar e ter o lazer também. Não é só isso, fomos várias vezes em excursões para Londrina [...]. Outra coisa: se eu for dar uma palestra, que nem eu vou mostrar pra você, se eu for dar uma palestra sobre o produtor, eu

tenho que pedir autorização se eu posso falar ou se eu não posso falar. Entendeu? Aí ele começa a acreditar. Outra coisa que a gente percebe, eu não sei os demais colegas, mas a gente passa a ser um membro da família do produtor, você chega lá e ele te trata com o maior carinho possível e não tem negar informação [...] (E1, *grifo nosso*).

Outra leitura sobre a participação da família é feita por E6:

[...] muitas vezes a decisão parte da intuição feminina na hora de escolher o que plantar porque, como eu estava dizendo, na nossa agricultura, como ela é muito dinâmica, a escolha do que plantar de um ano para o outro, vai um pouco até da intuição e, nessa hora, a família se reúne, e mesmo depois que a gente sai da propriedade, é claro que a discussão continua. Nós vamos lá, deixamos, plantamos algumas sementes, damos alguns palpites, mas as decisões são no âmbito familiar [...] (E6).

E1 testemunha que nos eventos organizados pelo projeto, além do representante do núcleo familiar, sempre são convidadas, pelo menos, mais duas pessoas da família para participarem. Ressalta também que o profissional da extensão mantém uma relação com a família do produtor ao ponto de se criarem laços de confiança e amizade que superam as relações profissionais. As declarações de E1, no que tange à participação das famílias em eventos e às relações de amizade entre produtores e extensionistas, são muito parecidas com o que foi exposto também pelos entrevistados E2, E4 e E6.

No entanto, além dessas observações, outro aspecto que se destacou nas entrevistas, diz respeito às outras menções de E5 e E6. Para esses entrevistados, a representação social é ainda mais saliente na medida em que defendem que um dos maiores ganhos do projeto é fazer da família um ator, é manter ao mesmo tempo duas relações que se fundem: executar o projeto com e para a família. É evidente, nesses profissionais, a crença na ruptura de uma metodologia sob a qual extensão rural era conduzida até então: não é o extensionista que deve fazer o que pensa, mas a família que deve dizer o que deseja e atuar junto nessa conquista. E5, referindo-se às características do projeto, comenta: “[...] o ator principal passava a ser a família de agricultores, quero dizer: não tinha que o técnico ser o dono do trabalho [...]”. E5 narra sua experiência com o trabalho, ressaltando a figura da família:

[...] é a participação efetiva dela numa sociedade: fazer parte de uma liderança, porque ela também não esperava compor uma comissão de desenvolvimento no seu município, fazer outros treinamentos, então todo esse conjunto de ações é que me empolgam [...]. Sim, o que acontece com referência: nessas propriedades o agricultor tem que ser a referência, não é o técnico que tem que ser a referência, ou o agricultor ou sua família tem que ser a referência. Referência para os outros produtores da comunidade, referência para aquela atividade da qual está participando nas Redes, naquele conjunto do sistema de produção. Às vezes pode não ter a melhor produção de grãos, mas com certeza vai ter a melhor produção em qualidade e higiene do leite, ele tem que ser o ator, porque ele está recebendo as informações da pesquisa e da extensão, ele, a propriedade e a família, não é só a pessoa dele, quando falo dele, é toda sua família (E5 *grifo nosso*).

Afirmações semelhantes foram vistas nos comentários de E6. Explicando como acontece o trabalho, o entrevistado relata:

[...] deixa o agricultor fazer o croqui da propriedade, deixa o agricultor falar, procurando uma interação. Então você tem que deixar o agricultor falar, ver como que ele enxerga a propriedade dele, na ótica dele, porque você pode, como técnico, ir até lá e fazer um croqui, mas é importante que o agricultor faça, pra você entender a propriedade do ponto de vista do agricultor e não do seu ponto de vista (E6).

O discurso em torno da figura “família” é visivelmente presente no grupo dos profissionais da extensão rural. Essa presença acontece pelo menos em dois graus de intensidade diferentes, mas não contrários: as visões de E1, E2 e E4 e de E5 e E6. O primeiro diz respeito aos aspectos “presença e participação da família em eventos de treinamento para qualificação” e “relações de amizade e confiança entre técnico e produtor”; e o segundo que também trata de tudo isso, mas dá maior ênfase à “participação efetiva da família em organismos sociais locais” e sua “influência nas decisões gerenciais no campo”. Como se vê, é realmente latente no universo consensual dos extensionistas o destaque que é dado à família. Alguns de seus depoimentos testemunham que fazer amizades com agricultores é algo quase que inerente à sua profissão. São os extensionistas que mantêm, na maior parte do tempo de execução do trabalho, um relacionamento constante com os produtores e suas famílias. É comum nesse grupo, portanto, que o objeto da representação seja visto na perspectiva do envolvimento e participação da família, e que o trabalho

cotidiano de acompanhamento seja materializado nas relações de amizade e cumplicidade entre o profissional da extensão e a família de agricultores. Desse modo, o objeto é socialmente representado como “**um projeto entre família**”.

### 5.2.6 União de vários segmentos

Esta é outra figura com a qual o objeto da pesquisa é representado. Trata-se, no entender de E6, de uma junção de forças diferentes para resolver problemas com grau de dificuldade elevado. Quando perguntado sobre o que mais lhe chama atenção no Projeto Redes, E6 explica que é a forma de trabalhar com vários atores ou segmentos em conjunto para resolver questões que estão fora do alcance de uma só pessoa ou organização. Alguns de seus comentários são:

Bom, eu tive duas visões desse trabalho em Rede. Uma inicial quando eu comecei o trabalho, que era um pouco nebulosa, a palavra Rede ainda não tava muito bem encaixada, até tinha muito aquela brincadeira: Essa rede é aquela rede de descanso? Que rede que é essa? Mas hoje pra mim é claro: nesse formato de Redes você tem vários segmentos que estão conectados e esses segmentos conseguem formar, dentro de um limite, um todo em que é possível a complementaridade, é possível a solidariedade. Isso pra mim é um trabalho em Redes (E6).

O entrevistado E6 confessa ter demorado a entender as redes como um trabalho de organizações e pessoas conectadas visando objetivos comuns, e atribui o entendimento posterior, ao prolongamento de seus estudos. O profissional reconhece tanto as redes de quatro ou cinco propriedades semelhantes, como se convencionou chamar no projeto, como o trabalho conjunto entre produtor rural, pesquisadores e a extensionistas. Apesar das distâncias entre as duas realidades, em sua visão, essas duas coisas se fundiram. O entrevistado utiliza palavras como conexão, interação e solidariedade, relacionando-as com redes nos dois sentidos. Exemplifica que, periodicamente, reúne produtores de uma determinada rede para que possam conversar e trocar experiências. E6 é enfático em ressaltar a importância do produtor rural e de sua família em todo processo de interação com a extensão e a pesquisa. E6 comenta ainda:

Sem dúvida nenhuma é mais desafiador e também, você não monta Redes de Referência pra tratar de questões muito simples: não teria

muito sentido, não é pra resolver problemas corriqueiros, problemas banais, problemas de rotina do dia a dia, como administrar os bens que a empresa tem, não é isso, é pra tratar de solução de problemas complexos, que uma pessoa, uma organização sozinha não vai dar conta de resolver [...] (E6).

Os discursos de E6 e E5, que pertencem a mesorregiões diferentes, são muito semelhantes. E5 se dizia desanimado com a função que ocupava e até pensava em sair, mas quando se deparou com o projeto, começou a ler o material e percebeu que era algo que se ajustava ao seu perfil. O que mais atraiu o entrevistado foi a forte e transparente junção entre pesquisa e extensão rural, e também, a inserção efetiva do produtor rural e de sua família no trabalho. E5, falando mais sobre a época em que ingressou no projeto, também comentou:

[...] olha, isso aqui é um negócio que dá para o meu perfil, ou seja, primeiro era um trabalho novo, segundo era um trabalho que na França tinha dado certo, através daquela instituição cristã, terceiro, tinha uma parceria muito forte com o IAPAR, quarto tinha uma assessoria de quem já tinha feito, da própria França que já tinha testado, tinha resultados e que ator principal passava a ser a família de agricultores, quero dizer, não tinha que o técnico ser o dono do trabalho. Então esses quatro itens me levaram a desejar que eu fosse uma das pessoas que fizesse parte [...] (E5).

Os dois relatos de E5 e E6 refletem uma visão comum: a noção mais intensa e apegada da idéia de parceria entre segmentos diferentes. Especialmente no que tange à figura do produtor rural, E5, por exemplo, manifesta a visão de que é necessário que o agricultor comece a entender o processo e tomar a iniciativa, e segundo o profissional, para isso é necessário que não se vá à propriedade para levar e trazer coisas, é preciso uma relação de troca intensa de informações entre os atores na qual o próprio produtor tenha condições de avaliar e tomar decisões. Segundo o profissional, trata-se de um crescimento pessoal do produtor:

Quando ele tem conhecimento dos conceitos daquilo que está fazendo passa a ser um multiplicador de idéias. Ele passa, em alguns momentos nos dias de campo na propriedade dele, a ser o dono da verdade, ele pode transmitir para outros agricultores, nos fortalecendo enquanto técnico e pesquisador, porque aquilo deu certo na propriedade dele. Então, pra nós também tem essa vantagem do crescimento pessoal dele, por mais que fosse tímido, depois num certo ponto, por ele fazer, exercitar e ter ganhado, ele pode ser um instrutor para outros técnicos e para outros agricultores, principalmente, para os pares dele que são os agricultores, que às

vezes, não confiam na tecnologia que a empresa está levando, não confiam naquela assistência técnica. Então, quando escutam de outro companheiro deles que diz: “pode fazer que aqui eu fiz e deu certo”. É essa segurança que nos dá a participação efetiva do agricultor (E5).

Essa visão de E6 e E5 sobre o papel dos atores se destaca em relação aos outros membros do grupo de extensionistas. Mas não se constatou a presença de visões diametralmente opostas, até porque, percebeu-se, nas entrevistas, elementos discursivos semelhantes sobre o assunto na maioria dos extensionistas, ou seja, um nível maior de convergências do que de divergências nos entendimentos. É importante salientar que, o que nos interessa, efetivamente, é a representação social e não avaliação da existência ou não de participação efetiva de qualquer um dos atores envolvidos no trabalho.

Não se constata reificação nesses discursos. A construção discursiva que parte do universo consensual, não é uma idéia estranha e desconectada do senso comum do grupo estudado, além disso, não se tem tentativas claras de apropriação de conceitos científicos, e sim, expressões do senso comum para referir-se ao trabalho em rede. Vê-se, portanto, uma representação social que demonstra ascendência perante o grupo de extensionistas. A figura objetivada e consensual que procura traduzir o objeto da representação é materializada na representação social: **“união de vários segmentos”**.

### **5.2.7 Qualidade de vida no campo**

Para E6, o Projeto Redes é uma metodologia de trabalho que visa o desenvolvimento rural planejado. Para o entrevistado, esse desenvolvimento não se resume apenas à obtenção de avanços em aspectos como produtividade e rentabilidade, mas diz respeito, principalmente, à qualidade de vida no campo. Qualidade de vida para o extensionista é a possibilidade dos filhos de agricultores estudarem, de terem tempo para o lazer e também de uma gestão financeira saudável da propriedade:

No caso da agricultura é típico, a gente tem a missão de dar respostas aos problemas, aos obstáculos para o desenvolvimento rural. Parece simples, mas o desenvolvimento rural é uma coisa

extremamente complexa, não é simplesmente colocar recursos para os agricultores, para fazerem alguma coisa, recurso financeiro, crédito rural... Não! Tem as questões culturais, tem a própria localização onde os agricultores estão inseridos na propriedade, as dificuldades climáticas do meio ambiente, tem a questão comercial que é muito complicada, quero dizer: viabilizar o agricultor, para que ele tenha uma renda digna, não é tarefa simples, é bastante complexa. A partir da renda que ele vai gerar na agricultura, isso vai gerar desenvolvimento, ou seja, renda capaz de proporcionar educação para os filhos, vestuário, transporte e lazer, são questões que uma pessoa sozinha não dá conta e muito menos uma organização. Quando você trata de educação, saúde, você tem que interagir com secretarias diferentes, secretaria da saúde, secretaria da educação, secretaria da agricultura, secretaria do meio ambiente, então, necessariamente, nesses problemas complexos, é aí que cabe um trabalho de Redes (E6, grifo nosso).

E5, que participou do projeto desde seu início, até hoje se mostra entusiasmado com o trabalho e acredita que essa forma de extensão rural deve permanecer, é um trabalho que deu certo. O extensionista aponta a qualidade de vida das famílias do campo como a grande conquista do projeto. E5 comenta:

No momento que nós passamos do quinto ano, que nós começamos a entender e avançar mais nas propostas, tivemos os resultados concretos, começamos a fazer as análises do que é um sistema, de como funciona esse sistema, o que se pode ainda evoluir no sistema, isso começa a dar o clareamento das ações, coisas que antes não se sabia o que era. Aquelas famílias que você começou um trabalho, um trabalho humilde, que não tinham grana, um trabalho que queriam e sonhavam, mas não podiam fazer, com pouco apoio financeiro, mas muito mais com apoio técnico, com pesquisa e com a vontade dessa família, você obtém resultado que nem em sonho se imaginava. O que eu diria: é o conforto, é o prazer daquela família, é o ganho real da qualidade de vida [...] (E5, grifo nosso).

Esse aspecto também se sobressai no discurso de E1, que afirma ter adquirido uma visão global na extensão rural:

[...] não só da área agronômica, mas da área social, da área de bem estar, porque não adianta nada o cara morar lá no fim da linha, como dizem, com uma condição de vida totalmente ruim. A gente vê para o lado social também, não somente da renda, mas para lado social e, principalmente, para lado dos estudos dos filhos. Nós não estamos lá para fazer o cara trabalhar só na lavoura e sim procurar o que pode ser o bem estar dele (E1).



A figura presente neste tópico mantém uma relação óbvia com o objeto da representação. O resultado esperado da geração de sistemas produtivos melhorados para agricultura familiar *a priori* é melhora da qualidade de vida das famílias do campo. A questão principal de pesquisa sobre o Projeto Redes não se apega necessariamente à sua finalidade e sim às suas representações sociais. No entanto, as vias de compreensão do objeto da representação são idéias e noções correlatas ao mesmo, disponíveis nos discursos consensuais de maneira viva e intensa. É o que se pode perceber nos relatos referentes à “qualidade de vida”, é uma forma de ver e enxergar o objeto da representação que encontra eco nas experiências relacionadas ao ofício da extensão rural, ou seja, ao mundo próprio dos extensionistas, que lidam e se deparam com a “não qualidade de vida” e, em algumas situações, com a precariedade no campo. Assim, uma das formas que o Projeto Redes adquire e se materializa na visão de extensionistas, é a representação social “**qualidade de vida no campo**”.

#### 5.2.8 Um trabalho de difusão

É consenso entre os extensionistas que o Redes é também um projeto de difusão de tecnologia. A palavra referência traz em si essa imagem do resultado a ser propagado e tomado como parâmetro. Nesse aspecto, a relação do tema difusão com o objeto da representação é óbvia. Todavia, destaca-se a tentativa, de parte do grupo de profissionais da extensão rural, de explicar o projeto por meio de uma construção representacional sintética e muito comum ao grupo: “é um trabalho de difusão”. Esse aspecto é bastante ressaltado por E4:

[...] são informações que se prestam pra difusão específica para aqueles sistemas, para aquelas composições de sistemas que são iguais em uma região ou outra, isso, na verdade, é a concepção da rede [...]. Isso é diferente do trabalho normal da extensão rural, que é o trabalho convencional da pesquisa, da extensão e do produtor rural, ou seja, pesquisa gera pesquisa, passa pra extensão, extensão difunde, e produtor tenta assumir ou não o que foi trabalhado. Eu entendo por rede, não sei se a concepção é essa, mas, na verdade, é esse trabalho tentar difundir, é basicamente isso, de maneira que possa ser aproveitado por outros sistemas parecidos (E4, *grifo nosso*).

O extensionista comenta ainda:

Mas nós temos produtos prontos, que compõem os objetivos, porque se você pegar lá os objetivos da Rede: gerar sistemas de referência e gerar informações no campo para as políticas públicas. Todo o acompanhamento é feito para isso: para gerar informação que vai ser usada por outros (E4, *grifo nosso*).

Por sua vez, o comentário de E6 reflete o que é comum para a maioria do grupo. Contudo, tratando do tema referências e difusão, o entrevistado menciona que é possível o entrelaçamento entre conceito e objetivos do projeto. Tal relato demonstra com que relevância a idéia de difusão é relacionada ao trabalho das Redes. E6 relata:

Então, as Redes de Referência têm o objetivo de formar, através de uma metodologia desenvolvida para esse fim, uma rede de propriedades em regiões distintas, que serão divididas por caracterizações regionais, que serão acompanhadas por um período que permita tirar referências para difusão aos demais agricultores. Esse seria assim, não sei se é bem o conceito ou o objetivo, não sei se estou misturando conceito com objetivo, talvez as coisas são mesmo entrelaçadas [...] (E6, *grifo nosso*).

“Difusão”, além de compor o conjunto de finalidades do Projeto Redes, é um aspecto comum no cotidiano profissional dos entrevistados, é evidente o movimento de familiarização presente na construção dessa representação. O processo de aproximação e objetivação da realidade mais complexa do objeto assume uma figura familiar e acontece por meio da representação social: **“um trabalho de difusão”**.

### 5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA OS PESQUISADORES

Para o grupo de pesquisadores entrevistados, o campo representacional é composto pelas seguintes representações sociais: Soma de profissionais de áreas distintas; Trabalho de abordagem sistêmica; Instrumento de comunicação; Instrumento de integração institucional; Conjunto de unidades produtivas representativas; e Validação da pesquisa. Essas figuras permitem o conhecer o modo como esses atores visualizam e entendem o Projeto Redes de Referência.

### 5.3.1 Soma de profissionais de áreas distintas

A Rede? Como eu falo pra você? Vamos pensar em uma rede aí de pesca, tipo assim: se rompe um fio daquele, não funciona mais. Então, eu penso rede como se fosse assim, uma união mesmo, de várias pessoas trabalhando com um objetivo final (P4).

No grupo dos pesquisadores prevalece uma visão sobre o Projeto Redes que o caracteriza como um trabalho em conjunto, um empreendimento com pessoas de áreas profissionais diferentes. Esse entendimento faz alusão direta à relação entre pesquisa e extensão rural, de uma maneira mais evidente, e também à relação dos produtores rurais nesse processo, todavia, de um modo menos destacado. Além disso, ainda que com menos ênfase, nota-se a existência, em dois dos entrevistados, de um discurso em torno da noção de parceria que ultrapassa o âmbito dos três atores envolvidos, considerando, por exemplo, o envolvimento de prefeituras, empresas estatais, ONG's e outros.

A visão de P2 sobre o objeto da representação concentra-se em torno da noção de soma de forças e cooperação de profissionais de áreas de atuação distintas. Em seu entendimento, essa é uma relação de complementaridade na medida em que as atribuições de cada membro se complementam em um processo de interação. Embora, inicialmente, dirija-se ao trabalho em rede de forma genérica, o discurso de P2 sobre o objeto da representação refere-se às relações entre pesquisadores, extensionistas e produtores rurais. Trata-se, no entendimento do pesquisador, de um trabalho que não poderia ser realizado sem a presença de todos os atores. Além disso, é uma ação em que cada parte envolvida se beneficia porque alcança objetivos que interessam a todo o conjunto. P2 entende ainda que, nessa relação, cada parte precisa ceder em algumas de suas especificidades e cultura para que o trabalho aconteça com êxito. O pesquisador do IAPAR afirma:

Bom, a rede, na verdade, é um trabalho que vai envolver profissionais de diferentes áreas de formação, diferentes especialidades e, sobretudo, instituições de diferentes naturezas. A rede se estabelece no sentido da complementaridade, da necessidade de estar complementando tanto abordagens de trabalho quanto especialidades e áreas de formação distintas [...]. A idéia é da soma, da complementaridade, então quaisquer de nós, fosse a extensão, fosse a pesquisa isoladamente ou fossem os agricultores,

individualmente ou por meio das suas organizações, não poderiam estar atingindo os resultados que a gente acredita que atingiu e que possa vir a atingir, no sentido de que são conhecimentos que se somam, se complementam, abordagens que também se multiplicam ali, no processo de trabalho. Então a rede é o sentido, sobretudo, da cooperação pra atingir objetivos que, individualmente, cada um dos atores não teria capacidade de alcançar, então se fosse pra resumir em uma palavra o contexto em que nós trabalhamos, eu acho que a palavra seria: cooperação. É o ganha-ganha, aquela idéia de que você está muitas vezes abrindo mão de algumas especificidades no caso das instituições, da sua cultura institucional, da cultura da sua organização. Algumas vezes você tem que abrir mão disso, você tem que ter um jogo de cintura grande, não pra conviver com outras culturas e formas de organização institucionais, mas porque a gente acredita que o produto final dessa articulação é positivo pra todos. Então, rede, uma rede pra mim é cooperação, é somar pra um objetivo comum (P2).

Por sua vez, P4 também entende que o trabalho em rede é junção de pessoas com funções diferentes trabalhando por um mesmo objetivo. Explica, ainda, que esse trabalho é gratificante porque é preciso que todos os envolvidos façam a sua parte, pois não adianta um desempenhar bem a sua função se outros também não o fizerem. Então, não tem quem seja melhor, se uma peça não funcionar todo o resto fica comprometido. Comenta também que, no Projeto Redes, são os três atores falando numa mesma linguagem, e reforça que o trabalho só dá certo se os três parceiros forem bons, no sentido de cumprirem bem o seu papel. Desse modo, explica: “eu acho que o trabalho em rede é juntar várias cabeças pensantes com um resultado final, eu acho que só funciona se tiver várias pessoas, eu acho que isso é um trabalho em Rede, várias pessoas perseguindo um mesmo objetivo” (P4). P4 esclarece ainda:

Eu acho que é um projeto que tenta envolver pesquisa, extensão e produtor, falando numa mesma linguagem. Eu acho que a pesquisa é fundamental pra evolução da agricultura, a extensão também faz parte e o produtor, só que tem que ser os três. Tem uma fase que os três têm que estar juntos, senão não tem jeito da gente atingir os objetivos finais (P4).

Para P3, o trabalho em rede engloba tanto o conjunto de unidades de produção agrícola representativas de um sistema produtivo, formadas pelos produtores rurais, como a relação de parceria desses produtores com a pesquisa, a extensão rural e também com outros parceiros que vão se somando ao longo do trabalho, para troca de informações. O pesquisador explica que a rede é:

Fundamentalmente formada pelos produtores em si, que são as Redes de Referência, técnicos do IAPAR, que é o instituto de pesquisa, da EMATER, que são técnicos da extensão. Também, nos últimos anos, isso foi expandindo pra outros agentes, parceiros, como prefeituras, associações de municípios, ONG's e outros diferentes setores, para a troca de informações e o avanço dos conhecimentos nessa área rural. Então, rede pra nós é isso, apesar de que a palavra rede tem um sentido muito amplo, você pode usar pra qualquer coisa. Então, tem muitos tipos de redes, e esse raciocínio de redes é uma coisa que ajuda a pensar de forma sistêmica, estabelecer parâmetros e pra nós é, mais ou menos, esse o significado da palavra redes (P3).

Para P1, uma iniciativa realizada em rede “é um trabalho em conjunto” e em grupo, e, para trabalhar dessa forma, é necessário ter “espírito de equipe”. Explica que o trabalho das Redes que participa implica o contato direto entre pesquisador, extensionista e produtor rural. O entrevistado comenta que, nesse tipo de trabalho, é preciso: “[...] muito jogo de cintura e paciência, porque são pessoas com formação diferente, então você tem que driblar os contras pra poder chegar a um denominador comum” (P1). Respondendo a uma pergunta sobre a definição do Projeto Redes de Referência, P1 afirma:

Então, como eu coloquei, é um trabalho entre extensão, pesquisa e agricultor, onde envolve profissionais da área vegetal, animal e da socioeconomia. E o que é o trabalho das Redes? São propriedades que você faz as pesquisas, desenvolve algum trabalho, por exemplo: adubação em pastagem (P1).

Percebe-se, nesse relato, uma conexão direta entre Projeto Redes e um trabalho que envolve mais um ator. Existe uma noção razoável da relação entre pesquisadores e extensionistas: “Sim, mas nas Redes o que acontece? Como tem os dois profissionais ali trabalhando juntos, você já tem a demanda que o extensionista vê, e ele já leva pra pesquisa, como nós temos um contato direto, a partir daí se desenvolve e obtém os resultados” (P1). Notam-se também comentários nos quais o produtor rural é citado com frequência como membro da equipe. Todavia, em outros relatos em que se aprofundou a conversa sobre o agricultor, enquanto participante do trabalho, emergiu uma visão sobre tal participação que se mostrou mais restrita às anotações dos dados, ao recebimento e adesão de orientações técnicas e à confirmação do que está dando certo em sua propriedade

para outros produtores. Nesse sentido, o produtor é, no entendimento de P1, sobretudo, um destinatário do projeto. O entrevistado comenta:

Assim, os produtores com os quais você trabalha há mais tempo, que você acompanha, a partir do momento que ele vê que aquilo dá resultado, ele encara, ele faz e tem responsabilidade, porque o que ele quer é lucro. A partir do momento que ele vê que está dando lucro, ele encara o trabalho com responsabilidade. [...] Por exemplo, se a gente pede pra fazer anotações das coisas da propriedade, ele anota tudo certinho, faz o que a gente pede, segue as recomendações, é isso aí (P1).

Sobre a participação dos produtores, P2 expõe que existe uma preocupação por parte das instituições de que o agricultor e sua família tenham o que ele chama de “sentimento de pertencimento” em relação ao trabalho desenvolvido pelo projeto. Para o profissional, isso significa adquirir uma noção de que todo o trabalho desenvolvido não é uma assistência privilegiada, mas algo bem mais amplo e que poderá ter repercussões na vida de outros agricultores. Explica também que é para isso que são realizados os dias de campo, as reuniões e as visitas nas propriedades.

Ainda sobre os agricultores, P3 afirma que existem níveis de participação diferentes. O pesquisador do IAPAR entende que os eventos como viagens técnicas funcionam como momentos para trocas de experiência e irmanação dos produtores. Segundo o mesmo, aos poucos, o próprio agricultor vai virando referência e também adquire um pouco da imagem de pesquisador, de experimentador e até de professor. P3 relata:

[...] O produtor que se envolve mais com questões dessa natureza, também é um agricultor experimentador, digamos assim. Então, o envolvimento é grande, e quando você também tem essas unidades de testes, ou seja, que começa uma intervenção sobre a atividade produtiva, sobre o sistema, aí você realmente passa pra outra categoria de participação do produtor, e o produtor também, muitas vezes, é autônomo na evolução, porque, na verdade, ele é quem, na hora de tomar a decisão do que vai ser feito na área total, tem que decidir. Mas tem uns produtores desses que já são professores, sabe? [...] (P3).

P4 comenta que em um projeto como esse, quem dá a palavra final é o produtor rural, ele é um parceiro que tem a mesma importância. P4 observa:

Eu acabei não falando do produtor. Eu acho que é fundamental, porque a gente também aprende com o produtor, às vezes a gente tem lá toda teoria na cabeça que aprendemos na universidade, mas a prática só aprende indo trabalhar, eu acho que a gente aprende muito a visão prática com o produtor. [...] Várias coisas o produtor contribui com a gente, entende? Eu acho que o produtor no Projeto Redes, ele é um parceiro, a mesma importância que tem a pesquisadora, o técnico da extensão, o produtor tem a mesma contribuição dentro do projeto. Porque, na verdade, um projeto de validação de tecnologia, quem dá a palavra final não é o pesquisador e nem o extensionista, é o produtor, ele que fala se aquilo é bom ou não, e porque que não é bom ou porque é bom (P4).

Alguns entrevistados teceram comentários sobre a relação da parceria entre as instituições de pesquisa e extensão rural com o Projeto Redes. P2 explica que o Projeto Redes veio suprir uma série de dificuldades de ordem metodológica e de como conduzir as relações “interinstitucionais”. Nesse sentido, segundo o entrevistado, o projeto contribuiu oferecendo subsídios para o envolvimento de agricultores, para a formação de parcerias, especialmente entre pesquisa e extensão rural, e para o modo de realizar a abordagem mais ampla da propriedade rural. O pesquisador do IAPAR P2 afirma que “organizar as ações em rede” foi uma “tábua de salvação”, já que se encontravam perdidos nessas questões. Sobre isso, relata:

Então, tinha essa limitação do método em si, que a gente estava tentando buscar resposta pra isso, e tinha uma limitação muito forte também de relacionamento interinstitucional. Naquela ocasião tinha a parceria com a extensão rural, a EMATER era a nossa parceira na execução do trabalho, mas era uma parceria construída na forma... vamos dizer, predominante naquela estrutura. Um modelo mais antigo de parcerias, vamos dizer assim, que não existia uma co-responsabilidade, a parceria era mais uma formalidade, uma exigência quase da estrutura de Estado, do que uma parceria efetiva de co-responsabilidade de execução das ações (P2).

O discurso das parcerias e da soma de forças circula no grupo de pesquisadores de modo relevante. Isso é especialmente visível no que se refere ao assunto “interação entre pesquisadores e extensionistas”, pesquisa agrônômica e extensão rural. Aliás, ao comentarem o assunto, dois dos pesquisadores mencionam detalhes, como nomes de pessoas com as quais se relacionam e a forma como acontece esse trabalho de interação, e não tanto o aspecto institucional da parceria. Três dos entrevistados citaram como empecilhos para essa interação, a falta de aptidão e

compreensão da importância de um trabalho dessa natureza. Dois dos pesquisadores fizeram também comentários sugerindo a existência de preconceito por parte de alguns pesquisadores da instituição, não envolvidos diretamente com o trabalho das Redes, que qualificam o trabalho como uma função da extensão rural e não pesquisa. P2 relata:

[...] Então é assim, é uma questão meio de escolha, de opção, até há algum tempo atrás, vamos dizer, o mundo acadêmico não valorizava tanto esse tipo de trabalho, sempre teve aquela dúvida: “isso é pesquisa, isso é extensão, isso não é...”, mas hoje acho que já tem uma sensibilidade maior [...]. Mas digo pra você, essa resistência assim, não foi de todo exterminada não, a gente tem muitos colegas que tendem a... não vou dizer menosprezar, assim, de uma forma muito evidente, de fazer pouco caso, mas tendem a olhar torto, não valorizar aquilo que a gente faz em detrimento da pesquisa clássica, da pesquisa experimental, da pesquisa básica, tende a não valorizar na mesma intensidade. Eu me considero, e a outros que estão no projeto, pesquisadores tanto quanto qualquer colega que está num laboratório. Mas eu não sei, muitas vezes a gente não tem a mesma resposta do outro lado, o pessoal tende a achar: “esse pessoal tá fazendo extensão, isso é papel da EMATER, esses caras ficam aqui...” Isso existe, mas de forma geral está se superando aí, essas barreiras (P2).

Como se percebe, o discurso da soma de forças, especialmente entre pesquisadores e extensionistas, tem alta frequência no grupo de pesquisadores, fazendo parte do seu cotidiano profissional. De um modo geral, os pesquisadores apresentaram uma atitude discursiva afinada com a ideia de parceria entre pesquisa, extensão rural e produtor rural. Esse discurso, conforme se verá no próximo item, parece estar respaldado no que chamam de estudos agrônômicos baseados na “abordagem sistêmica”, desenvolvidos pelo IAPAR desde a década de oitenta. Além do mais, recente estudo realizado por Borgonhoni (2005), constatou, na perspectiva da Teoria Neoinstitucional, que sempre existiram, no IAPAR, atividades de C&T organizadas na forma de redes. De algum modo, o fenômeno redes vem, ao longo da existência do instituto, fazendo parte do cotidiano de seus profissionais. Todavia, não existe uma construção teórica consolidada nas falas ou discussão de conceitos de parcerias ou do trabalho em rede, mas um consenso grupal e familiarizado de que se trata de um trabalho em grupo e uma tarefa conjunta que, aliás, no que se refere ao Projeto Redes, no modo de ver dos pesquisadores, é bem sucedida. É



nessa perspectiva que se identifica a configuração da representação social: **“soma de profissionais de áreas distintas”**.

### 5.3.2 Trabalho de abordagem sistêmica

Na década de oitenta iniciou no IAPAR o “Programa de Sistemas de Produção”. Esse programa foi muito citado entre os entrevistados, principalmente pelos que trabalham há mais tempo na instituição. O “PSP”, segundo depoimentos, baseado no “enfoque sistêmico”, veio trazer uma visão diferente da pesquisa agrônômica no instituto, possibilitando a alguns profissionais exercerem seu trabalho também além dos laboratórios de pesquisa. Isso significou, para os pesquisadores, passar a considerar os diversos fatores envolvidos em uma unidade produtiva, tanto em aspectos internos quanto ao ambiente externo. Também proporcionou, ao pesquisador, conhecer e entender melhor a realidade do campo e do produtor rural. P2 e P3 comentam:

A gente já também, já utilizou muitos nomes pra isso, o programa que trabalha com isso no IAPAR chama-se Sistemas de Produção, que é a nave-mãe do enfoque sistêmico dentro dessa área, que digamos assim, acolhe todas essas experiências de trabalho em nível de produtor, com o enfoque sistêmico desde 1985. [...] Por isso, pra nós aqui é sistemas de produção, metodologia de sistemas de produção [...]. Digamos assim, aí em melhoria das propriedades, como é que chama? Essa metodologia a gente chama de Sistemas de Produção, mas é a metodologia das redes agora, quando a gente apresenta é metodologia de Redes (P3).

[...] o IAPAR é uma das instituições, inclusive no plano nacional, pode-se afirmar com tranquilidade, que avançou mais nessa abordagem de pesquisa, inclusive porque teve a oportunidade e a felicidade, eu diria, de institucionalizar um programa de pesquisa. Então, dentro da estrutura formal da instituição você tem esse programa estruturado [...] (P2).

Desse modo, a forma como os pesquisadores vêem e compreendem o Projeto Redes de Referência é muito relacionada ao pressuposto da “visão sistêmica”, trata-se de uma figura constante no discurso dos pesquisadores. A esse enfoque estão, no entender dos pesquisadores, relacionadas idéias como “considerar o todo e não somente as partes”, “visão global”, “amplitude de ação” e coisas semelhantes. É nessa perspectiva que as ações de pessoas envolvidas no projeto se pautam. A

impressão que se tem, quando os pesquisadores referem-se àquilo que não consideram como sistêmico, é que são coisas limitadas, restritas, ou seja, uma forma reduzida de ver as coisas. Assim, a idéia de abordagem sistêmica está associada à idéia do novo e do global.

P2 relaciona diretamente o trabalho desenvolvido em rede, com o exercício de uma abordagem sistêmica. A essa abordagem são atribuídas todas as características do Projeto Redes, desde a forma de ver e conduzir o trabalho em uma unidade produtiva (sistema de produção), até as relações entre os diferentes atores. Em algumas ocasiões, na entrevista com P2, as falas sobre o projeto, o trabalho em rede e a abordagem sistêmica se misturam. Em uma dessas situações perguntou-se: Quando você fala: “esse método”, mais que uma vez você falou “esse método”, você está referindo a Abordagem Sistêmica ou da metodologia das Redes? P2 responde:

É da abordagem sistêmica, que nas Redes encontra todas as suas etapas ali consolidadas. Vamos dizer então, em essência, é a abordagem de sistemas, é que a Rede é a caixinha de ferramentas, é quando a gente colocou toda a abordagem de sistemas num modelo de trabalho passando por diferentes etapas e tal. Então, a gente tem a abordagem sistêmica com um começo, meio e fim ali. É isso, a gente avançou nesse sentido, de consolidar esse processo, mas eu creio que de forma geral é isso [...] (P2).

Dessa forma, é preciso considerar que, principalmente, para os membros do grupo que dispõe de uma visão mais ampla da trajetória histórica do instituto, o projeto é entendido na perspectiva do trabalho com sistemas produtivos na abordagem sistêmica. P4 explica que, nesse tipo de trabalho, é preciso ir a campo e tomar conhecimento da realidade do produtor. Para ele, tudo isso tem um grande valor para a pesquisa, pela possibilidade de conhecer de perto o que se está pesquisando e também analisar os resultados no sistema. Segundo o entrevistado, um mesmo problema pode ter soluções diversas em diferentes sistemas produtivos. P4 define:

[...] Redes de Referência, na verdade, foi um nome que veio da França, que é um trabalho deles, e aí nos utilizamos o mesmo nome. Agora, o que a gente tenta trabalhar são sistemas, mais ou menos assim: A gente tem uma tecnologia e essa tecnologia se encaixa em qual sistema? [...] (P4)

E comenta ainda:

No projeto que tem dentro do IAPAR, que é “Programa Sistemas de Produção”, talvez alguém já falou pra você, é um programa que une todas as outras atividades e tenta colocar isso na condição do produtor. Isso não é comum em nível de Brasil, ter pesquisa onde você tenta validar aquilo que está sendo gerado. Então, quando eu entrei no IAPAR, pra mim era uma coisa do outro mundo, porque a gente não tem essa formação, e eu acho que eu fui privilegiada em entrar num trabalho desses. Eu acho que com essa realidade de pesquisa, você consegue enxergar o que o produtor precisa, então, você conhece o mundo dos produtores com esse trabalho (P4).

P1, por sua vez, ao ser questionado sobre as características do projeto, conserva o discurso: “bom, é um projeto de abordagem sistêmica, isso é o enfoque principal [...]” (P1). P3 também se refere ao projeto como um processo de aperfeiçoamento de sistemas produtivos semelhantes. P3 ressalta:

Busca-se fazer esses aperfeiçoamentos e os sistemas aperfeiçoados servem de referência para o desenvolvimento de outros produtores agrícolas do mesmo tipo, ou que executam, mais ou menos, o mesmo tipo de sistema. Isso são referências pra nós, não são propriedades-modelo, veja bem, são propriedades comuns, normais, onde é feito o processo, digamos, interativo, entre o pesquisador, o extensionista e o agricultor, que de uma forma geral, trabalham informações pelo benefício geral e procuram o aperfeiçoamento do processo produtivo (P3).

Para os pesquisadores, portanto, o Projeto Redes pode ser traduzido como um trabalho desenvolvido dentro do “enfoque sistêmico”. Como se constata, faz parte da realidade cotidiana dos membros do grupo dos pesquisadores recorrerem a tal imagem de forma constante, inclusive, ao se referirem às parcerias. É comum, portanto, que ao pensarem e falarem sobre o projeto, o ponto de partida seja sempre relacionado a tal aspecto. Isso está inserido em suas vidas e trajetórias profissionais, ao longo dos anos, dentro do Instituto de pesquisa. Pode-se perceber uma construção consensual de que completo e eficaz é aquilo que abrange o todo. Assim, a metodologia do Projeto Redes se encaixa, no entender dos pesquisadores, nessa visão e é socialmente representada pela figura: “**trabalho de abordagem sistêmica**”.

### 5.3.3 Instrumento de comunicação

Mais uma representação social do Projeto Redes para os pesquisadores é a compreensão de que o mesmo consiste em um instrumento de comunicação. Tal entendimento sugere uma ligação com a produção de “referências”, enquanto aspecto facilitador no processo de comunicação dos avanços obtidos nos sistemas. Essa comunicação se dá através dos eventos, dos trabalhos escritos, da extensão rural, dos dias de campo e de outras iniciativas. Os entrevistados P2 e P3 explicam que desenvolver pesquisa em sistemas de produção e em nível do produtor não era o maior desafio do instituto, a dificuldade principal era a comunicação, ou seja, como fazer a difusão. Esse era um dos principais fatores de motivação do processo de intercâmbio com os franceses. P3 explica:

[...] a idéia de trabalhar com Redes de Referência foi uma coisa inspirada numa metodologia da França, que a gente conheceu lá em 1988. Era, exatamente, uma estratégia de comunicação, de trabalho integrado entre pesquisa, extensão e produtores, de trabalhar com os sistemas de produção predominantes, de extrair referências técnicas, ou seja, de usar isso em estratégias de comunicação para melhoria e desenvolvimento rural. [...] Depois do treinamento de um técnico do IAPAR lá na França, dessas estratégias de comunicação, porque o negócio, a nossa idéia era melhorar a parte da comunicação, a coisa de desenvolver em escala piloto em nível do produtor a gente acha que até fazia isso bem, desde a metade da década de 80 e tal. Então, essa coisa de adaptar em pequena escala dentro da propriedade, nas condições do sistema, isso aí a gente até que aprendeu, não sabemos muito é como divulgar isso. Daí que a inspiração de Redes era ser um instrumento de divulgação, de valorização de informação e divulgação, e a gente começou as primeiras Redes em pequena escala [...] (P3).

P3 ressalta ainda que o projeto é um gerador de informação trabalhada e valorizada:

Então, falta gente, é um negócio que funciona, funciona porque a informação, o quente mesmo é a informação, a informação valorizada, ou o produto, mas esse produto dá muito trabalho, muito trabalho! [...] Mas o forte mesmo é a informação simples valorizada. [...] Você perguntou qual que era a coisa aí e eu cheguei à conclusão que é a informação valorizada e trabalhada, quanto mais a gente trabalhar essa informação, melhor (P3).

Por sua vez, P2 enfatizou que a deficiência de comunicação era um dos maiores problemas da instituição. O pesquisador dá a entender que essa dificuldade ainda

existe, mas que agora, já considera um avanço o fato da metodologia das Redes ter se mostrado adequada nesse processo, e com chances reais de se tornar algo permanente na pesquisa e na extensão rural. P2 comenta:

[...] Tem muito que fazer, vou falar de comunicação, essa área de comunicação nossa foi muito frágil, é muito frágil, mesmo a nossa área de, vamos dizer assim, nossa capacidade de transferência de tecnologia também é muito frágil. Eu diria assim, que quando você se coloca diante das potencialidades que você tem, então a gente sente que poderia ser muito melhor explorado. Mas de qualquer forma, eu acho que o saldo maior que a gente possa identificar, é de consolidar a proposta [...] (P2).

P2 comenta também que, se a comunicação não extrapolar os limites dos sistemas acompanhados, corre-se o risco das redes permanecerem fechadas em si mesmas, o que perderia todo o sentido do trabalho. P2 esclarece:

Agora, outro desafio, só pra encerrar, não prolongar nessa questão, mas outro desafio que a gente tem é de não fazer uma Rede voltada pra si mesma, porque senão você perderia todo o sentido, de ter esse grupo, essas duzentas e poucas famílias que participam conosco. Se a gente não pegar o que geramos de informação, o que estamos desenvolvendo e trabalhando com esse grupo, se a gente não extrapolar, levar para um universo de agricultores que a gente quer alcançar, aí perde o sentido do trabalho. Não estamos trabalhando só para esses agricultores (P2).

Da mesma forma, para P1 o projeto é uma forma de difundir tecnologia, de levá-la até o produtor. O entrevistado explica que “é a partir dos resultados que você tem nessa propriedade você aplica em outras, serve como referência para outras propriedades. Aí há difusão de tecnologia”. Comenta ainda:

Eu acho que a maior vantagem do projeto, na minha opinião, é você estar levando a tecnologia para o produtor, porque muitas vezes a pesquisa por si só, fica engavetada e não chega ao produtor. Nas Redes não, você desenvolve e passa. Quando você está fazendo na propriedade dele e ele está vendo resultado [...]. Eu acho que o que tem que ser enriquecido um pouco mais é justamente levar esta tecnologia para outros produtores, explorar o máximo. Porque, às vezes, o produtor que você está trabalhando, ele tem... você vê o crescimento dele, mas o que eu acho que ainda falta um pouco mais é difundir mais esta tecnologia, é fazer mais dias de campo, mais seminários, para que os outros produtores possam usufruir melhor dos resultados (P1).

P4 corrobora dessa visão: “[...] o Projeto Redes vem mostrar que de uma forma organizada a gente pode atingir muito mais produtores, do que de uma forma solta”. O projeto, no seu entender, tem uma organização capaz de comunicar e difundir os resultados obtidos, os sistemas referenciais. Sobre o assunto, P3 relata:

Bom, o Projeto Redes de Referência, a gente não tem condições de trabalhar sobre todo o quadro da agropecuária, então existe um público prioritário que são os produtores familiares, mas também não é possível, digamos assim, representar ou ter representatividade de todos os sistemas de produção do Estado do Paraná. Então, na verdade, a gente trabalha em algumas regiões, e, dentro dessas regiões a gente trabalha alguns tipos de sistemas de produção familiares, com públicos-metas específicos, mas logicamente que buscando os sistemas mais representativos de cada região [...]. Então, nós temos trabalhos de diversas fases, existem referências prontas, existem referências em construção, ao longo do tempo vão se buscando novas populações, ou seja, mantido um certo patamar de informações em determinados tipos de sistemas da Rede você passa a estudar outros. [...] Aí você faz dias de campo, abre a porteira daquele produtor em processo de expansão [...]. Então, em nível mesorregional você cria essas referências que vão servir como elemento de capacitação pra essa região se desenvolver. Então, é mais ou menos isso aí o nosso trabalho agora. Lógico, é tudo em pequena escala, então pra essa coisa expandir tem que envolver mais atores (P3).

Existe um consenso no grupo dos pesquisadores: é preciso construir canais de comunicação para que a tecnologia gerada pela pesquisa esteja acessível e ao alcance de todos aqueles que são público interessado. Ouvindo os profissionais da pesquisa, é nítida a impressão de que a necessidade de comunicação é uma angústia comum, ou seja, uma ansiedade coletiva do grupo de que a pesquisa se torne tecnologia adotada e que produza os efeitos esperados na agricultura. Assim, a simplificação do objeto, a partir da idéia “comunicar a pesquisa”, faz parte do universo consensual do grupo de pesquisadores. O objeto da representação, portanto, é ancorado através do elemento “necessidade de difusão da tecnologia gerada pela pesquisa” e objetivado, através da figura: “**instrumento de comunicação**”.

### 5.3.4 Instrumento de integração institucional

Para P2, o projeto representa uma ferramenta para pesquisa e desenvolvimento. Em seu modo de ver, sobretudo, é uma ferramenta de articulação institucional que organiza as contribuições do instituto de pesquisa e do instituto de extensão rural no processo de inovação e desenvolvimento econômico da Agricultura Familiar. Esse instrumento funcionaria, na ótica do entrevistado, como um elo, uma forma das instituições trabalharem juntas:

Então, eu creio que essa idéia de pesquisa e desenvolvimento é a contribuição, no caso, do IAPAR na pesquisa e da EMATER nas ações de desenvolvimento. Juntar essas duas forças no processo de desenvolvimento econômico, de uma forma mais ampla, eu acho que é o “pulo do gato”. A gente conseguiu estabelecer, dentro das Redes de Referência, um canal, não é um canal perfeito, longe disso, cotidianamente a gente ainda tem problemas, no relacionamento das instituições e no relacionamento das pessoas. Trabalhar com pessoas nunca é simples, nunca é trivial, sempre tem algum problemas, mas a forma como se organiza o trabalho é um espaço de mediação, de convivência que conseguiu se construir de uma forma articulada, com um objetivo comum. Então, eu creio, que isso que tem permitido que a gente avance e consiga nossa expectativa. Hoje, acho até está bem claro isso pra nós, que a gente faça das Redes não mais um projeto, no sentido de ter um prazo definido, um período de tempo pré-estabelecido, não mais um projeto, mas um método que, tanto a extensão quanto a pesquisa, perenizem como um mecanismo de articulação comum (P2, *grifo nosso*).

Sobre as relações institucionais entre IAPAR e EMATER, P3 acredita que o Projeto Redes é uma das melhores experiências de integração que já existiu. Em sua visão, sem desconsiderar todas as diferenças legítimas existentes entre as organizações, o projeto se colocou acima de quaisquer questões que pudessem ameaçar ou impedir o desenvolvimento do trabalho: “[...] nós conseguimos quebrar um pouco o espírito das instituições” (P3). O pesquisador comenta que já aconteceram boas experiências de trabalho integrado, mas, que com o projeto, isso foi além, pois houve um processo de institucionalização e um fortalecimento orgânico da parceria. P3 observa:

Já vou começar no IAPAR e EMATER, porque eu participo e enxergo esse processo [...], então, esse negócio de integração IAPAR e EMATER eu já vivi muitos períodos e tal, essa talvez tenha sido uma das experiências mais bem sucedidas de integração entre pesquisa e

extensão, porque na realidade, nós conseguimos quebrar um pouco o espírito das instituições. O grupo das Redes é como se estivesse acima disso, logicamente que IAPAR é IAPAR e EMATER é EMATER, a gente tem todas as nossas diferenças, mas das experiências de trabalhar junto, é realmente um trabalho integrado, a gente faz um planejamento conjunto e existem duas coordenações estaduais, um coordenador da EMATER e um do IAPAR que trabalham sempre juntos, a programação é feita junta, então é tudo junto, acho que é uma das formas mais irmanadas que eu já vi: pesquisa e extensão trabalhando, e com um entendimento relativamente bom (P3).

P4 também confirma que, com o trabalho das Redes, a parceria entre IAPAR e EMATER se tornou mais forte e aproximou os profissionais da pesquisa e da extensão. Enfatiza que pesquisa e extensão devem mesmo trabalhar juntas e comenta:

[...] Antes do Projeto Redes, eu acho que não tinha uma ligação tão forte, acho que isso uniu mais, pelos menos eu vejo na minha área que a gente se aproximou muito mais da EMATER, porque, por exemplo, quando têm os eventos eles sempre têm me chamado. Por quê? Eu estou direto lá com o pessoal, a gente tem as propriedades [...] que estão indo muito bem, então eu acho que isso tem mostrado o bom trabalho que a gente tem feito junto, tanto o IAPAR como a EMATER [...] (P4).

Embora já existissem relações de aproximação e trabalhos conjuntos entre IAPAR e EMATER, há um consenso no grupo que, com o Projeto Redes, isso se intensificou e ganhou, ao mesmo tempo, contornos institucionais e orgânicos. Existe uma articulação de dois coordenadores, das duas instituições responsáveis em nível estadual, por promover a manutenção da parceria, mas a representação social está baseada em mais elementos do que a existência de uma organização formal. Em nossa análise, a representação social encontra respaldo na visão de um processo orgânico de interação entre pesquisadores e extensionistas no campo, como ainda não havia acontecido no processo histórico de parceria entre as duas instituições. Não interessa aqui discutir se o grau de integração é satisfatório ou não. O que ocorre é uma representação baseada em um processo comparativo das relações institucionais de parceria existentes até então. Isso, de certo modo, contagiou o universo consensual dos pesquisadores que estão ativos no projeto. É fato que, na visão da maioria dos entrevistados do grupo, o projeto adquiriu, com *status* de metodologia, essa imagem de mediação institucional entre a pesquisa e a extensão



rural. Existe, pois, de maneira visível a adoção de uma figura para objeto, a representação social “**instrumento de integração institucional**”.

### 5.3.5 Conjunto de unidades produtivas representativas

Verificou-se também a existência de uma representação social relacionada à idéia “conjunto de unidades produtivas representativas de um sistema produtivo”. Trata-se da mesma noção de “Redes de Propriedades de Referência” que consta na primeira designação dada ao projeto. P3 explica que o termo “propriedade” é evitado, já que o projeto não trabalha somente com proprietários, mas também com produtores rurais que não são detentores legais da terra. Complementa que, agora, por exemplo, está se iniciando um trabalho somente com produtores de assentamentos rurais. P2 comenta também que o nome “propriedade” não se mostrou adequado porque existiam confusões que levavam a pensar em “propriedades-modelo”, por isso, no nome oficial do projeto, foi suprimida a palavra “propriedade”. Todavia, a palavra propriedade ainda é freqüentemente utilizada pelos envolvidos com o projeto. P2 relata:

E o que a gente observou, nos primeiros anos de trabalho, foi que começou a ter uma confusão grande no sentido de que as propriedades que a gente trabalhava na Rede seriam propriedades modelo, a idéia de serem propriedades extremamente otimizadas no seu desenvolvimento a ponto de se transformar em propriedades modelo, e, na verdade, não é isso que se busca. A gente busca propriedades que sejam representativas dos sistemas de produção regionais, com as limitações que são possíveis e comumente encontradas, nesses sistemas, não são propriedades de resultados extremamente ótimos, totalmente otimizadas [...] (P2, *grifo nosso*).

Constata-se no grupo dos pesquisadores, apesar dos inúmeros relatos sobre o trabalho organizado na configuração de redes – pesquisadores, extensionistas e produtores rurais –, a visão a respeito do conjunto de propriedades rurais semelhantes. O entrevistado P1 chama também de redes o grupo de propriedades assistidas. P3 comenta:

Na verdade, redes é um conjunto de unidades produtivas. O que é uma rede? Uma rede é um conjunto de unidades produtivas representativas de um determinado sistema de produção, bem na base do conceito pra nós, é aquilo que eu te falei até na minha

intervenção anterior que, digamos assim, numa situação normal [...]. Redes, minimamente é um conjunto de propriedades representativas de um determinado sistema de produção, sistema de produção entendido como uma determinada categoria social em que se explora um produto ou um conjunto de produtos [...]. Então, é mais ou menos, uma rede é isso aí, cinco, mas pode ser muito maior, de repente pode ser vinte, vinte e tantos integrantes num sistema maior, você fala de grãos, grãos diversificados, grãos especializados. [...] Então rede é tudo, mas a célula da rede, digamos assim, é um conjunto de quatro ou cinco estabelecimentos de produção agropecuária, representativos de um determinado sistema (P3).

Se esta idéia, por um lado, aparenta ser apenas uma estratificação do universo reificado, por outro, se constata que não é algo tratado pelos pesquisadores, somente como uma designação teórica e fria. Nos discursos que circulam entre os profissionais que trabalham no projeto, fala-se com freqüência das redes de propriedades, redes de sistemas semelhantes, ou de redes de unidades produtivas, com a naturalidade de algo que faz parte de seu convívio cotidiano. Existe um fluxo constante e consensual em torno dessa representação. Obviamente, alguns profissionais tentam não utilizar o nome *rede*, tentando evitar confusões com o conceito de rede utilizado no âmbito dos estudos organizacionais, mas a forma de ver um conjunto de propriedades como uma rede, é algo que não escapa à sua vivência cotidiana. Essa representação, no grupo de pesquisadores, está muito ligada à "importação" da figura trazida através do intercâmbio com a França e que foi disseminada entre os profissionais: "redes de propriedades de referência". Tem-se, portanto, uma figura que é familiar ao universo em questão, a representação social: **"conjunto de unidades produtivas representativas"**.

### 5.3.6 Validação da pesquisa

O Projeto Redes de Referência tem também a imagem de uma ferramenta de validação da pesquisa na ótica dos entrevistados. As "Unidades de Testes e Validação", que são experimentos realizados nas propriedades em nível do produtor, funcionam, para esse grupo, como instrumento fundamental no processo de execução do projeto. Em seu entendimento, é sempre uma possibilidade de levantar demandas de pesquisa, mas, sobretudo, é uma maneira de comprovar ou validar a pesquisa no sistema produtivo.

Na visão de P4, o projeto é uma forma de validar aquilo que está sendo pesquisado. Significa, no seu modo de entender, gerar pesquisa vislumbrando sua efetiva aplicação e encaixe no campo, uma forma de adotar tecnologia. Salienta ainda que o grande ganho da pesquisa em participar deste tipo de projeto é validar o que ela gera. P4 afirma:

Do projeto? Eu acho que, antes de tudo, o primeiro objetivo do Projeto Redes, pra pesquisa, é o seguinte: validar aquilo que está sendo pesquisado. [...] Aquilo que nós estamos gerando, isso se encaixa em qual sistema de produção? Porque quando você gera uma pesquisa, o importante é a adoção dessa tecnologia. O que adianta você gerar, gerar e gerar e não ter a adoção? E pra adoção, eu acho que tem vários caminhos: primeira coisa, eu acho que a pesquisa tem que estar em contato com a extensão, eu acho que o Projeto Redes tem essa grandeza, onde o pesquisador está junto com extensionista, e com isso, o extensionista consegue absorver aquilo que está sendo gerado, isso é um fator importante. Outro fator importante, eu já mencionei, é o pesquisador conhecer a realidade do campo e assim poder estar pesquisando aquilo que realmente vai contribuir para o sistema de produção (P4).

P2 indica idéia semelhante quando comenta que, antes de se ingressar no IAPAR, já trabalhava na perspectiva de validação de sistemas. Um dos elementos metodológicos do projeto que P3 vê como imprescindíveis são as “Unidades de Teste e Validação”. O entrevistado comenta que esse instrumento permite a introdução de eventuais mudanças em um sistema produtivo, e garante a manutenção da rede. Sugere ainda que é isso que possibilita a realimentação da pesquisa. P3 relata:

Mas as Unidades de Teste e Validação são como uma mola mestra, técnica, pra introduzir alterações nos sistemas. Então esse elemento, “Unidade de Testes de Validação”, é um mecanismo importante pra manutenção da rede (P3).

A validação de tecnologia é um dos elementos que compõem a metodologia do Projeto Redes. Todavia, em nossa análise, esse aspecto adquire uma forma representacional, na medida em que é atribuída pelo grupo, uma figura que supera sua natureza de instrumento que compõe a metodologia do projeto, para expressar a natureza mais complexa do próprio projeto. O que se vê, portanto, é sua aplicação, especialmente nas declarações de P4 e nos elementos discursivos convergentes de P2 e P3, para expressar o conjunto do objeto. Nesse sentido, a complexidade maior

do objeto da representação é atenuada através da representação social “**validação da pesquisa**”.

#### 5.4 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Este tópico tem a intenção de discorrer sobre as semelhanças e diferenças das representações sociais do Projeto Redes. Serão discutidas as relações existentes entre as representações de cada grupo de atores. É importante comentar que não se tem o propósito de retomar discussões que envolvam as peculiaridades de cada entrevistado, uma vez que isso já foi realizado nos tópicos anteriores.

Um primeiro aspecto a ser observado diz respeito às representações sociais **acesso à informação de qualidade** – presente no grupo dos produtores rurais, **um trabalho de difusão** – dos extensionistas, e **instrumento de comunicação** – dos pesquisadores. Existe, nessas três representações, originárias de grupos de atores diferentes, uma relação de complementaridade. Para os produtores rurais, essa figura é vigorosa e refere-se à disponibilização de conhecimento sobre diversificação de culturas, sobre orientações técnicas e leitura sobre mercados, isso tudo os agricultores chamam de visão geral da agricultura. Aqui, o agricultor se vê como o receptor de informações que interessam ao seu mundo cotidiano. No grupo de extensionistas, a representação é menos intensa, e diz respeito ao conjunto de informações que interessam ao produtor rural e seu sistema produtivo, que precisam chegar até o campo. Para o grupo de pesquisadores, esse aspecto também faz alusão ao conjunto de informações sobre tecnologias apropriadas a determinados sistemas produtivos e informações que favoreçam o desenvolvimento econômico de produtores. Percebe-se que o pesquisador se vê como produtor de informações técnicas, o extensionista como difusor das mesmas, e o produtor como aquele que recebe tais informações. Propriedades organizadas em grupos, as Redes de Referência, seriam, ao mesmo tempo, locais a partir dos quais se produzem informações e mecanismos que contribuem no processo de difusão.

A representação social **redes de propriedades semelhantes para referência e conjunto de unidades produtivas representativas** estão presentes no campo de visão de extensionistas e pesquisadores. Essa representação corresponde àquilo

que é a forma de trabalho no ambiente comum do Projeto Redes, que designa como rede, um conjunto de propriedades familiares representativas de um sistema produtivo. Esse grupo de propriedades tem uma estratificação social semelhante em uma determinada região. A palavra rede, *a priori*, não é aplicada à idéia de trabalhar na configuração de redes entre organizações e pessoas, como uma parceria entre pesquisa, extensão e agricultor familiar, mas ao grupo de sistemas produtivos que são acompanhados com a intenção de produzir referências para outros sistemas semelhantes. Aliás, um aspecto a ser destacado aqui, corresponde à idéia de referência. Este processo de busca pela construção de referências começa com a coleta dos dados que são anotados pelos produtores rurais na propriedade e que, em etapa futura, se transforma em parâmetros e informações a circularem entre os produtores rurais da Agricultura Familiar.

No grupo dos produtores existem visões diferentes a respeito da destinação dos dados anotados em sua propriedade. A primeira é a representação social **parâmetro para outros produtores**, que é muito presente no grupo, sugere que os produtores têm noção de que suas anotações serão utilizadas por outros agricultores. Todavia, com exceção de E3, não se pode afirmar que os produtores rurais enxergam um conjunto de propriedades com sistemas produtivos semelhantes como uma rede. O grupo, de um modo geral, utiliza a palavra “redes” para se referir ao projeto em si, e a todos os produtores envolvidos no trabalho, independente de sua atividade. O que eles demonstram entender com essa representação é que suas anotações ou os dados de sua propriedade são utilizados por outros agricultores que têm atividade semelhante à sua ou que queiram iniciar uma nova experiência. De maneira diferente, outra representação social que envolve o tema dos registros, é: **ação governamental para obter dados**. Nessa representação, que tem uma incidência média no grupo, o produtor continua tendo a noção de que os registros são utilizados para outras finalidades que não exclusivamente as suas. Agora, porém, o destino é o governo. É como se houvesse uma intenção não revelada por traz das atividades relacionadas ao projeto, para atender às necessidades do governo. Essa necessidade seria obter um “retrato” da Agricultura Familiar. Existe, nessas duas visões, uma discrepância interna que insinua que o agricultor não tem clareza a respeito do destino dos dados anotados.

Sobre isso ainda, uma das representações que os produtores têm do projeto, parte da idéia de que o mesmo é uma possibilidade de ter uma leitura contábil de sua atividade na propriedade. Isso pode ser visto pela representação social **anotações para avaliar lucro ou prejuízo**, figura da qual a maioria dos produtores se servem para explicar o Projeto Redes. Esse é um dos ganhos que o produtor vê em participar do projeto e fazer suas anotações. Mais do que um propiciador de mudanças em seu sistema produtivo que proporcionem maior lucratividade, o que o produtor vê com maior clareza no projeto, é a possibilidade de saber se está ganhando ou perdendo dinheiro em seu sistema produtivo. Não emergiu, por exemplo, no grupo, uma representação que indicasse a idéia de que o projeto é um meio de promover adaptações, através da pesquisa e da extensão, na propriedade de maneira que a lucratividade aumente. De modo semelhante, a representação social **gestão financeira da propriedade rural**, localizada no universo consensual de extensionistas, esteve presente, de forma mais intensa, em dois discursos dos entrevistados. Os discursos que compõem essa representação estão mais focados no aspecto financeiro e contábil de gestão. É perceptível, na representação, uma particularização dos propósitos do objeto da representação, em detrimento de uma visão mais completa do mesmo. Embora seja uma figura com intensidade média no grupo, revela uma tendência de reduzir o trabalho à administração financeira da propriedade.

Através da representação social **estudo e acompanhamento de sistemas produtivos**, constatada entre os extensionistas com presença mais marcante que a representação anterior, percebe-se justamente a tentativa de tratar a propriedade rural em sua totalidade, considerando todos os aspectos inerentes ao sistema produtivo. Isso implica, na proposta do projeto e no entendimento da maior parte dos extensionistas, levar em conta a realidade social da família do campo, a interação de todas as características e recursos disponíveis no sistema, bem como sua relação com o ambiente externo, visando à geração de sistemas produtivos aperfeiçoados que repercutam no desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares. Essa visão do todo pode ser percebida em outra figura que emergiu com menos intensidade, trata-se da representação social **qualidade de vida no campo**. Esse discurso contempla assuntos que se referem ao bem estar, à educação dos filhos e ao lazer da família de agricultores. Nas falas dos produtores, as representações que

se aproximam disso são “acesso à informação de qualidade” e “anotações para avaliar lucro ou prejuízo”. Nesses dois casos vê-se que o produtor valoriza a aprendizagem, o conhecimento sobre o mundo da agricultura e o fato de saber mais e controlar melhor suas próprias finanças. Tudo isso parece acrescentar qualidade em relação ao seu trabalho e, conseqüentemente, melhora das condições de vida no campo. No mais, não emergiu na visão desse grupo de produtores rurais uma representação social que envolvesse a temática da qualidade de vida com maior vigor.

Apesar do propósito de abarcar a totalidade de fatores em torno do agricultor e da unidade produtiva rural, percebe-se uma sinuosidade existente através da representação social **fora da minha realidade**. Dois dos produtores entrevistados manifestaram tal representação, insinuando que as sugestões dadas nos acompanhamentos e através de eventos que o projeto organiza, são boas, mas estão fora de sua realidade de agricultor, isto é, não se compatibilizam com a realidade que vive no campo, na sua realidade atual. A tentativa de exercer uma visão mais completa do trabalho desenvolvido pelo projeto, também é observada pela representação **trabalho de abordagem sistêmica** que surgiu no grupo de pesquisadores. Tal aspecto, na visão da maioria dos pesquisadores refere-se ao tratamento da propriedade de maneira sistêmica, bem como ao funcionamento do Projeto Redes, através do processo de interação entre pesquisa, extensão, produtor rural da Agricultura Familiar e também, entre outros parceiros que, eventualmente, venham surgir durante o trabalho.

Pela representação social **soma de profissionais de áreas distintas** essa visão é destacada entre pesquisadores. As falas a respeito da parceria entre pesquisa, extensão e agricultor familiar aparecem em todo grupo de pesquisadores. Mas o discurso é corrente e se mantém coeso em duas das entrevistas, principalmente no que concerne à participação do produtor rural. Entre extensionistas surgiu figura semelhante, a representação **união de vários segmentos**. De forma similar ao que acontece no grupo dos pesquisadores, verifica-se a existência de comentários sobre a participação dos três atores em cinco dos entrevistados, mas a representação social mostra vigor em dois dos discursos. É importante comentar que nos dois grupos estas representações aparecem com uma intensidade regular. Para os

outros membros dos grupos essa visão de trabalho em rede existe de modo mais denso no que se refere à relação entre pesquisa e extensão rural, ou seja, existe um entendimento tímido acerca da “participação ativa” do agricultor. Nesses casos, o produtor rural é mais um destinatário do projeto que um ator no processo de seu desenvolvimento.

É comum entre alguns dos profissionais entrevistados o entendimento de que o Projeto Redes proporcionou maior aproximação entre pesquisa e extensão rural. Inclusive, no grupo dos pesquisadores surgiu a representação **instrumento de integração institucional**. A figura é mais intensa nesse grupo, mas também foi sugerida nos relatos de alguns profissionais da extensão. Todavia, no grupo dos extensionistas, esta visão aparece motivada pelos questionamentos do entrevistador e não ganha tanta autonomia no decorrer do discurso. Para os pesquisadores, entretanto, existe a visão de que o projeto é um instrumento de articulação institucional, uma vez que proporcionou, em alguma medida, uma articulação orgânica entre os profissionais das duas instituições. O parâmetro do qual os pesquisadores partem, nessa representação, é a leitura histórica das parcerias entre as duas instituições que, em sua visão, são menos intensas se comparadas ao que ocorreu com o advento do Projeto Redes.

Quanto à visão do grupo dos agricultores familiares a respeito da relação institucional entre pesquisa e extensão rural, compreendeu-se por meio da representação **um projeto de acompanhamento da EMATER** que os mesmos, em sua maioria, não enxergam tal relação. Com exceção de um dos produtores rurais, os outros entrevistados do grupo não demonstram conhecimento a respeito da parceria entre IAPAR e EMATER no projeto. A maioria sabe da existência do instituto e alguns já estiveram participando de eventos em sua sede, mas ignoram o fato de sua atuação no projeto. Aliás, não se verifica, em boa parte dos agricultores, uma clareza sobre as diferenças entre pesquisa e extensão rural, pois as duas imagens parecem se fundir no seu modo de ver. Além de não se verem como membros ativos do trabalho em rede, também não mostram possuírem noção do envolvimento de mais atores. O sujeito, produtor rural, vê o objeto da representação a partir do contexto cotidiano de quem recebe um acompanhamento, e não de quem trabalha em um projeto conjunto com a EMATER e com o IAPAR.



Embora extensionistas e pesquisadores tenham apontado com maior intensidade as relações de parceria entre si, emergiu também em seus grupos, representações sociais que acenam para uma identificação do projeto mais restrita às características funcionais de seus respectivos grupos. É o que se percebe através da representação social **uma nova ferramenta para extensão rural** no grupo de extensionistas, e **validação da pesquisa** no grupo de pesquisadores. No primeiro caso, a figura representacional é relevante no grupo e indica uma compreensão de que o projeto é uma metodologia que supera as formas tradicionais de extensão rural. Para os pesquisadores a figura “validação da pesquisa” é menos densa e se fundamenta na possibilidade de validar a tecnologia gerada na pesquisa de maneira eficaz, é como se o laboratório acontecesse no sistema produtivo. Além de validar a pesquisa, permite que a mesma seja mais compatível às demandas dos sistemas.

Uma última observação diz respeito ao temas: amizade e família. Esses assuntos foram mais abordados nas entrevistas dos profissionais da extensão. A representação que indicou essa imagem para os extensionistas foi **um projeto entre família**. Esse discurso está presente na ótica de quase todos os profissionais da extensão rural, dos quais, dois deles vêem a família de agricultores como ator no processo de execução do trabalho. Para todos os profissionais da extensão, essa representação evoca o aspecto da amizade com a família do campo em um grau capaz de contribuir no processo de acompanhamento e adoção das sugestões oferecidas. De modo semelhante, detectou nos produtores rurais a representação social **espaço de relações amigáveis**. A figura é percebida na metade dos produtores, dos quais, um foi enfático em afirmar que o mais importante no projeto é a amizade que se adquire com pessoas que em outras condições não aconteceria.

Neste campo representacional do Projeto Redes de Referência, encontram-se semelhanças e diferenças entre as representações sociais e, nessas, percebem-se aproximações e discrepâncias. No que se refere à visão da substância do trabalho desenvolvido pelo Projeto Redes de Referência, ou seja, daquilo que o projeto oferece, enquanto proposta de atuação na Agricultura Familiar, que é o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares através da geração de sistemas produtivos melhorados, percebe-se maior nível de aproximações do objeto.

Por outro lado, no que diz respeito à visão do método do trabalho, da sua configuração em rede, da forma como ele está organizado e acontece, existe maior nível de discrepâncias em relação ao objeto da representação. Obviamente, os dois aspectos interessaram a este trabalho de pesquisa. Compreendendo o entendimento dos atores envolvidos sobre o conteúdo do projeto, foi possível vislumbrar seu funcionamento, enquanto método de trabalho em rede.

## 6. CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo desvendar as representações sociais do Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar. Os sujeitos da pesquisa foram os principais atores envolvidos na execução do projeto: pesquisadores do IAPAR, extensionistas da EMATER e produtores rurais da Agricultura Familiar. As motivações de tal empreendimento consistiram na busca por entender como os atores, envolvidos em um trabalho organizado na forma de redes, representam socialmente esse trabalho, ou ainda, como tais atores compreendem - enquanto sujeitos diferentes, inseridos em uma realidade cotidiana específica - um trabalho desenvolvido em parceria, com objetivos convergentes e afins.

Para perseguir os propósitos do trabalho, serviu-se da Teoria das Representações Sociais, entendendo que essa seria uma referência adequada no processo de entender e interpretar as visões dos atores, e o foi. Moscovici (2004, p.46), esclarece que “as representações devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos”, e ainda, que elas “têm como objetivo abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa”. Partiu-se, pois, do pressuposto de que os sujeitos da pesquisa gozassem de uma vivência tal com o objeto da representação que desse margem à possibilidade de representá-lo como membros inseridos em um grupo. É necessário ressaltar que a pesquisa não se dedicou a avaliar o Projeto Redes e nem o desempenho dos grupos de profissionais envolvidos no trabalho.

No capítulo anterior foi possível apresentar e analisar todas as representações sociais que emergiram no processo da pesquisa. Não se tem aqui, a intenção que retomá-las, mas de proceder a comentários conclusivos, a partir das representações, tendo como perspectiva os elementos que motivaram este estudo. O parâmetro conceitual utilizado, para interpretação das representações sociais na perspectiva de um trabalho em rede, foi o apresentado por Martes *et al.* (2006): redes são “o conjunto de relações ou laços entre atores (indivíduos e organizações)”.

Prosseguindo, apresenta-se como uma configuração do campo representacional, o conteúdo básico encontrado em cada grupo de atores, sem se preocupar em ressaltar, novamente, os níveis de intensidade de cada representação, e sim pontuar o que se descortinou em cada grupo:

- Para o grupo de produtores rurais da Agricultura Familiar, o objeto da pesquisa representa um projeto governamental executado pela EMATER, que proporciona o acesso a uma série de informações de qualidade sobre diversificação de culturas e outras realidades da agricultura. Também possibilita, através das anotações que fazem sobre todas as atividades relacionadas ao processo produtivo, tomarem conhecimento dos resultados financeiros de sua propriedade. Na visão dos produtores, tais registros servem também como parâmetro para outros produtores e para atender a interesses do governo. Em algumas situações, o projeto não se mostra compatível com o que se está vivendo no campo, parece distante de sua realidade. Por outro lado, trata-se de um espaço de relações amigáveis. Os produtores se vêem como receptores do projeto.
- Por sua vez, para o grupo de extensionistas, representa uma nova forma de trabalhar a extensão rural, um trabalho de difusão com a união de vários segmentos trabalhando juntos. São redes de propriedades semelhantes, que têm seus sistemas produtivos estudados e acompanhados, de maneira que possam se tornar referências para outros sistemas similares e proporcionar mais qualidade de vida no campo, especificamente para a Agricultura Familiar. É um projeto que, sobretudo, faz a gestão financeira da propriedade rural. Para alguns extensionistas, ele acontece com a atuação direta das famílias e também a partir das relações amizade com as mesmas. Os produtores rurais são, na visão da maioria dos extensionistas, mais destinatários e beneficiários do que atores de um processo de parceria.
- Para o grupo dos pesquisadores, o projeto, representa um trabalho de abordagem sistêmica que acontece por meio da soma de profissionais de áreas distintas. Esses profissionais atuam nos conjuntos de unidades produtivas rurais representativas de determinados sistemas produtivos. O

projeto é ainda um instrumento de articulação institucional que mobiliza pesquisa e extensão rural em trabalhos conjuntos. Além disso, é também um instrumento de comunicação para levar tecnologia aos agricultores familiares visando desenvolvimento econômico e uma forma de validar o que se está pesquisando. Para maioria do grupo de pesquisadores, o produtor rural é mais beneficiário do que ator em um trabalho em rede.

Um primeiro aspecto a ser destacado se refere ao impacto que o projeto causou no cotidiano profissional da maioria dos técnicos envolvidos com o trabalho. A maior parte deles refere-se ao trabalho com admiração e respeito. É verdade que existem visões diferentes sobre o objeto da representação, mas quase todas carregam o mesmo tom: se trata do jeito certo de trabalhar pesquisa e extensão no campo. Enquanto características do projeto, isso tem a ver com trabalho em rede? Não exatamente. O que parece contribuir mais para essa realidade é a tentativa, desses profissionais, de exercer o que enfatizam ser uma visão sistêmica. Todavia, embora o IAPAR já realizasse estudos agrônômicos na perspectiva sistêmica desde a década de oitenta, é o Projeto Redes que encarnou a maneira diferenciada com que pretendiam encarar as propriedades e os próprios agricultores. O trabalho em rede, na visão da maioria dos entrevistados, seria uma consequência dessa forma sistêmica de enxergar as coisas. Mas não é, exatamente, o que se vê, em boa parte das representações sociais que emergiram nos dois grupos de profissionais. Embora tenham surgido representações que identificam a forma de trabalhar em rede, essas são menos intensas, principalmente, no que diz respeito à participação ativa do produtor rural no processo.

Ficou evidenciado pelas representações que o Projeto Redes ofereceu contribuições significativas nas relações institucionais entre IAPAR e EMATER e também nas relações orgânicas, que colocam pesquisadores e extensionistas lado a lado no trabalho. Como se sabe, a EMATER faz extensão rural há mais de cinquenta anos e IAPAR faz pesquisa agrônômica há quase quarenta anos no Estado do Paraná, são duas organizações com espaços institucionais marcantes e bem definidos. O destaque dado ao Projeto Redes como catalisador dessas relações entre os institutos é relevante. É possível que essa forma de ver esteja de fato respaldada no que se tinha até então em termos de parcerias entre as instituições. Nesse sentido,

percebe-se que o projeto funcionou enquanto proposta de trabalho em rede. Por outro lado, constata-se que isso está mais restrito aos profissionais que atuam no projeto dentro das duas instituições. Nos grupos de profissionais das duas instituições existiram comentários semelhantes, relatando a indiferença e até preconceitos da parte de outros profissionais das mesmas instituições, que não estão diretamente envolvidos no trabalho.

Nesse contexto, surpreendeu, ainda, o fato da grande maioria dos agricultores desconhecerem tal parceria, já que para os profissionais da pesquisa e da extensão isso é visível no projeto. Nota-se uma ruptura no processo de conexão e comunicação, o fato de apenas um dos agricultores entrevistados ter conhecimento da relação IAPAR e EMATER no projeto. Não se está questionando a legitimidade da parceria entre as instituições e profissionais, até porque consideramos o enlace das mesmas, dentro do projeto, na maioria dos casos, visível. É, pois, intrigante os produtores desconhecerem tal situação. Esse é o motivo pelo qual se constata que o produtor não se considera participante das relações em rede. Então, surge uma questão: Existem relações em redes, que envolvam o produtor rural no projeto?

Esta não é uma resposta simples. Ao que se revelou na pesquisa, a existência de “relações e laços” baseados em premissas como cooperação, confiança e interação, acontece de maneira pontual, ou seja, em casos específicos. Em outras palavras, não parece que a configuração estrutural do projeto esteja garantindo a existência de redes, como se supõe quando se lê ou se ouve falar sobre o projeto. Esse processo se mostra muito ligado a pessoas, tanto de técnicos quanto de agricultores. É preciso ressaltar também, que com uma exceção, não foi encontrado entre os agricultores uma postura de reconhecer-se como um colaborador efetivo do projeto, enquanto participante de uma rede. Inclusive, o valor dado às informações que circulam através do Projeto Redes e a interpretação financeira de sua realidade no campo, são elementos que fazem referência ao que o agricultor recebe e não ao que ele oferece. O fato de se fornecer dados e de, eventualmente, realizar mudanças em sua propriedade, em nosso entender, não coloca o produtor rural em uma condição de ator na relação de parceria. Nesse sentido, se parece mais beneficiário, do que um sujeito participante ativo de uma construção conjunta.

Nesse contexto, outra observação diz respeito ao que sugere representações sociais como: *uma nova forma de extensão rural* e também *validação da pesquisa*. São perceptíveis relações de unilateralidade, em que o objeto da representação se reveste daquilo que corresponde ao mundo de uma das partes. Não que isso desqualifique ou chegue a comprometer relações em rede, mas evidencia um movimento que parece natural na própria Teoria das Representações Sociais: o olhar voltado não para o todo, mas para uma parte que parece mais comum e compreensível. É certo que, nas relações em rede, como sugeriram pesquisadores e extensionistas, por meio das entrevistas, é preciso ter “jogo de cintura”. Isso significa, às vezes, ter que abrir mão de algumas especificidades para criar laços com o outro. Todavia, os membros de uma rede não deixam de ser o que são ou de ocupar seu papel no processo de parceria. Essas representações indicam, justamente, que pesquisadores e extensionistas sabem qual é o seu papel na relação de parceria. Não se vê o mesmo em relação ao produtor rural. Ele não sabe dizer quem é nesse processo, e nem qual é o seu papel dentro de uma ação em rede, mesmo porque, *a priori*, ele nem enxerga o trabalho na forma de rede.

Desse modo, concluiu-se que o objeto da representação é uma realidade ativa, dinâmica e criativa, já que é fruto tanto da pessoa como da coletividade, enquanto espaço próprio de seu universo. É um processo que remodela e reconstitui elementos do ambiente, capaz de dar sentido a esse, pois nos processos de ancoragem/objetivação, o sujeito se volta às suas referências, para então reconstruir o objeto da representação. É nesse sentido que a construção social da realidade se apresenta como um processo dinâmico e circular.

São estas as conclusões e questionamentos que o exercício de pesquisa sintetizado nesta dissertação gerou. Finalizando, entendemos que poderiam ser realizados estudos mais específicos sobre a forma como o produtor rural da Agricultura Familiar representa a pesquisa agrônômica, a extensão rural e a tecnologia. Trata-se de estudos que revelem o que é e o que pensa o agricultor familiar paranaense deste começo de século. Além disso, parecem pertinentes estudos que busquem compreender como o Projeto Redes de Referências, enquanto proposta de trabalho em rede impactou em termos de mudança organizacional, para o IAPAR e para a

EMATER, e na condução do processo de desenvolvimento da pesquisa agrônômica e da extensão rural do Estado do Paraná.



## REFERÊNCIAS

BALESTRIN, Alsones; VARGAS, Lilia Maria M. Evidências teóricas para a compreensão das redes interorganizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2, 2002. Recife. **Anais...** Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

BARTHES, Roland. A atividade estruturalista. In: COELHO, Eduardo Prado. **Estruturalismo**: antropologia e textos teóricos. Lisboa: Portugalia, 1965.

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia Geral**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1985.

BAUM, Joel A. C. Ecologia organizacional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v1.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BAUER, Martin W.; ARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BELLO, Ângela Ales. **Fenomenologia e ciências humanas**: psicologia, história e religião. Bauru, SP: Edusc, 2004.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado da sociologia do conhecimento. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BORGONHONI, Priscilla. **Redes em C&T na perspectiva da Teoria Neoinstitucional**: análise do Insituto Agronômica do Paraná – IAPAR (1972-2004). 2005. 229 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

BRENNER, Charles. **Noções básicas de psicanálise**: introdução à psicologia psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigm and Organisational Analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v1. In: **A sociedade em rede**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CHANTAL, Abravanel; WERNER, Ackermann. Langage et communication. In: MOSCOVICI, Serge (org). **Introducion à la psychologie sociale**. Paris: Larousse, 1973.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v1.

COELHO, Eduardo Prado. **Estruturalismo**: antropologia e textos teóricos. Lisboa: Portugal, 1965.

CUNHA, Miguel Pina e. Ecologia Organizacional: implicações para gestão de algumas pistas para a superação de seu caráter anti-management. **Revista de Administração de Empresas**, v.39, n.4, p.21-28, 1999.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DIMAGGIO, Paul, J.; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: FGV, v.45 – n.2, p. 74-89, – abril-junho, 2005.

DIRETORIA DE AGRONEGÓCIOS. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIII - nº. 4 - Out./Nov./Dez. 2004. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em 19 ago. 2006.

DONALDSON, Lex. Teoria da Contingência Estrutural. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v1.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 6 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

EMATER. **Cartilha de Crédito do Pronaf**. SAFRA 2006/2007. Instituto Gráfico da EMATER: Curitiba, 2006.

EMATER. **Cinquenta Anos de Extensão Rural Paranaense 1956 – 2006**. Curitiba: EMATER, 2006a.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho.; JOVCHELOVITCH, Sandra.(Orgs.) **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FERREIRA, Márcia Regina; BERNARDO-ROCHA, Eliza Emilia Rezende. Empreendedorismo e políticas públicas: reestruturação e fortalecimento da agricultura familiar In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 4. 2005, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2005, p. 443-453.

FICKERT, Udo. Incremento do mercado orgânico no Brasil. In: KÜSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferre. (Orgs) **Agricultura Familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

GASQUES, José Garcia; REZENDE, Gervasio Castro; VILLA VERDE, Carlos Monteiro; CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R.; CARVALHO, João Carlos de Souza.; SALERNO, Mário Sérgio. **Texto para discussão nº. 1009: Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília: Ipea, 2004.

GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright. Orientações intelectuais. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, p.929-964, 1977.

IBGE. **Censo agropecuário: 1995/1996**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2006.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 420p.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

KÜSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferre. (Orgs) **Agricultura Familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.

LLANILLO, Rafael Fuentes. **Relatório de viagem técnica**. Londrina: IAPAR, 1988.

LAWRENCE, P. R.; LORSCH, J. W. **As empresas e o ambiente**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GONÇALVES, Sandro L. Nota técnica: a teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v1.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. Mercados e serviços financeiros: restrições à sustentabilidade da agricultura familiar. In: KÜSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferre. (Orgs) **Agricultura Familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.

MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES. Curitiba: Secretaria estadual da agricultura e do abastecimento – Bird, 1999.

MARCON, Christian; MOINET, Nicolas. **Estratégia-rede**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MARTES, Ana Cristina Braga; BULGACOV, Sérgio; NASCIMENTO, Maurício Reinert do; GONÇALVES, Sandro Aparecido; AUGUSTO, Paulo Mussi. Fórum – Redes sociais e interorganizacionais. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: FGV, v.46 – n.3, p. 10-15, – julho-setembro, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MATUI, Jiron. **Construtivismo**: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1995.

MEYER, John; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v.83, n.2, p. 340-363, 1977.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5 ed. São Paulo -Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.

MIRANDA, Márcio; PASSINI, João José; MIRANDA, Gil Maria; RIBEIRO, Maria de Fátima dos Santos; SOARES JÚNIOR, Dimas. A busca de referências técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Paraná através de uma rede de propriedades. In: IV ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2001, Belém. **Anais...** Belém: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001.

MIRANDA, Márcio; DOLIVEIRA, Diniz Dias. Redes de Referências: Um dispositivo de pesquisa & desenvolvimento para apoiar a promoção da agricultura familiar paranaense. In: **Redes de Referências**: Um dispositivo de pesquisa &

desenvolvimento para apoiar a promoção da agricultura familiar. Campinas: Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária, 2005.

MORGAN, Gareth. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v.45 – n.1, p. 58-71, – janeiro-março, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 420p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 404p.

OLIVER, A. L.; EBERS, M. Networking network studies: an analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships. **Organization Studies**. Berlin, v. 19, p. 549-583, 1998.

PARENTE, Silvana. Financiamento e crédito para produção e comercialização da agricultura familiar agroecológica/orgânica. In: KÜSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferre (Orgs). **Agricultura Familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.

PASSINI, João José; MIRANDA, Gil Maria; MIRANDA, Márcio. Redes de referência como instrumento para o desenvolvimento rural. In: CALZARA, O.; LIMA, R. O.; **Brasil rural contemporâneo: estratégia para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel, 2004. 308 p.

PASSINI, João José. Redes de propriedades de referência. In: IAPAR. **Enfoque Sistêmico em P&D: a experiência metodológica do IAPAR**. Londrina, 1997. 152p. Ilust. (IAPAR. Circular, 97).

PASSINI, João José. **Relatório de viagem técnica à França: organização da pesquisa/desenvolvimento francesa**. Londrina: IAPAR, 1991.

POUILLON, Jean. Uma tentativa de definição. In: COELHO, Eduardo Prado. **Estruturalismo: antropologia e textos teóricos**. Lisboa: Portugalia, 1965.

QUEIROZ, Timóteo Ramos. Ferramentas de gestão para a agricultura: o de sistemas de custeio e indicadores de desempenho. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27, 2003, Abatia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 1, CD ROM.

RAMOS, Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

REED, Michael. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v1.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALDANHA, Anaís Naomi Kasuya; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da; SOARES JÚNIOR, Dimas; CARVALHO, Adenir. Projeto Redes de Referências para a Agricultura Familiar: Análise dos resultados apresentados em uma das propriedades acompanhadas no período de 1998 a 2003. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004. 1 CD ROM.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SOARES JÚNIOR, Dimas. **A organização de redes de unidades produtivas como instrumento de apoio ao desenvolvimento territorial rural**. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

SOARES JÚNIOR, Dimas; MIRANDA, Marcio; ANDRADE, Marco Antônio Abreu de; CARNEIRO, Sérgio Luiz. **Redes de referência – intercâmbio Brasil - França**: relatório analítico dos trabalhos desenvolvidos na viagem técnica à França. Curitiba: IAPAR-EMATER, 2000.

SOUZA, Celso Córdova de; SOARES JÚNIOR, Dimas; LIBERAL, Edmilson Gonçalves; MIRANDA, Gil Maria; PASSINI, João José; MIRANDA, Márcio. Redes de referências: extensão e pesquisa juntas para melhor atender a agricultura familiar. In: **Redes de referências para a agricultura familiar**: apresentação do enfoque de trabalhos através de descrições de propriedades acompanhadas. Curitiba: PARANÁ 12 MESES-SEAB/BIRD, 2000.

SPINK, Mary Jane Paris. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, Mary Jane Paris. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SPINK, Mary Jane Paris. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH,

Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança organizacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 576p.

TRIVIÑOS, Augusto, N. S. **Introdução à pesquisa em ciência sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v1.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração** (Orgs). Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIZEU, Fábio. Pesquisas sobre redes interorganizacionais: uma proposta de distinção paradigmática. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27, 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003. 1 CD ROM.

YAMAMOTO, Juliana Mônica. **Gestão de C&T**: gênero e representações sociais da ciência na Universidade Estadual de Maringá. 2005. 137 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

**ANEXOS**



## Anexo 1

## Solicitação de autorização para realização de pesquisa no IAPAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA		
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Administração. Av. Colombo, 5790 – Zona 07 – 87020-900 – Maringá/PR. Fone 0xx44-32614941 – Fax 0xx44-32614976.	

Maringá, 20 de novembro de 2006.

Prezado Senhor,

Apresento a Vossa Excelência o mestrando EVANDRO JOSÉ DA CRUZ ARAÚJO, participante do programa de Pós-Graduação em Administração (PPA/UEM-UEL), que pretende realizar sua pesquisa de mestrado no IAPAR, cujo título é *As representações sociais do projeto Redes de Referência para Agricultura Familiar*.

Considerando que o IAPAR é um relevante detentor de informações sobre o tema, solicito a Vossa Excelência **autorização** para que o referido mestrando, orientado pela Professora Doutora Elisa Yoshie Ichikawa, possa realizar sua pesquisa de campo nessa instituição. Como parte da estratégia metodológica de seu projeto, a pesquisa deve ser composta de consultas a documentos e realização de entrevistas com funcionários e administradores da organização.

Agradecendo a acolhida, coloco-me à inteira disposição de Vossa Excelência para quaisquer informações que se fizerem necessárias.



Atenciosamente

**PROF. DR. JOÃO MARCELO CRUBELLATE**  
Coordenador do Programa de Pós Graduação em Administração UEM/UEL

Excelentíssimo Senhor,  
 JOSÉ AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS PICHETH  
 Diretor Presidente do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR.  
 Rod. Celso Garcia Cid, Km. 375.  
 Caixa Postal 481 – Cep 86001970 - Londrina-PR.

## Anexo 2

### Solicitação de autorização para realização de pesquisa no EMATER

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA		
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Administração. Av. Colombo, 5790 – Zona 07 – 87020-900 – Maringá/PR. Fone 0xx44-32614941 – Fax 0xx44-32614976.	

Maringá, 20 de novembro de 2006.

Prezado Senhor,

Apresento a Vossa Excelência o mestrando EVANDRO JOSÉ DA CRUZ ARAÚJO, participante do programa de Pós-Graduação em Administração (PPA/UEM-UEL), que pretende realizar sua pesquisa de mestrado no EMATER, cujo título é *As representações sociais do projeto Redes de Referência para Agricultura Familiar*.

Considerando que o EMATER é uma relevante detentora de informações sobre o tema, solicito a Vossa Excelência **autorização** para que o referido mestrando, orientado pela Professora Doutora Elisa Yoshie Ichikawa, possa realizar sua pesquisa de campo nessa instituição. Como parte da estratégia metodológica de seu projeto, a pesquisa deve ser composta de consultas a documentos e realização de entrevistas com funcionários e administradores da organização.

Agradecendo a acolhida, coloco-me à inteira disposição de Vossa Excelência para quaisquer informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente

**PROF. DR. JOÃO MARCELO CRUBELLATE**  
Coordenador do Programa de Pós Graduação em Administração UEM/UEL

Excelentíssimo Senhor,  
 SABINO BRASIL NUNES CAMPOS  
 Diretor Presidente do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. <sabinocampos@emater.pr.gov.br>  
 Rua da Bandeira, 500 - Bairro AHÚ.  
 Cep 80035-270 - Curitiba-PR.

### Anexo 3

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Destinatário: **Produtores Rurais da Agricultura Familiar**

Questão 1 - Fale sobre sua vida no campo.

Questão 2 - Fale sobre sua experiência no Projeto Redes de Referência.

Questão 3 - Como você se sentiu trabalhando com o Projeto Redes?

Questão 4 - O que mais lhe chamou atenção no Projeto Redes?

Questão 5 - Opção 1 - Fale sobre as vantagens do Projeto Redes.

- Opção 2 - Fale sobre o que é bom no Projeto Redes.

Questão 6 - Opção 1 - Fale sobre as desvantagens do Projeto Redes.

- Opção 2 - Fale sobre o que é ruim no Projeto Redes.

Questão 7 - Opção 1 - Se você pudesse o que mudaria no Projeto Redes?

- Opção 2 - Se você pudesse o que melhoraria no Projeto Redes?

Questão 8 - Fale sobre o trabalho do produtor rural da Agricultura Familiar no Projeto Redes.

Questão 9 - Para você, o que significa o Projeto Redes de Referência?

Questão 10 - Gostaria de falar mais alguma coisa?

## Anexo 4

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Destinatário: **Pesquisadores do IAPAR**

Questão 1 - Pra você, o que é um trabalho em rede?

Questão 2 - Fale sobre sua experiência com este tipo de trabalho.

Questão 3 - Como você definiria o Projeto Redes de Referência?

Questão 4 - Fale sobre o Projeto Redes.

Questão 5 - Opção1 Quem está envolvido no Projeto Redes?

Questão 6 - Opção1 - Fale sobre sua experiência com o Projeto Redes.

- Opção 2 - Fale sobre sua participação no Projeto Redes.

Questão 7 - Como você se sentiu trabalhando com o Projeto Redes?

Questão 8 - O que mais lhe chamou atenção no Projeto Redes?

Questão 9 - Opção1 - Fale sobre as vantagens do Projeto Redes.

- Opção 2 - Fale sobre o que é bom no Projeto Redes.

Questão 10 - Opção1 - Fale sobre as desvantagens do Projeto Redes.

- Opção 2 - Fale sobre o que é ruim no Projeto Redes.

Questão 11 - Fale sobre a participação dos produtores rurais da Agricultura Familiar no projeto redes.

Questão12 - Fale sobre a participação da EMATER no Projeto Redes.

Questão13 - Fale sobre a participação do IAPAR no Projeto Redes.

Questão 14 - Para você, o que significa o Projeto Redes de Referência?

Questão 15 - Gostaria de falar mais alguma coisa?

## Anexo 5

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Destinatário: **Extensionistas da EMATER**

Questão 1 - Pra você, o que é um trabalho em rede?

Questão 2 - Fale sobre sua experiência com este tipo de trabalho.

Questão 3 - Como você definiria o Projeto Redes de Referência?

Questão 4 - Fale sobre o Projeto Redes.

Questão 5 - Opção1 Quem está envolvido no Projeto Redes?

Questão 6 - Opção1 - Fale sobre sua experiência com o Projeto Redes.

- Opção 2 - Fale sobre sua participação no Projeto Redes.

Questão 7 - Como você se sentiu trabalhando com o Projeto Redes?

Questão 8 - O que mais lhe chamou atenção no Projeto Redes?

Questão 9 - Opção1 - Fale sobre as vantagens do Projeto Redes.

- Opção 2 - Fale sobre o que é bom no Projeto Redes.

Questão 10 - Opção1 - Fale sobre as desvantagens do Projeto Redes.

- Opção 2 - Fale sobre o que é ruim no Projeto Redes.

Questão 11 - Fale sobre a participação dos produtores rurais da Agricultura Familiar no projeto redes.

Questão 12 - Fale sobre a participação do IAPAR no Projeto Redes.

Questão 13 - Fale sobre a participação da EMATER no Projeto Redes.

Questão 14 - Para você, o que significa o Projeto Redes de Referência?

Questão 15 - Gostaria de falar mais alguma coisa?